



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social -Mestrado

MARIA IZABEL DA SILVA

A CENTRALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO E O
TRABALHO DOCENTE VOLUNTÁRIO NA UFSC

Agosto
2007

MARIA IZABEL DA SILVA

**A CENTRALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO E O
TRABALHO DOCENTE VOLUNTÁRIO NA UFSC**

Linha de Pesquisa: Estado, Sociedade Civil e Políticas Sociais

Trabalho de Dissertação de Mestrado, apresentado à Banca de Avaliação, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado, Centro Sócio-Econômico, na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Professora Dr^a Claudia Mazzei Nogueira

Agosto
2007

MARIA IZABEL DA SILVA

**A CENTRALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO E O
TRABALHO DOCENTE VOLUNTÁRIO NA UFSC**

Dissertação de Mestrado aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Mestrado, Centro Sócio Econômico, na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC:

Profª Drª Myriam Raquel Mitjavila
Coordenadora do PGSS – UFSC

Banca Examinadora:

Profª Drª Claudia Mazzei Nogueira - Orientadora
Doutora em Serviço Social – PUC-SP / Profª na UFSC

Profº Dr. Ricardo Antunes – Examinador
Doutor em Sociologia – USP / Profº na UNICAMP

Profº Dr. Fernando Ponte de Sousa – Examinador
Doutor em Psicologia Social – PUC-SP / Profº na UFSC

Florianópolis-SC, 24 de Agosto de 2007.

*Dedico este trabalho aos meus venerados e amados pais **Maria José e João Vieira**, exemplos de Seres Humanos, cujo amor, carinho, apoio, dedicação e valiosas orações foram fundamentais para a sua concretização. A vocês meus sinceros agradecimentos, meu eterno Amor e Gratidão.*

AGRADECIMENTOS

Neste momento tão especial, não poderia deixar de expressar minha gratidão a todos que, de alguma forma, me acompanharam e contribuíram para que essa trajetória fosse cumprida com êxito, graças ao estímulo, carinho e apoio recebidos. Agradeço a honra e o privilégio de estar rodeada por pessoas tão especiais, que sabem compartilhar aspirações e contribuir para que deixem de ser apenas sonhos e esperanças.

Sinto-me feliz em agradecer a todos e, de um modo especial:

A **Deus** por iluminar minha vida, dando-me força, Fé, saúde e persistência para superar os obstáculos e dificuldades encontradas pelo caminho.

Aos meus amados e venerados **Pais**, pela vida, educação e preciosos ensinamentos, fruto de sua infinita sabedoria, que ora me orientam, fortalecem e sustentam.

Aos meus amados *irmãos, cunhados(as) e sobrinhos(as)* que, de longe, sempre estiveram torcendo por mim, pelo carinho, amizade, apoio e compreensão.

A afilhada *Danielle* e a madrinha *M^a do Carmo*, pelo seu apoio, carinho e afeto sincero.

A professora *Claudia Mazzei Nogueira*, por ter aceitado o desafio de orientar-me com dedicação, compreensão e competência, acreditando no meu potencial e concedendo-me autonomia durante a caminhada, norteando-me a traçar caminhos e construir idéias, sendo fundamental para a construção e êxito deste trabalho, possibilitando-me crescimento pessoal e profissional.

Aos *ilustres profissionais* que compõem esta banca examinadora, *prof^o Dr. Ricardo Antunes e Dr. Fernando Ponte*, pela honrosa presença, sabedoria e valiosas contribuições fundamentais ao enriquecimento deste trabalho, o que reforça e comprova a relevância de um trabalho coletivo e interdisciplinar.

Ao *prof^o Dr. Lúcio Botelho*, magnífico reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo apoio e valiosas orientações, fundamentais a realização da pesquisa empírica e ao êxito deste trabalho científico.

Ao amigo *FK*, pelo apoio, incentivo, carinho e sábias orientações, imprescindíveis à concretização e êxito deste sonho.

Ao amigo e *prof^o Luiz Carlos Chaves*, cujo apoio, incentivo e valiosas orientações foram fundamentais ao meu ingresso no mestrado e a construção deste trabalho.

À *Reitoria da UFSC*, em especial a *Chefia do Gabinete do Reitor*, pela valiosa colaboração no fornecimento de dados e esclarecimentos prestados, fundamentais a realização desta pesquisa.

Aos *professores voluntários da UFSC* que gentilmente se disponibilizaram a participar desta pesquisa, os quais oportunizaram-me uma experiência enriquecedora e de grande aprendizado, sendo fundamental ao êxito deste trabalho científico.

Aos *servidores administrativos da UFSC* que se empenharam em mediar nosso contato com os docentes voluntários, possibilitando-nos realizar as entrevistas.

Ao *Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Mestrado da UFSC*, sua equipe profissional (professores e servidores administrativos, em especial a Berenice) e aos colegas de turma.

Aos professores da Universidade Federal de Uberlândia – UFU – MG: *M^a Lúcia, Talita e Diego*, pela especial atenção e preciosa colaboração na revisão deste trabalho.

A *CAPES* pela bolsa de mestrado que possibilitou desenvolver este projeto.

À *prof^a Dr^a Regina Panceri* (Coordenadora do curso de Serviço Social da Unisul) e a *Sr^a. Ana Maria W. do Vale Pereira* (Coordenadora Técnica do IVA/SC), pela colaboração quanto à indicação de bibliografias e informações pertinentes à temática pesquisada.

As *profas. Dr^{as} Edalea Ribeiro e Ivete Simionatto*, pelo incentivo e orientações, fundamentais ao meu ingresso no mestrado.

Aos amigos manezinhos: *Sonia e Ademir, Ana Paula e Cláudio, Sandra e Senen, Jaque e Dutra*, pela acolhida carinhosa, fundamental a minha permanência em Florianópolis.

Aos colegas de estudos e pesquisas do *TMT - CFH - UFSC*, pelas preciosas reflexões teóricas coletivas, que me despertaram sobre a relevância da categoria Trabalho, fundamentais ao meu ingresso e êxito no mestrado.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este sonho se tornasse realidade.

A todos vocês os meus sinceros agradecimentos e o meu abraço especial, sincero e fraterno.

NUNCA CONSIDERES O ESTUDO
COMO UMA OBRIGAÇÃO,
SENÃO COMO UMA OPORTUNIDADE
PARA PENETRAR NO BELO E
MARAVILHOSO MUNDO DO SABER.

Albert Einstein

RESUMO

O presente Trabalho de Dissertação de Mestrado tem como objeto de pesquisa o trabalho docente voluntário como uma das expressões da centralidade do trabalho. Pesquisamos os professores universitários aposentados da UFSC, os quais retornam ao trabalho na condição de “adesão voluntária”, em condições precarizadas, sem direitos trabalhistas e salários. No contexto histórico atual, a centralidade da categoria trabalho vem sendo questionada, sobretudo, em função da grave crise da “sociedade do trabalho”, evidenciada através do desemprego estrutural, da precarização das condições de trabalho, da flexibilização e desregulamentação das leis trabalhistas e da crescente degradação da relação metabólica entre homem e natureza. Assim sendo, essa pesquisa tem como pretensão e objetivo principal responder a seguinte pergunta: *“O trabalho docente voluntário na UFSC é uma das várias formas de expressão do trabalho na sociedade contemporânea. Em que medida, portanto, ele expressa ou não a centralidade do trabalho na sociabilidade humana?”* Inicialmente, faz-se a introdução ao assunto, discorrendo sobre o problema a ser investigado a partir de uma consistente base teórica. A abordagem teórica se fundamenta em Karl Marx e István Mészáros, apresentando o debate em torno da centralidade da categoria trabalho a partir dos autores: Georg Lukács e Ricardo Antunes defendendo o caráter ontológico do trabalho e sua centralidade social como protoforma do ser social e da práxis social. Em relação à pesquisa empírica, a metodologia utilizada privou pela abordagem qualitativa de caráter exploratória e estudo de casos. Como fonte de coleta de dados fez-se uso da pesquisa documental e bibliográfica, além da entrevista semi-estruturada e da observação. Os resultados da pesquisa evidenciaram a relevância da categoria trabalho na vida desses professores voluntários, na sua identidade, expressando uma dimensão da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Centralidade categoria Trabalho, Mundo do Trabalho, Docente Voluntário UFSC.

ABSTRACT

The present Master Dissertation focuses its research on the voluntary educational labor as one of the main expressions of work. In order to do that, we researched the retired academic professors of UFSC that decide to come back to work in the condition of "voluntary" adhesion, in precarious conditions, without labor laws and wages. In the current historical context, the centrality of the category work has been questioned, above all, due to the serious crisis of the work society, evidenced, mainly, through the structural unemployment, of the precarious working conditions, of the flexibility and deregulation of the labor laws and of the growing degradation of the metabolic relationship between man and nature. In this way, this research has as main objective to answer the following question: "*The voluntary educational work at UFSC, is a reality that makes part of the contemporary society. In which way is it the expression or not of the work's centrality in the human sociability?*" Initially, we discussed about the problem to be investigated starting from a theoretical basis that is supported by Karl Marx and István Mészáros. We also presented the debate about the centrality of the category work based on the authors: Georg Lukács and Ricardo Antunes, where we defended the ontologic character of the work and its social centrality as a labour as a model for social practice. In order to the scientific research, we used the qualitative approach of exploratory character and study of cases. As source of data, we also used the documental and bibliographical research, besides the semi-structured interview and observation. The results of the research evidenced the relevance of the category work in those voluntary professors' life, in their identity, expressing, in great measure, a dimension of the centrality of the category work in the contemporary society.

Key-Words: Centrality Category Work, World of the Work, Voluntary Professor UFSC

RESÚMEN

La presente Tesina de Maestría tiene como objetivo de investigación el labor docente voluntario como una de las expresiones de la centralidad del trabajo. Para tanto, investigamos a los profesores universitarios jubilados de la UFSC, que vuelven al trabajo en la condición de “adhesión voluntaria”, en condiciones débiles, sin derechos laborales y sin sueldo. En el actual contexto, la centralidad de la categoría trabajo está siendo cuestionada, principalmente, en función de la grave crisis de la “sociedad del trabajo”, evidenciada a través del desempleo estructural, de las inciertas condiciones de trabajo, de la flexibilización y desregulación de las leyes del trabajo y de la creciente degradación de la relación metabólica entre hombre y naturaleza. Así, esta investigación tiene como pretensión y objetivo principales contestar la siguiente pregunta: *“El trabajo docente voluntario en la UFSC es una de las varias formas de expresión del trabajo en la sociedad contemporánea. En que medida entonces él expresa o no a la centralidad del trabajo en la sociabilidad humana?”* Inicialmente, introducimos el tema, hablando sobre el problema a ser investigado a partir de una consistente base teórica, que tiene fundamentos en Karl Marx e István Mészáros. Presentamos también, el debate acerca de la centralidad de la categoría trabajo a partir de los autores: Georg Lukács y Ricardo Antunes, en la que defendemos el carácter ontológico del trabajo y su centralidad social como modelo del ser social y de la praxis social. Presentamos la investigación en la cuál utilizamos el abordaje cualitativo de carácter exploratorio y estudios de casos. Como fuente de coleta de datos se hizo también uso de la investigación documental y bibliográfica, de la entrevista semi-estructurada y, por fin, de la observación. Los resultados de la investigación evidenciaron la relevancia de la categoría trabajo en la vida de esos profesores voluntarios, en su identidad, expresando una dimensión de la centralidad de la categoría trabajo en la sociedad contemporánea.

Palabras-clave: Centralidad Categoría Trabajo, Mundo del Trabajo, Docente voluntario UFSC

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil dos voluntários cadastrados no IVA/SC	29
Tabela 2 – A UFSC em números	54
Tabela 3 – Prestação de Serviço Docente Voluntário na UFSC.....	58
Tabela 4 – Características Sócio-demográficas.....	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCR	Associação Brasileira de Captação de Recursos
ABONG	Associação Brasileira de ONGs
APUFSC	Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CCB	Centro de Ciências Biológicas
CCE	Centro de Comunicação e Expressão
CCJ	Centro de Ciências Jurídicas
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CDS	Centro de Desportos
CED	Centro de Ciências da Educação
CFH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CFM	Centro de Ciências Físicas e Matemáticas
CSE	Centro Sócio Econômico
CTC	Centro Tecnológico
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IVA/SC	Instituto Voluntários em Ação de Santa Catarina
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PRONAV	Programa Nacional do Voluntariado
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

RESUMO	08
ABSTRACT	11
RESÚMÉN	12
INTRODUÇÃO.....	14
1. TRABALHO VOLUNTÁRIO.....	17
1.1 O Voluntariado.....	17
1.2 O Terceiro Setor.....	30
1.3 O Estado e a reestruturação universitária.....	41
1.3.1 Breves considerações sobre a criação das universidades públicas.....	44
1.4 A UFSC e o Trabalho Docente Voluntário.....	52
2. ANÁLISE DA PESQUISA EMPÍRICA.....	59
2.1 Percurso Metodológico.....	59
2.1.1 População / Sujeitos.....	61
2.1.2 Limites.....	62
2.2 Apresentação: perfil dos professores voluntários entrevistados.....	63
2.3 Análise da pesquisa empírica: Interpretação dos dados.....	67
3. A CATEGORIA TRABALHO.....	76
3.1 O trabalho.....	76
3.2 O trabalho assalariado no modo de produção capitalista.....	79
3.2.1 A organização do trabalho no modo de produção capitalista.....	89
3.2.2 A reestruturação produtiva na era da acumulação flexível.....	92
3.3 Algumas considerações sobre o debate frente a centralidade do Trabalho.....	99
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	119
APÊNDICE.....	125
Apêndice A: Roteiro das Entrevistas.....	126
Apêndice B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	128
ANEXOS.....	129
Anexo A: Lei do Terceiro Setor - Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999	
Anexo B: Lei do Voluntariado - Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998	
Anexo C: Resolução nº 012/Cun/99 de 27 de julho de 1999.	
Anexo D: Termo de Adesão ao Serviço Voluntário	
Anexo E: Termo de Distrato	

INTRODUÇÃO

Somente quando o homem, em sociedade, busca um sentido para sua própria vida e falha na obtenção deste objetivo, é que isso dá origem à sua antítese, a perda de sentido.

LUKÁCS, Ontologia do Ser Social.

O presente Trabalho de Dissertação de Mestrado, intitulado “**A centralidade da Categoria Trabalho e o Trabalho Docente Voluntário na UFSC**”, é uma exigência do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, para obtenção do título de Mestre em Serviço Social¹.

Essa dissertação se propõe a analisar a centralidade da categoria Trabalho na Sociedade Contemporânea, a partir do Trabalho Docente Voluntário na UFSC.

A escolha da temática desta proposta de pesquisa resulta prioritariamente de um questionamento emergido durante a pesquisa empírica na construção do Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social², visto que nas entrevistas realizadas com os idosos, em sua maioria aposentados, ficou evidenciado a relevância e a centralidade do trabalho em suas vidas, os quais se referiam com certo saudosismo ao passado quando trabalhavam, época em que se perceberam como “cidadãos”. Ressaltando, portanto, a noção de cidadania igual ao trabalho assalariado.

Outro aspecto relevante é a trajetória pessoal da autora como pesquisadora na UFSC, por 3,5 (três e meio) anos, especificamente no Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho – TMT³, onde realizamos uma pesquisa sobre “*Profissões em extinção*”, isto é, profissões que num momento histórico do passado eram imprescindíveis à sociedade e hoje se encontram em vias de desaparecimento, que culminou num artigo “*Alfaiates Imprescindíveis*”⁴. Estudamos o contexto no qual constituem essas profissões, sua história e

¹ Tendo sido contemplada com a bolsa de Mestrando Capes, por um ano (Ago/06 a Ago/07).

² O tema do TCC foi “O processo de socialização dos idosos nos grupos de convivência em Florianópolis: uma análise da eficácia”, aprovado pela Banca Examinadora em 07/Dezembro/2004, junto ao Departamento de Serviço Social, Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

³ Núcleo interdisciplinar, envolvendo pesquisadores das seguintes áreas: sociologia política, psicologia, educação e serviço social, vinculado ao Departamento de Pós-Graduação em Sociologia Política – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

⁴ Publicado na Revista Eletrônica de Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, nr 3 - 2006. Disponível em: <<http://www.extensio.ufsc.br>>.

trajetória, a relação subjetividade-trabalho, o impacto dessas transformações do universo do trabalho sobre as identidades ocupacional, profissional e coletiva dos sujeitos envolvidos, bem como na vida desses profissionais, nas suas relações sociais e na sociedade em geral.

Posteriormente, desenvolvemos uma segunda pesquisa, complementando a primeira, sobre “*Identidade Coletiva*”, isto é, investigamos as estratégias defensivas adotadas por estes profissionais, considerados dispensáveis e descartados socialmente, a partir da construção de sua identidade social e coletiva. Estudamos, ainda, as possibilidades de resistência e transformação, considerando as relações sociais entre os trabalhadores e as forças produtivas contemporâneas.

A problematização da pesquisa parte, portanto, da constatação da centralidade do trabalho na vida das pessoas, na sua identidade pessoal, coletiva e subjetividade.

Atualmente a centralidade da categoria trabalho vem sendo questionada, sobretudo, em função da grave crise da “sociedade do trabalho”, evidenciada através do desemprego estrutural, da precarização das condições de trabalho, da flexibilização e desregulamentação das leis trabalhistas e da crescente degradação da relação metabólica entre homem e natureza⁵.

Nesse contexto, esta pesquisa tem como pretensão responder a seguinte pergunta: “*O trabalho docente voluntário na UFSC é uma das várias formas de expressão do trabalho na sociedade contemporânea. Em que medida, portanto, ele expressa ou não a centralidade do trabalho na sociabilidade humana?*” Nessa perspectiva, o objeto desta dissertação é pesquisar o docente voluntário como uma das expressões da centralidade da categoria trabalho. Para tanto, pesquisamos os professores universitários aposentados da UFSC, os quais retornam ao trabalho na condição de “adesão voluntária”, em condições precarizadas, sem direitos trabalhistas e salários.

A abordagem teórica se fundamenta em Karl Marx e István Mészáros, apresentando alguns elementos do debate em torno da centralidade da categoria trabalho a partir dos autores: Georg Lukács e Ricardo Antunes defendendo o caráter ontológico do trabalho e sua centralidade social como protoforma do ser social e da práxis social.

Em relação à pesquisa empírica, a metodologia utilizada privou pela abordagem qualitativa de caráter exploratória e estudo de casos. Como fonte de coleta de dados fez-se uso da pesquisa documental e bibliográfica, além da entrevista semi-estruturada e da observação.

⁵ Esclarecendo que neste estudo nos referimos aos “homens” considerando a totalidade dos seres humanos, ressaltando que utilizamos essa expressão por uma questão de fidelidade aos autores abordados.

No que tange a organização do trabalho, faz-se necessário relatar que o mesmo está estruturado em três capítulos que documentam todo o estudo realizado. No primeiro capítulo são tratadas questões relativas à conceituação da temática abordada “trabalho voluntário”, buscando esclarecer seu significado, além de focar o voluntário na sociedade contemporânea. Também abordamos o tema “terceiro setor”, composto por entidades privadas “não governamentais”, de “interesse público” e “sem fins lucrativos”, que viabilizam o processo neoliberal de desresponsabilização do Estado. Trata-se do “terceiro setor”, sob a égide da barbárie neoliberal como importante instrumento de legitimação da classe burguesa dominante sobre a sociedade civil, por ser esta uma relevante arena de lutas rumo ao projeto de transformação social. Na seqüência, abordamos o Estado e a reestruturação universitária, o surgimento da UFSC, bem como a estrutura do trabalho docente voluntário nessa mesma universidade.

O percurso metodológico e a análise da pesquisa empírica constituem o segundo capítulo deste trabalho, que compreende o perfil dos sujeitos entrevistados e a apresentação e interpretação das entrevistas realizadas.

Já o terceiro capítulo aborda a categoria Trabalho, seus vários significados ao longo da história, distinguindo o *trabalho geral* do *trabalho assalariado*, típico da sociedade no modo de produção capitalista, em seus distintos contextos históricos: taylorismo-fordismo e na era da acumulação flexível. Em seguida, apresentaremos algumas considerações sobre o debate da centralidade da Categoria Trabalho na sociedade contemporânea, a partir dos autores: Georg Lukács e Ricardo Antunes.

Posteriormente são apresentadas as considerações finais obtidas, a partir da construção do estudo desenvolvido, com vistas a responder a pergunta objeto deste trabalho.

Por fim, encontram-se as referências bibliográficas utilizadas e, em seqüência, os apêndices e anexos.

1. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Na sociedade atual, percebe-se que o trabalho voluntário vem assumindo cada vez mais um expressivo papel de destaque social. No Brasil, há um forte apelo à solidariedade dos brasileiros quanto a sua responsabilização pelas mazelas do sistema capitalista vigente em época da barbárie neoliberal. Nessa perspectiva, a mídia televisiva reforça a idéia de que a população é responsável pelos problemas sociais, apontando o voluntarismo como uma das possibilidades de resolução mais viáveis e uma forma de exercício da cidadania, a exemplo das constantes campanhas com expressivos destaques realizados pela empresa de televisão mais assistida no país a Rede Globo: Criança Esperança, Amigos da Escola, entre tantos outros. Dessa forma, evidencia-se a visão reducionista de cidadania igual a trabalho voluntário, idéia essa que vem sendo reforçada principalmente pela mídia televisiva, na qual ser solidário com o outro significa, em grande medida, assumir a responsabilidade sobre as expressões da questão social, as quais deveriam ser assumidas prioritariamente pelo Estado. Assim sendo, percebe-se claramente as reais intenções de transferência de responsabilidades para a sociedade civil, ficando o Estado cada vez mais mínimo, descompromissado e omissor de suas responsabilidades.

1.1 O Voluntariado

O voluntariado não é algo recente típico da sociedade capitalista, ele existe desde tempos remotos. Segundo Corullon & Medeiros (2002:01), geralmente costuma ser descrito como um fenômeno típico da América do Norte, relacionado à formação local. Neste sentido, os autores afirmam que “seria fruto de um processo histórico que privilegiou a livre associação entre as pessoas, em detrimento do poder coercitivo do Estado”. Sabe-se que parte expressiva da colonização em algumas regiões dos Estados Unidos teve por base hordas de perseguidos, que se estabeleceram no Novo Mundo como opção de sobrevivência. Para tanto, foi necessário que estas pessoas se apoiassem mutuamente, desenvolvendo assim uma espécie de

comunidade que até hoje se reflete em iniciativas de interesse público, como é o caso do trabalho voluntário⁶ (idem).

Já na América Latina, diferentemente da América do Norte, a colonização foi efetivada como empreendimento do Estado. De acordo com os referidos autores “Concomitantemente com a chegada dos colonos, instalaram-se os aparatos burocráticos da Coroa Portuguesa, ou da Coroa Espanhola, juntamente com as estruturas hierárquicas do catolicismo”. Nessa perspectiva, nossas sociedades edificaram-se identificando o espaço de atuação pública como sendo exclusivamente estatal ou religioso. Quanto ao Brasil, valendo também para o Sul dos Estados Unidos, os autores acrescentam um outro fator relevante: “O sistema produtivo foi maciçamente organizado sob a forma de grandes plantações, movidas pelo braço escravo. E o escravismo parece ser exatamente a antítese das idéias de comunidade e de voluntariado” (ibidem). Apesar desses fatores adversos, consideram que o voluntariado tem raízes muito antigas e profundas no Brasil.

Neste prisma, os referidos autores consideram que no Brasil o voluntariado é movido por três molas principais que parecem se colocar acima, até mesmo, dos nossos condicionamentos históricos: os sentimentos da compaixão, a solidariedade e a indignação.

Nessa perspectiva, o voluntariado inspirado na compaixão está intimamente ligado à religiosidade brasileira, tendo raízes nas Santas Casas, instituições que utilizam o trabalho voluntário, que a Igreja Católica implantou no Brasil a partir do século XVI, seguindo modelo importado de Portugal. Atualmente, os católicos permanecem desenvolvendo um expressivo trabalho social, a exemplo da Pastoral da Criança, atuando na área da saúde materno-infantil, mobilizando um corpo de voluntárias superior a 100 mil pessoas. Ressaltando que outras religiões também desenvolvem ações sociais, envolvendo trabalho voluntário e doações, “todas elas pregando a caridade como a maior das virtudes, conforme ensinamentos de Cristo, Maomé, Buda ou Moisés” (idem, p.02). Na doutrina kardecista, por exemplo, a prática da

⁶ Vid CORULLON, Mônica Beatriz Galiano; MEDEIROS FILHO, Barnabé. **Voluntariado na empresa: gestão eficiente da participação cidadã**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2002. Disponível: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Voluntariado>>. Acesso em 07/junho/2007.

caridade é condição fundamental para a evolução do espírito em suas inúmeras encarnações. Já as chamadas religiões afro-brasileiras, entre as quais o candomblé e a umbanda também devem ser mencionados. Os templos destas religiões, chamados terreiros, são locais onde as pessoas buscam assistência material, espiritual e também se estruturam utilizando o trabalho voluntário.

Além disso, seguindo ainda a referida fonte, muitas vezes percebe-se também como fatores determinantes do voluntariado a compaixão e a solidariedade sendo entendida como sentimento que leva um grupo de pessoas a se unir para se auto-ajudar. Isso ocorre com as religiões afro-brasileiras, cuja inspiração está alicerçada muito mais na solidariedade, na necessidade de apoio mútuo, do que no sentimento de compaixão. Trata-se de um exemplo revelador, pois demonstra que também pode haver voluntariado dentro de um sistema escravista. No Brasil, complementam “os negros escravizados usaram suas crenças religiosas como fator de coesão e socorro mútuo, mantendo e intensificando esta prática após a libertação”. E advertem “o voluntariado solidário, de auto-ajuda, compõe entre os brasileiros uma imensa rede que ainda não foi suficientemente estudada” (*ibid*, p.03). Isso envolve o apoio mútuo nas várias comunidades de origem (nordestinos em São Paulo, gaúchos no Centro-Oeste, descendentes dos imigrantes orientais, judeus, etc), as relações de vizinhança e parte do voluntariado praticado por diferentes religiões. O mutirão é um exemplo típico de voluntariado de auto-ajuda no Brasil, que consiste na união de vizinhos, colegas de trabalho ou parentes para uma determinada tarefa, entre as quais construir a casa de um dos seus membros ou uma igreja, fazer reparos numa estrada de uso comum ou numa escola do bairro, ou ainda ajudar alguém que teve sua propriedade danificada pela ação da natureza.

Por último, a indignação seria a terceira mola propulsora do voluntariado, sendo um fenômeno atual. Tradicionalmente, a indignação contra a miséria e as más condições de educação, moradia, saúde e cultura era canalizada para a militância política. Assim, de acordo com os autores referenciados anteriormente “era no campo da luta política que se imaginava resolver todas essas situações, pois vivíamos em um mundo no qual o Estado tinha um papel muito mais central do que tem hoje”. Nessa perspectiva “A idéia era tomar o aparato do Estado e promover a reforma da sociedade a partir daí. Esta foi a proposta do movimento comunista e dos diversos partidos socialistas”. Referindo-se aos movimentos populistas da América Latina, como os liderados por Perón na Argentina, e Getúlio Vargas no Brasil,

seguiram linha paralela, utilizando o Estado como amortecedor dos conflitos sociais. Entretanto advertem que “este caminho começou a bloquear-se a partir do momento em que o sonho socialista virou o pesadelo de Estados policiais. E fechou-se totalmente na era da globalização e do desmonte dos diversos modelos de bem-estar social patrocinados pelo Estado” (idem, p.04).

Tal mudança histórica significou também que a indignação precisava encontrar outros canais de expressão, isto é, “em vez de tomar o poder do Estado para então mudar toda a sociedade, a proposta é fazer o que for possível, mas já”, sendo “justamente este o princípio do voluntariado”. E afirmam “No Brasil, pode-se verificar essa mudança de padrão, quando se vê parte dos militantes de esquerda aderindo a organizações cuja forma de atuar fundamenta-se na ação voluntária mais do que propriamente na militância”, a exemplo da campanha liderada pelo sociólogo Betinho⁷. No entanto, mesmo antes dessa campanha, houve um crescimento da luta ecológica, dos movimentos de defesa do consumidor, ao boom de criação das Organizações Não Governamentais -ONGs⁸. Em todas estas manifestações, encontramos militantes que estiveram envolvidos na luta contra o regime militar, agora assumindo novas bandeiras. Entretanto, quem passa a ser voluntário de ONG vindo da militância política traz consigo suas antigas utopias. E concluem “Naturalmente, além de indignação, tem os mesmos sentimentos de solidariedade e compaixão do voluntário tradicional, mas quer mais do que socorrer. Agrega a idéia de transformação social à prática do voluntariado” (ibidem).

Assim sendo, cumpre-nos ressaltar que no Brasil há alguns anos atrás, ao se referir às ações voluntárias, automaticamente pensava-se em movimentos religiosos ou trabalhos na área da saúde, ações de cunho caritativo, os quais sem dúvida nenhuma eram e continuam sendo importantes. Entretanto, foi a partir da década de 1990, especialmente com a campanha liderada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, intitulada “Ação da cidadania contra a miséria e pela vida”, houve uma difusão da cultura do voluntariado no país. Em outras palavras, a consciência solidária da sociedade passou a ter visibilidade, traduzindo um esforço

⁷ Citam como exemplo mais conhecido o do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e sua “Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida”, movimento que, a partir de 1993, lançou uma ampla campanha contra a fome. Comitês foram criados por todo o país chegando a mobilizar, no auge da campanha, cerca de 30 milhões de pessoas, conforme estimativa do IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística.

⁸ Vale ressaltar, segundo Kinoshita (2007), que o vocábulo ONGs não existe juridicamente no ordenamento brasileiro. Entretanto, a legislação brasileira preconiza as OSCIP’s - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, que se caracterizam por sua finalidade pública, mas não governamental.

voluntário de amplos setores nacionais, sobretudo os anônimos, possibilitando a profissionalização desses voluntários.

A campanha do Betinho despertou a sociedade brasileira para a miséria e a exclusão social existentes no país, até então mascarados ou dissimulados, convocando todos os brasileiros a colaborar pela redução destes graves problemas socioeconômicos. Foi um marco relevante para o aumento da adesão voluntária e, sobretudo, para a mudança de postura em relação ao trabalho voluntário. O que antes era visto como uma atividade de caráter exclusivamente caritativo e assistencialista, segundo o IVA/SC, passou a ser visto como “um movimento mobilizador, com o compromisso de buscar a garantia de direitos tão facilmente esquecidos por aqueles que dependem das políticas compensatórias no Brasil” (p. 07)⁹.

Neste contexto, segundo Landin (2000)¹⁰, a Comunidade Solidária através da antropóloga e então primeira dama Ruth Cardoso, casada com o sociólogo e presidente Fernando Henrique Cardoso, lança o Programa Voluntários em novembro de 1997, acompanhado de Seminários Regionais de Promoção do Voluntariado e da criação de Centros de Referência do Voluntariado espalhados em diversas regiões do país, com objetivos definidos tais como a capacitação, construção de bases de dados, mediação entre instituições e candidatos ao voluntariado¹¹.

⁹ O Instituto Voluntários em Ação de Santa Catarina - IVA/SC, foi criado em maio de 1998, em Florianópolis-SC, caracteriza-se como “uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos” tendo como missão “a sensibilização e a mobilização da sociedade sobre o trabalho voluntário, motivando o engajamento comunitário e empresarial em ações que despertem a solidariedade entre os catarinenses”. O IVA/SC faz a intermediação entre as organizações que necessitam do trabalho dos voluntários e as pessoas que desejam desenvolver esta atividade voluntária. Após seu engajamento na organização escolhida, esses voluntários recebem uma capacitação no IVA/SC, onde são trabalhadas questões como a motivação, auto-estima, desenvolvimento pessoal, cidadania, entre outros. (Pesquisa Qualitativa, 2001: 3-9). Disponível: <<http://www.voluntariosemacao.org.br>> Acesso em 03/Junho/2007.

¹⁰ Segundo Landim (2000: 11-13) “Che Guevara já definia que *el trabajo voluntario es una escuela creadora de conciencias*, citando frase imortalizada num monumento de Havana”. Para a autora, a prática de órgãos governamentais e de primeiras-damas na promoção de voluntariado no Brasil não é algo novo, todavia pouco ou nada estudada e nunca lembrada.

¹¹ Segundo Corullon & Medeiros Filho (2002:05), seu ponto de partida foi uma pesquisa realizada em 1995 e que se transformou no livro “Voluntários – Programa de Estímulo ao Trabalho Voluntário no Brasil” (CORULLÓN, Mónica Beatriz Galiano. Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança. Alphagraphics, São Paulo, 1996), onde foram lançadas as bases da iniciativa que o Conselho da Comunidade Solidária (CCS) viria a assumir no ano seguinte. Dentre os objetivos propostos tivemos: o estímulo ao novo padrão de voluntariado, participativo e cidadão, bem como também dar organicidade nacional ao movimento, montando as condições para a criação de Centros de Voluntários. Em 04 anos foram constituídas mais de 30 Centros de Voluntários, instituições inéditas no país espalhadas por 16 Estados e o Distrito Federal. São núcleos regionais de referência, divulgação, capacitação e organização da oferta e demanda de voluntários.

Nessa perspectiva, conforme o documento da Comunidade Solidária, o Programa Voluntários visa a “implantação de uma cultura moderna do voluntariado, preocupada principalmente com a eficiência dos serviços e a qualificação dos voluntários e instituições”, tendo como missão “contribuir para a promoção, valorização e qualificação do trabalho voluntário no Brasil”. Esclarecendo ainda que “a nova visão do trabalho voluntário não tem nada a ver com caridade e esmola nem com ocupação de quem sofre de tédio. Tem a ver com “cidadania participativa”, ao mesmo tempo que com “eficiência e resultados” (Documento da Comunidade Solidária, s/d *apud* LANDIM, 2000: 13).

Neste contexto, segundo Corullon & Medeiros Filho (2002: 05), “a superação do assistencialismo é a tônica do novo padrão de voluntariado que se instalou no Brasil”. Embora continue sendo importante atender populações em situação de vulnerabilidade, o conceito chave não é mais apenas socorrer os necessitados. Afirmam “É promover a cidadania. A ênfase passa a ser a educação, a capacitação profissional”. Nessa perspectiva, novos temas se inserem no repertório do voluntariado: preservação ambiental, promoção da ética na política e nos negócios, cultura, defesa de direitos, entre outros. Assim “O voluntário começa a se definir como um ativista de novo estilo”. Significa que ser um voluntário é não se contentar apenas em participar de mobilizações e debates, também deve arregaçar as mangas e promover mudanças na medida das suas forças. Dessa forma “também é um militante, porque deseja lutar por suas posições, reivindicar políticas públicas para sua área de atuação” (*ibidem*).

Anterior a esse programa, segundo Landim (2000: 17), tivemos o PRONAV – Programa Nacional do Voluntariado da LBA (Legião Brasileira de Assistência), de 1979 ao início da década de 1990, chegando a contar com 1.040 Núcleos de Voluntariado e 5.454 grupos de voluntários. Buscava-se “pela mobilização e motivação consciente, o engajamento e o trabalho voluntário de cada brasileiro na promoção social das populações carentes, procurando alcançar não só o equacionamento, mas a redução dos problemas sociais” (PRONAV, 1985 *apud* LANDIM, 2000: 17). A autora ressalta que os termos “sociedade civil” e “cidadania” não constavam ainda na retórica oficial, todavia tinha ênfase as campanhas de doação e o eterno modelo “adoção”, sobretudo no Nordeste do país, a exemplo do projeto “Adote uma Viúva da Seca”. Salientando ainda, que a presidência de honra cabia à primeira dama do país e sua estrutura era centralizada, com as primeiras damas dos estados assumindo

as funções de coordenadoras estaduais e as mulheres dos prefeitos a de coordenação municipal.

Ressaltando ainda que o referido primeiro damismo é uma prática antiga e tradicional no Brasil, configurando-se um modelo clássico de facilitação do clientelismo e da “assistência social”, ou melhor, o assistencialismo por mulheres da elite brasileira, numa prática já tão conhecida na história do país, onde a democracia representativa, isto é, o sufrágio universal, em grande medida se articula numa cultura política eleitoreira do voto cabresto, o coronelismo, a troca de favores, o clientelismo e a massa de manobra que por uma ausência de discernimento político acaba legitimando a dominação das elites oligárquicas brasileiras historicamente tão privilegiadas¹².

No que tange ao novo padrão de voluntariado no Brasil na década de 1990, cumpre-nos destacar ainda o pretense engajamento das empresas a esse movimento solidário, a exemplo da “responsabilidade social”, “sócio-ambiental” e “empresa cidadã”, entre outros do gênero. Entretanto, segundo Corullon & Medeiros Filho (2002: 06), o financiamento de empresas e empresários a atividades de interesse público não é uma novidade. Na área da cultura, por exemplo, esta prática é conhecida como mecenato, palavra que remete ao senador romano Caio Cilino Mecenas (século I a.C.), protetor dos artistas. No Brasil, segundo os autores, uma das iniciativas mais importantes, dentro deste padrão, foi a criação do MASP – Museu de Arte de São Paulo – pelo polêmico fundador dos Diários e Emissoras Associados, Assis Chateaubriand. Citam as instituições do chamado “Sistema” (SESI, SENAI, SESC, SENAC e SEBRAE), mantido pelas empresas, embora em caráter compulsório, e que realizam um relevante trabalho social, esportivo, cultural e educativo. Referem-se ainda a filantropia empresarial, como uma prática secular no Brasil. E advertem “aquilo a que se chama “investimento social privado” é um fenômeno mais recente, pelo menos nas proporções como hoje se pratica”. Trata-se dos investimentos enquadrados no que se conhece como “Terceiro Setor”, isto é, o “uso voluntário, planejado e monitorado de recursos privados para fins

¹² Segundo Demo (1996: 24-98) *apud* SILVA (2006: 13), no Brasil “o poder trabalha por disfarces, não costuma vir a público sem máscara, porque seria surpreendido em sua fome de imposição”, ele [...] “não pode chegar a seu destino como poder, por isso, com frequência, usa a cara da participação”. O autor refere-se ainda a pobreza da política, isto é, “a falta de organização da sociedade civil, sobretudo frente ao Estado e às oligarquias econômicas”, não se constituindo como povo consciente e capaz de conquista sua auto-sustentação na história, ao contrário caracteriza-se como massa de manobra.

públicos” (ibidem), conforme definição do GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas¹³, tema este que trataremos no próximo item.

Diante do exposto, emerge uma indagação: por que o interesse crescente e generalizado por essas práticas antigas e há muito tempo consideradas arcaicas para lidar com as expressões da questão social? Para responder essa pergunta, evidentemente há de ser considerado o respectivo contexto mundial de transformações sociais, econômicas e políticas. Desta forma, percebe-se que as referidas práticas tem uma funcionalidade relevante para os projetos neoliberais em curso de desmonte de políticas sociais e de Estado Mínimo, implementados como parte da resposta à grave crise estrutural do capital eclodida no final da década de 1970, em âmbito mundial.

Neste prisma, cumpre-nos esclarecer o que vem a ser voluntário.¹⁴

Encontramos várias definições de voluntário na pequena literatura existente acerca deste tema. A legislação brasileira regulamenta e dispõe sobre o serviço voluntário, através da Lei nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998, a saber:

“Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. Parágrafo único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim” (artigo 1º)¹⁵.

Com o intuito de esclarecer melhor essa temática, ressaltamos também a definição da Organização das Nações Unidas:

¹³ Segundo Corullon & Medeiros Filho (2002: 06), o próprio GIFE só foi constituído formalmente em 1995. Em 2001 contava com 61 associados, entre os quais estavam as maiores instituições sem fins lucrativos mantidos por empresas. Os associados do GIFE, conforme pesquisa divulgada pela entidade, investiram R\$ 437 milhões em 2000, 15,7% a mais que o valor apurado em 1997, descontada a inflação do período. Vid Pesquisa Gife: <<http://www.gife.org.br>>

¹⁴ Segundo o dicionário Ferreira (2004) Voluntário significa “1. Que age espontaneamente. 2. Derivado da vontade própria, espontâneo. 3. Diz-se daquele que executa tarefas voluntariamente, sem pagamento algum. 4. O que se alista espontaneamente nas forças armadas. 5. Indivíduo voluntário [...]”

¹⁵ Vid Anexo B: Lei do Voluntariado. Disponível em <<http://www.riovoluntario.org.br/legislação.html>> e <<http://www.rits.org.br>> Acesso em 01/Maio/2007.

"o voluntário é o jovem ou adulto que, devido a seu interesse pessoal e seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividade, organizadas ou não, de bem estar social ou outros campos..."¹⁶

Segundo recente estudo realizado pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, definiu-se o voluntário como:

*“ator social e agente de transformação, que presta serviços não remunerados em benefício da comunidade, doando seu tempo e conhecimentos, realiza um trabalho gerado pela energia de seu impulso solidário, atendendo tanto às necessidades do próximo ou aos imperativos de uma causa, como às suas próprias motivações pessoais, sejam estas de caráter religioso, cultural, filosófico, político ou emocional”*¹⁷ (grifos nossos).

Já o Conselho da Comunidade Solidária define o voluntário como sendo a pessoa que “motivada por valores de participação e solidariedade, doa seu tempo, trabalho e talento, de forma espontânea e não remunerada, para causas de interesse social e comunitário” (IVA/SC, 2001: 06). Percebe-se, portanto, que o voluntário realiza o trabalho norteado pelo impulso solidário e espírito cívico, atendendo tanto às necessidades do próximo quanto às suas próprias motivações pessoais.

Segundo a organização Riovoluntário, quando nos referimos ao voluntário contemporâneo, engajado, participante e consciente, diferenciamos também o seu grau de comprometimento: ações mais permanentes, que implicam em maiores compromissos, requerem um determinado tipo de voluntário, e podem levá-lo inclusive a uma "profissionalização voluntária"; existem também ações pontuais, esporádicas, que mobilizam outro perfil de indivíduos.

Neste prisma, vale ressaltar também a conceituação do voluntário defendida por Dohme (2001: 17) “É a pessoa que doa o seu trabalho, suas potencialidades e talentos em uma função que a desafia e gratifica em prol da realização de uma ação de natureza social”. A mesma conclui ainda: “o trabalho voluntário é uma ação de qualidade, feito com prazer em

¹⁶ Disponível em <<http://www.onu.org.br>> Acesso em 01/Maio/2007.

¹⁷ Vid Fundação Abrinq, disponível em <<http://www.fundacaoabrinq.org.br>> Acesso em 01/Maio/2007.

direção a uma solução que não precisa necessariamente ser grande, mas eficiente. É o somatório desses êxitos que fará a diferença em nossa comunidade” (*ibid*, p.18).

A autora analisa essa definição a partir de quatro elementos principais:

- *Qualificação*: o conceito moderno de voluntariado está muito ligado à execução de um trabalho qualificado, que leva em conta o talento e as habilidades de quem o executa.
- *Satisfação*: é um trabalho exercido com prazer, garra, que fascina e dá um sentimento de plenitude a quem o executa. É a busca da obtenção de resultados sociais que coincidem com seus valores pessoais e sua visão de futuro para a comunidade em que está inserido.
- *Doação*: a entrega de horas de sua vida em prol do próximo, da comunidade, é resultado de um amor transbordante, que precisa se materializar por meio da ação.
- *Realização*: é um trabalho que tem compromisso com o êxito, com o sucesso, que está determinado a cumprir os objetivos propostos (*ibid*, p.17-18) (grifos da autora).

Ao analisar os motivos que mobilizam o sujeito em direção ao trabalho voluntário, segundo a Riovoluntário, descobrem-se, entre outros, dois componentes fundamentais: o de cunho pessoal, a doação de tempo e esforço como resposta a uma inquietação interior que é levada à prática, e o social, a tomada de consciência dos problemas ao se enfrentar com a realidade, o que leva à luta por um ideal ou ao comprometimento com uma causa.

Nesse sentido, salientamos que altruísmo e solidariedade são valores morais socialmente constituídos vistos como virtude do indivíduo. Do ponto de vista religioso acredita-se que a prática do bem salva a alma; numa perspectiva social e política, pressupõe-se que a prática de tais valores zelará pela manutenção da ordem social e pelo progresso do ser humano. Dessa forma, segundo a Riovoluntário: “A caridade (forte herança cultural e religiosa), reforçada pelo ideal, as crenças, os sistemas de valores, e o compromisso com determinadas causas são componentes vitais do engajamento”. E adverte ainda que “Não se deve esquecer, contudo, o potencial transformador que essas atitudes representam para o crescimento interior do próprio indivíduo”.¹⁸

No que tange a motivação ao trabalho voluntário, segundo constatado pela pesquisa qualitativa do IVA/SC (p.34): “A principal motivação que leva as pessoas a exercerem uma ação voluntária é a solidariedade, o desejo de ajuda ao outro, como também o desejo de

¹⁸ Disponível em <<http://www.riovoluntario.org.br>> Acesso em 01/Maio/2007.

compartilhar os dons, os conhecimentos que essas pessoas dispõem”.¹⁹ Percebe-se, portanto, o sentimento altruísta que desperta a disposição do sujeito a inserir-se nessa modalidade de trabalho.

Segundo Dohme (2001), ao decidir procurar um trabalho voluntário, o indivíduo tem algumas expectativas, entre as quais: “*Fazer diferença*, algo significativo: nesse caso é preciso delinear-se claramente para cada um o que lhe dará maior sensação de realização, o que o levará a sentir que está fazendo diferença” (p.18) (grifos da autora). Para a autora, essa motivação está relacionada ao objetivo que a organização social atinge, no sentido de que o voluntário se sente bem apoiando e trabalhando numa organização que visa uma causa que ele considera justa e que constrói um futuro que coincida com sua visão pessoal.

A autora aponta ainda outros fatores motivacionais:

- *Satisfação em fazer parte de um grupo*: outro fator de motivação que faz procurar o trabalho voluntário é o sentimento de pertencer a um grupo que tem o mesmo tipo de pensamento, uma escala de valores semelhante.
- *Identificação pessoal com a causa*: muitas pessoas apóiam organizações que utilizam ou cuja causa identifica-se com problemas que tiveram consigo ou com um parente próximo. Sua visão altruísta do mundo faz com que trabalhem para que outros não venham a sofrer aquilo que elas sofreram (*ibid*, p.19) (grifos da autora).

Quanto aos resultados obtidos com o trabalho voluntário, percebe-se que a organização social se beneficiará muito recebendo um voluntário, sobretudo, porque se trata de trabalho profissional qualificado sem remuneração. O voluntário, segundo Dohme, além de doar seu tempo, suas habilidades, conhecimentos e seu talento às atividades realizadas, há outros atributos que dão qualidade a esse trabalho:

- [...] *exerce o trabalho com total adesão aos fins propostos*, pois se não concordasse com os fins da organização não está trabalhando nela; isso favorece muito o desempenho.
- *Ele trabalha em algo que gosta e que escolheu*. O trabalho exercido livre da obrigação ou da necessidade é sempre acrescido de fatores positivos: a criatividade entra em ação e novas soluções são encontradas, novos conhecimentos são adquiridos pela constante busca de capacitação por meio de cursos e leituras. A conclusão do trabalho, da melhor forma possível tornar-se-á um saudável desafio a ser conquistado.

¹⁹ Segundo o dicionário Ferreira (2004) solidariedade significa “1. Laço ou vínculo recíproco de pessoas ou coisas independentes. 2. Apoio a causa, princípio, etc, de outrem. 3. Sentido moral que vincula o indivíduo à vida, aos interesses dum grupo social, dum país, ou da humanidade”.

- *Ele acrescenta amor ao seu trabalho.* Sendo uma mola motivadora ao exercício desse tipo de trabalho o sentimento de caridade, o amor ao próximo, o sentimento comunitário, é claro que o voluntário vem imbuído de amor, e esse sentimento, inquestionavelmente, é um veículo de boas e verdadeiras realizações (idem, p.20).

Destacamos também a pesquisa qualitativa do IVA/SC (p.35-36), realizada em agosto de 2001, em relação às mudanças na vida da pessoa que se dedica ao trabalho voluntário, apontando uma série de benefícios entre os quais:

- Aumento do sentimento de sua auto-estima e autoconfiança;
- Aumento do sentimento de maior equilíbrio emocional;
- Sentem capacidade para fazer uma leitura crítica da sociedade, o que as conduz a uma maior inserção social;
- Sentem-se mais conscientes de seu papel como cidadãos;
- Sentem a capacidade de aliar a atividade voluntária à atividade profissional;
- Sentem-se capazes de dar um melhor sentido às suas vidas.

Nesse prisma, pautados nos depoimentos pesquisados, afirma o IVA/SC “os voluntários sentem-se realmente protagonistas da sociedade onde estão inseridos e, através de suas contribuições pessoais, o trabalho voluntário torna-se um grande passo para o aumento da consciência social” (*ibid*, p.36).

Reportando-nos ainda ao IVA/SC, apresentamos abaixo, o perfil dos voluntários cadastrados de 1998 a 2005, totalizando 5.217 pessoas, no âmbito municipal em Florianópolis-SC:

Tabela 1 – Perfil dos voluntários cadastrados no IVA/SC

		1998/ 1999	2000	2002	2004	2005	2006
<i>Sexo</i>	<i>Masculino</i>	20,2%	24,9%	28,8%	23%	25,2%	23%
	<i>Feminino</i>	79,8%	75,1%	71,2%	77%	74,8%	77%
<i>Idade</i>	<i>16 a 20</i>	15%	26%	17,9%	22,2%	28%	24%
	<i>21 a 30</i>	33%	34%	36,8%	35,6%	30,7%	38,5%
	<i>31 a 40</i>	21%	15%	17,5%	16%	14,6%	17%
	<i>41 a 50</i>	16%	14%	12,6%	11,7%	13,4%	10,5%
	<i>51 a 60</i>	9%	6%	8,8%	10,4%	7,8%	6,8%
	<i>Acima de 60</i>	5%	3%	3%	3%	4,3%	1,6%
	<i>Não informou</i>	1%	2%	3,4%	1,1%	1,2%	1,6%
<i>Estado Civil</i>	<i>Solteiro (a)</i>	51%	60%	57%	62,4%	57%	64%
	<i>Casado (a)</i>	31%	27%	25%	25,5%	26%	21,4%
	<i>Divorciado (a)</i>	8%	9%	5,5%	3,9%	6,3%	2%
	<i>Separado (a)</i>	-	-	4,7%	4,6%	4%	3,6%
	<i>Viúvo (a)</i>	3%	2%	2,8%	2,3%	1,9%	0,6%
	<i>Não informou</i>	7%	2%	5%	1,3%	4,8%	8,4%
<i>Grau de Instrução</i>	<i>1º grau incompleto</i>	4%	3%	1,8%	2,2%	0,8%	1,6%
	<i>1º grau completo</i>	3%	4%	3,2%	3,9%	1,6%	1%
	<i>2º grau incompleto</i>	11%	11%	9,1%	8%	7,8%	5,7%
	<i>2º grau completo</i>	25%	26%	20,8%	27,4%	23,6%	20,3%
	<i>Superior incompleto</i>	21%	30%	27,5%	27,9%	33,8%	30,8%
	<i>Superior completo</i>	35%	25%	29%	27,9%	28,7%	31,8%
	<i>Pós-graduação</i>	-	-	3,1%	1,2%	2,4%	3,6%
	<i>Não informou</i>	1%	1%	5,5%	1,5%	1,3%	5,2%
<i>Ocupação</i>	<i>Empregado</i>	50%	52%	45,7%	40%	43,7%	45,3%
	<i>Desempregado</i>	25%	20%	21,4%	23,6%	18,9%	20,3%
	<i>Estudante</i>	18%	21%	26,7%	28,3%	27,2%	29%
	<i>Aposentado</i>	7%	7%	6,2%	8,1%	10,2%	5,4%

Fonte: IVA/SC – Instituto Voluntários em Ação de Santa Catarina.

Ressaltamos, conforme já mencionado, que a prática do voluntariado sempre existiu no Brasil, entretanto sua ascensão com maior ênfase e a difusão da cultura do voluntariado ocorreu na década de 1990, num contexto de governos neoliberais, seguindo as diretrizes dos

organismos internacionais FMI, BID, BM e OMC, cuja orientação está focada na reforma do Estado, ou melhor dizendo a contra-reforma do Estado, que se viabiliza por meio da constante e gradual desresponsabilização do Estado em relação as suas atribuições para com a população brasileira, sobretudo, no âmbito social, o qual repassa, em grande medida, essas responsabilidades para setores da sociedade civil organizada. Dessa forma, emerge a figura do “terceiro setor”²⁰, predominantemente representado pelas chamadas ONG’s – Organização Não Governamental e organizações filantrópicas, que atuam, sobretudo, com a participação fundamental do voluntariado. Assim sendo, em seguida, abordaremos o “terceiro setor” sob a égide da barbárie neoliberal.

1.2 O Terceiro Setor

O termo “terceiro setor”, segundo Montañó (2005: 181), é carente de rigor teórico e desarticulador do social, pressupondo a existência de um primeiro e um segundo setor, o que divide a realidade social em três esferas autônomas: o Estado, o mercado e a sociedade civil. Entretanto, numa perspectiva crítica e de totalidade, este conceito é puramente ideológico e inadequado ao real, o autor critica veemente esta divisão em três setores, pois “consiste num artifício positivista, institucionalista ou estruturalista” (p.182).

Os teóricos do “terceiro setor”, o conceituam como “organizações de uma sociedade civil, autonomizada do Estado e do mercado e desarticulada do processo histórico de reforma do capital”²¹, o que, segundo Montañó, nos levaria a uma visão romântica esquizofrênica da realidade, isto é, “o neoliberalismo está reformando o Estado, mas os setores progressistas estariam dando a resposta na sociedade civil” (*ibid*, p.183).

Assim, o autor refuta a tese desses teóricos e ressalta que para explorar essa categoria, é fundamental fazer uma análise do real como totalidade histórica, isto é, considerando que “a partir das mudanças da realidade contemporânea, promovidas pelo embate desigual entre o

²⁰ Vid Anexo A: Lei do Terceiro Setor – Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999, qualifica pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações na Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip, institui e disciplina o termo de parceria a ser firmado entre o Poder Público e as Oscips (artigo 9º). Lei regulamentada pelo Decreto nº 3.100 de 30 de junho de 1.999 e pela Portaria MJ nº 361 de 27 de julho de 1.999, sendo alterada posteriormente pela Medida Provisória nº 2.123-29 de 23 de fevereiro de 2001. Disponível em <<http://www.rivoluntario.org.br/legislação.html>> e <<http://www.rits.org.br>> Acesso em 01/Maio/2007

²¹ Segundo Menegasso (1999: 05) terceiro setor é a “sociedade civil que se organiza e busca soluções próprias para as suas necessidades e problemas, fora da lógica do Estado e do mercado”.

projeto neoliberal e as lutas dos trabalhadores, verdadeiras transformações estão se processando nas respostas da sociedade à chamada “questão social”²² e suas refrações”²³ (ibidem).

O “terceiro setor”, segundo Rosa (2003: 29), possui aproximadamente “12 milhões de pessoas entre gestores, voluntários, doadores e beneficiados de entidades beneficentes, além dos aproximadamente 45 milhões de jovens que vêm como sua missão ajudar o terceiro setor”. Citando uma pesquisa feita pela Kanitz & Associados revelou alguns dados das 400 maiores entidades do Brasil em 2000: “seu dispêndio social foi de R\$1.971.000,00, possuindo 86.894 funcionários e 400.933 voluntários”. O “terceiro setor” tem como principais atores as “ONGs, OSCIPs²⁴, fundações, institutos, empresas com responsabilidade social, entidades beneficentes, empresas doadoras, elite filantrópica, pessoas físicas/voluntários, fundos comunitários e entidades sem fins lucrativos ou econômicos” (ibidem).

Segundo Montaño (2005), o crescimento do “terceiro setor” não é um fenômeno isolado, também não é uma forma de compensação do afastamento estatal das respostas às seqüelas da “questão social”. Ao contrário, o mesmo afirma ainda que:

“ele é um fenômeno integrado, complementar, parte do mesmo projeto neoliberal que, por um lado, reduz o papel do Estado na intervenção social, redirecionando sua modalidade de ação [...], por outro lado, cria uma demanda lucrativa para os serviços privados e que, finalmente, estimula a ação voluntária e filantrópica de um “terceiro setor” dócil e supostamente substitutivo da ação estatal. São três formas de intervenção social que fazem parte do mesmo projeto neoliberal: o desmonte do padrão de respostas sociais típicas do *Welfare State* e da Constituição brasileira de 1988” (ibid, p.197-8).

²² Segundo Mota (1995: 220) “a *cultura da crise* dos anos 80 e 90 incorpora um novo modo de trato da questão social brasileira [...] que aponta para uma etérea cultura de solidariedade social, seja ela dominada de redes de proteção social, de políticas de combate à pobreza, de comunidades solidárias ou de expansão dos programas de assistência social” (grifo da autora).

²³ Conforme conceituação divulgada eletronicamente “O primeiro setor é o governo, que é responsável pelas questões sociais. O segundo setor é o privado, responsável pelas questões individuais. Com a falência do Estado, o setor privado começou a *ajudar* nas questões sociais, através das inúmeras instituições que compõem o chamado terceiro setor. Ou seja, o terceiro setor é constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais, que tem como objetivo gerar serviços de caráter público”. Disponível <<http://www.filantropia.org.br>> Acesso em 27/maio/2007. Ressaltamos que não concordamos com tal definição, sobretudo, com a delimitação dos três setores e com a expressão “questões sociais”, por entendermos que só existe uma questão social e suas várias expressões.

²⁴ Segundo Rosa (2003: 36), “o título de OSCIP é uma vitória em si”, pois ao contrário das ONGs, visa identificar legalmente quem faz parte do terceiro setor “trata-se de uma questão de identidade”. Para obter a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, a entidade deve atender os seguintes requisitos (conforme Lei nº 9790/99): “1) Ser pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos e lucrativos; 2) Atender aos objetivos sociais e às normas estatutárias previstas na Lei; 3) Apresentar cópias autenticadas dos documentos exigidos” (idem, p.33).

Nessa perspectiva, segundo o referido autor, a partir do tripé constitucional da Seguridade Social: previdência, saúde e assistência social, evidencia-se a divisão das atribuições, na qual o “setor” empresarial se predispõe a atender demandas nas áreas da previdência social e da saúde, enquanto que o “terceiro setor” orienta-se principalmente para a assistência social (idem, p.198).

Desta forma, adverte o autor, esse triplo processo de *precária intervenção estatal*, de *refilantropização* da “questão social” no âmbito do “terceiro setor” para os despossuídos (sem cidadania), acompanhada de uma *re-mercantilização*, consolidam-se *três modalidades de serviços* com qualidades diferentes: “o privado/mercantil, de boa qualidade, o estatal/“gratuito”, precário e o filantrópico/voluntário, geralmente também de qualidade duvidosa”, constituindo-se também *três categorias de cidadãos*: “os “integrados”/consumidores de serviços mercantilizados, os “excluídos”/usuários de serviços estatais precários, focalizados e descentralizados e os “excluídos”/assistidos pela caridade e filantropia do “terceiro setor” (ibidem) (grifos do autor).

Nesse prisma, essa tríplice modalidade de resposta à “questão social”: estatal, filantrópica e mercantil, necessita de um processo que cumpra uma função ideológica e de viabilidade econômica. Entretanto, ressalta Montañó, as organizações do “terceiro setor” geralmente não tem condições de autofinanciamento e dependem da transferência dos recursos públicos para seu funcionamento. Essa transferência “é chamada ideologicamente, de “parceria” entre o Estado e a sociedade civil, na qual “o Estado supostamente contribuindo, financeira e legalmente, para propiciar a participação da sociedade civil” (ibid, p.199)²⁵.

Para o autor, essa parceria pauta-se na real redução relativa de gastos sociais “é mais barato que as ONGs prestem serviços precários e pontuais/locais, do que o Estado, pressionado por demandas populares e com as necessidades/condições da “lógica democrática”, desenvolva políticas sociais universais permanentes e de qualidade”. Entretanto, o objetivo principal dessa parceria, é evidentemente ideológico: mascarar a realidade, no sentido de ocultar o desmonte da responsabilidade do Estado quanto às respostas às refrações

²⁵ Segundo Rosa (2003: 72), a Lei nº 9.790/99 criou o Termo de Parceria, isto é, um “novo instrumento jurídico de fomento e gestão das relações de parceria entre as OSCIPs e o Estado”, com o objetivo de “imprimir maior agilidade gerencial aos projetos e realizar o controle pelos resultados, com garantias de que os recursos estatais sejam utilizados de acordo com os fins públicos”. Embora não seja obrigatório o concurso de projetos para a escolha da provável parceira OSCIP, trata-se de uma forma mais democrática, transparente e eficiente de escolha. Assim conclui o autor “é responsabilidade do órgão estatal averiguar com antecedência a idoneidade, a regularidade, a competência e a adequação da OSCIP aos propósitos do Termo de Parceria” (idem, p.73).

da questão social, a perda do direito a serviços sociais de qualidade e universais, com vistas a fazer parecer “um processo apenas de transferência desta função e atividades, de uma esfera supostamente ineficiente, burocrática, não especializada (o Estado), para outra supostamente mais democrática e participativa e mais eficiente (“terceiro setor”)” (*ibid*, p. 199-200).

Neste sentido, referindo-se aos recursos públicos repassados para o setor privado no Brasil, de 2001 até 2005, segundo Biasioli & Melo (2007: 30), em âmbito federal a cifra “alcançou a monta de aproximadamente R\$2 bilhões por ano, sendo que, na média, metade dos repasses não guarneceram de licitação”. Percebe-se, portanto, uma porta da possibilidade concreta de se imperar a corrupção, a qual tem sido alvo de constantes ataques pelo Ministério Público, todavia graças a cultura política oligárquica e corrupta predominante no país, impera o “novo modismo de se esvaziar o erário em prol de interesses privados, por intermédio das ONGs fabricadas apenas para recepcionar leviandades desta natureza, que acabam contaminando a boa relação das entidades sérias com o Estado”. Essa corrupção imperante no Brasil, dentre outras formas possíveis, se efetiva por meio dos repasses sem licitação, que segundo os autores, em grande parte privilegiam, por exemplo “ideologias ou partidos políticos, apadrinhamentos partidários, remunerando dirigentes, financiando campanhas, distribuindo resultados, desviando finalidades das verbas, entre outros” (*idem*, p.31)²⁶.

A emergência e fortalecimento do “terceiro setor” complementando o processo de desarticulação da responsabilidade social do Estado causam algumas conseqüências, adverte Montañó (2005: 200):

“[...] deslocamentos: de lutas sociais para a negociação/parceria; de direitos por serviços sociais para a atividade voluntária/filantrópica; da solidariedade social/compulsória para a solidariedade voluntária; do âmbito público para o privado; da ética para a moral; do universal/estrutural/permanente para o local/focalizado/fortuito”.

No que tange as fontes de recursos para o “terceiro setor”, salienta o autor, na maioria das vezes essas organizações não são auto-sustentáveis, necessitando, portanto, da captação de recursos ou *fundraising*, tornando-se “não apenas uma atividade essencial da organização, mas ainda pode passar a orientar a filosofia e a condicionar a sua missão” (*idem*, p.207). Essas atividades de *fundraising* têm movimentado relevantes volumes de recursos financeiros, a

²⁶ Vid BIASIOLI, Marcos & MELO, Alessandro R. Parceria ou corrupção: o limiar da escolha das ONGs. *Revista Filantropia*, ed.27, ano VI. São Paulo: Zeppelini Editorial, 2007, p.29-31.

exemplo dos Estados Unidos, onde as 750 mil organizações filantrópicas ou sem fins lucrativos levantaram em 1999, 190 bilhões de dólares, sendo que o “terceiro setor” estaria representando naquele país 6,3% do PIB (ibidem)²⁷.

No Brasil, temos a Associação Brasileira de Captadores de Recursos – ABCR, criada em 2000, todavia segundo Montaño (p.207), aqui essas atividades de *fundraising* ainda são incipientes. O autor cita uma pesquisa realizada pela Oxfam (Grã-Bretanha) e pelo Instituto de Estudos da Religião – ISER, em 1995, onde registrou-se o valor anual de 74 milhões de dólares, provenientes das maiores fundações e agências de cooperação européias e norte-americanas. O “terceiro setor” gastou “no Brasil, cerca de 10,9 bilhões de reais no mesmo ano, correspondendo a 1,5% do PIB” (ibidem).

Segundo Montaño, a atividade de “captação de recursos” no “terceiro setor” pode levar a uma perda de identidade, uma descaracterização da missão da organização. Reportando-se a Petras (1999: 79) “um dos efeitos do fluxo de recursos internacionais foi a *perda freqüente de várias características* das ONGs latino-americanas (com seu caráter participativo, agilidade burocrática etc)”²⁸. Entretanto, o autor aponta outro efeito “a proliferação de ONGs, que passaram a ser *criadas com o único propósito de absorver parte do fluxo de dinheiro internacional* devido à persistente escassez na oferta de empregos em outros setores” (p.208) (grifos do autor).

Desta forma, a captação de recursos que deveria ser *funcional* torna-se *essencial*, adverte o autor, “torna-se o *fundamento* da “missão” organizacional” (p.210) (grifos do autor). Para o autor, a atividade de financiar essas organizações está inserida num conjunto de mudanças culturais, valorativas e institucionais:

²⁷ Segundo Montaño, essa atividade de captação de recursos tem criado nos EUA um mercado de trabalho específico, uma “profissão” altamente competitiva: a dos executivos especializados nessa atividade, cerca de 300 mil “profissionais”, e uma organização: a Sociedade Nacional de Executivos de Captação de Recursos, com 23 mil filiados (Exame: 2000:22 *apud* MONTAÑO, 2005: 207).

²⁸ Montaño cita um periódico de circulação nacional (Exame, 2000: 24), uma edição dedicada ao “Guia de boa cidadania corporativa”, na qual são apontadas 20 dicas para a captação de recursos para o “terceiro setor”. O título da matéria é “O melhor jeito de pedir”, definindo essa atividade como “uma tarefa para profissionais”. Evidencia-se “a transfiguração de uma função social – a resposta a demandas sociais, constitutiva de direito e de caráter universal – para uma “esmola” oficializada e “profissionalizante” é de enorme significação no padrão de regulação social” (*ibid*, p.209). Cita também como exemplo Peter Drucker, considerado o “guru” da administração moderna, o qual postula “sabemos que não podemos mais esperar obter dinheiro de doadores, eles precisam se transformar em contribuintes” (Drucker, in Exame, 2000: 24 *apud* MONTAÑO, 2005: 208).

“Mudanças culturais e valorativas na população, referidas tanto à excessiva desconfiança no Estado (tido como ineficiente, burocrático, lento, caro, corrupto, etc), como à exagerada confiança na “sociedade civil” como instância supostamente mais próxima do povo, do excluído, mais flexível, democrática, mais eficiente. Mudanças culturais e valorativas empresariais, definidas, pelos autores do “terceiro setor”, como “maior sensibilidade social” do empresariado, como o “despertar do empresário para sua responsabilidade social”, como sua “visão mais ampla” na constituição da “empresa cidadã” – na verdade, mudanças de estratégia de marketing e redução de custos e tributos. Mudanças institucionais, na passagem de uma função social, a resposta às demandas sociais, do âmbito de responsabilidade fundamentalmente estatal [...] para o âmbito particular das organizações do “terceiro setor”, próprio ou funcional ao projeto neoliberal” (*ibid*, p.210-211).

Referindo-se ainda as fontes de recursos para o chamado “terceiro setor”, adverte o autor, podem provir de: “simpatizantes, membros filiados à organização e público em geral²⁹; empresas “doadoras” ou fundações de filantropia empresarial³⁰; atividades comerciais, vendas de serviços; instituições estrangeiras³¹; e recursos governamentais³²” (p.211). Entretanto, ressalta que “é imperiosa uma análise mais profunda e crítica sobre estas fontes de recursos” (*ibidem*).

No Brasil, o tema da captação de recursos tem ganhado destaque especial nos eventos realizados voltados ao chamado “terceiro setor”, inclusive é um tema recorrente ressaltado nas revistas e livros publicados nos últimos anos, a exemplo da revista *Filantropia* que aborda esse tema em todas as suas edições. Em 2002 anunciava com destaque: “*Franchising* social: a mais

²⁹ Destaque para o trabalho voluntário, a partir dos apologéticos De Masi e Rifkin e do ano de 2001 ter sido o “Ano Internacional do Voluntário”, trabalho este oferecido durante o “tempo livre”. Os referidos autores defensores da idéia de que na sociedade pós-industrial, o “ócio criativo” e o “tempo livre” passaram a ocupar a centralidade (antes do trabalho), permitindo o cidadão dedicar-se às atividades voluntárias no “terceiro setor”. Todavia, Montaña aponta a precariedade da análise social destes autores que “confundem trabalho com emprego, não diferenciam o “tempo livre do desemprego ou subemprego”. Complementa “Substitui-se a atividade profissional/assalariada, garantidora de qualidade e permanência, pelas tarefas voluntárias, fugazes e de qualidade duvidosa que, por sua vez, são geradoras de ainda mais desemprego” (*ibid*, p.212).

³⁰ Segundo Montaña, pensar nessas empresas ou fundações no sentido de “uma maior “sensibilidade” e “responsabilidade social” do empresariado resulta numa visão romântica e fetichizada da realidade”. Na verdade, elas obtêm maiores benefícios que seus custos, a partir das vantagens econômicas e/ou políticas da atividade filantrópica. Citando Marx (1980: 690) “o luxo entra nos custos de representação do capital”, como fonte de crédito e de vantagens econômicas e políticas. Acrescenta o autor “a *filantropia empresarial* entra nos custos de representação do capital”, limpando a imagem da empresa, melhorando o *marketing* comercial, isentando o capital de impostos estatais, conseguindo subsídios, entre outros benefícios” (p.213) (grifos do autor).

³¹ Exemplos apontados por Montaña: ONU, Banco Mundial, BID, fundações como Konrad Adenauer, Rockefeller, etc. têm desembolsado recursos destinados as atividades do “terceiro setor” nos países periféricos, enviados diretamente às organizações ou indiretamente passando pela gestão do Estado (p.214).

³² No Brasil, segundo Montaña, o Estado, seja a União, o governo estadual ou o municipal, constitui relevante fonte de recursos para o “terceiro setor”. Por meio das “parcerias”, o Estado destina expressivas quantias às organizações filantrópicas e de serviços públicos, através de transferências de fundos mediante vários mecanismos tais como: “isenção de impostos (renúncia fiscal), *terceirização, parcerias, subvenções*, etc” (p.214) (grifos do autor).

nova ferramenta de captação de recursos do Terceiro Setor” vista como a solução para o problema e obter sucesso, pois “trata-se de um mecanismo avançado, moderno, que traz vantagens para todas as partes envolvidas”. Cita como exemplo a hipótese de uma possível franquia de uma Fundação Bradesco espalhada pelo Brasil, que “certamente seu *know-how* seria repassado a milhares de parceiros institucionais e as vantagens seriam recíprocas”. Esclarece ainda que o contrato de franquia ou “*franchising*” está regulamentado legalmente no Brasil através da Lei 8.955/94, cujo conceito é:

“sistema pelo qual um franqueador cede ao franqueado o direito de uso de marca ou patente, associado ao direito de distribuição exclusiva ou semi-exclusiva de produtos ou serviços e, eventualmente, também ao direito de uso de tecnologia de implantação e administração de negócio ou sistema operacional desenvolvidos pelo franqueador, mediante remuneração direta ou indireta sem que, no entanto, fique caracterizado vínculo empregatício”³³.

A referida matéria ressalta ainda que a legislação vigente impede o desvio de finalidade da obra social, todavia “ressalva-se que todos os frutos do contrato de franquia devem ser destinados aos próprios fins da instituição, que é a produção do bem”. Complementa com destaque que esse contrato tem “como ponto alto e nevrálgico, a profissionalização da prática do bem, que poderá crescer de forma avassaladora, sem erros de percursos já ultrapassados por aquelas obras mais experientes” (idem p.22-23).

A Associação Brasileira de Captação de Recursos – ABCR, conforme entrevista concedida à revista *Filantropia* pelo seu presidente Sr. Custodio Pereira, é uma organização sem fins lucrativos criada em 2000 tendo como missão “promover, desenvolver e regulamentar a atividade de captação de recursos, segundo o seu Código de Ética e apoiando o Terceiro Setor na construção de uma sociedade melhor”. Ressalta a necessidade urgente no Brasil de se investir na “Visibilidade e profissionalização na captação de recursos”, inclusive estimular a realização de pesquisas e publicações com informações mais precisas e amplas sobre o “terceiro setor”. Segundo o presidente da ABCR, ultimamente várias instituições tradicionais estão oferecendo cursos em gestão de organizações do “terceiro setor”, em nível de pós-graduação e especialização, contribuindo para formar esse escasso profissional de

³³ Vid BIASIOLI, Marcos. Franchising social: A mais nova ferramenta de captação de recursos do Terceiro Setor. *Revista Filantropia*, nr. 03, ano 1. São Paulo: Zeppelini Editorial, nov/dez de 2002, p.22-23.

captação de recursos, a exemplo da “Mackenzie, FGV, USP e Senac”. E aponta alguns fatores relevantes para se obter êxito na captação de recursos:

“Deve-se apresentar a causa como uma oportunidade para que o doador participe ou contribua mostrando a importância e a urgência da participação dele porque pessoas estão precisando de socorro. [...] O processo de envolvimento do doador com a causa deve ser contínuo e crescente, pois é sabido que pequenos doadores podem se transformar em grandes doadores [...], além disso indicará ou levará outros a doar para a mesma causa [...] certamente saber agradecer, ou seja, reconhecer o doador e a doação, é uma arte e precisa ser desenvolvida para que o doador se envolva cada vez mais com a causa”³⁴.

Ressaltando que as edições da referida revista divulgam com expressivo destaque alguns especialistas “gurus” bem sucedidos na área e reconhecidos internacionalmente, que apontam receitas mágicas para o pretense êxito na captação de recursos. A exemplo do diretor-executivo da Resource Alliance – o britânico Simon Collings³⁵, durante a 11ª Conferência Latino-Americana de Mobilização de Recursos para o Terceiro Setor, sediada em São Paulo, afirmando que no Brasil faltam bons profissionais nessa área. Ministrou sua fala enfocando “Como desenvolver uma estratégia de Captação de Recursos”, a partir de 6 etapas, salientando: “A estratégia de captação de recursos deve fazer parte do planejamento global da entidade”, bem como “deve contar com o apoio dos funcionários e voluntários”. Ressaltou ainda “Uma das características mais importantes é ter paixão pela causa da organização, caso contrário, será impossível inspirar o doador” (*ibid*, p.25).

Outra edição a ser mencionada, traz entrevista com o norte-americano Lester Salamon, catedrático da Universidade Johns Hopkins (EUA), autor de diversas obras entre as quais *American’s Nonprofit Sector* considerada a “bíblia do terceiro setor” nas universidades americanas”, segundo a revista. Afirma “O terceiro setor no Brasil é mais ativo e vibrante que nos EUA, apesar de ser menor e menos desenvolvido” e aponta os cinco grandes desafios para

³⁴ Vid PEREIRA, Custódio. Visibilidade e profissionalismo na captação de recursos. **Revista Filantropia**, nr. 03, ano 1. São Paulo: Zeppelini Editorial, nov/dez de 2002, p.24-25.

³⁵ Segundo a revista “No Brasil, a Resource Alliance firmou parceria com a ABCR (Associação Brasileira de Captadores de Recursos) e o Senac”, esclarecendo ainda que “com cerca de 30 anos de atuação, a Resource Alliance é uma renomada rede internacional que trabalha para a capacitação e o fortalecimento na obtenção e mobilização de recursos para o Terceiro Setor” (p.11).

o “terceiro setor” hoje: “1) o de legitimidade; 2) o de sustentabilidade; 3) o de efetividade; 4) o de parceria; e 5) o de justiça” (idem, p.11)³⁶.

Apresentamos ainda uma outra matéria publicada na referida revista, intitulada “O Tio Sam brasileiro: Fundação capta fundos nos EUA de brasileiros que moram lá para aplicar em projetos sociais aqui no Brasil”. Trata-se da BrazilFoundation criada em junho de 2000, contando com uma dedicada rede de voluntários em Nova Iorque e no Brasil, tendo em seu conselho diretor entre outras celebridades a ex-primeira-dama Ruth Cardoso e o cantor e compositor Gilberto Gil (hoje ministro da educação). A primeira campanha de 2002 arrecadou US\$30 mil, distribuídos entre quatro projetos selecionados entre 73 inscritos, sendo a previsão bastante otimista para 2003 “espera aumentar em cinco vezes o total de US\$30 mil”.³⁷

No que tange a parceria entre o Estado e as ONGs, cuja função, segundo Montaño (2005: 224) “não é a de “compensar”, mas a de *encobrir* e a de *gerar a aceitação* da população a um processo que, como vimos, tem clara participação na estratégia atual de reestruturação do capital. É uma *função ideológica*”. Dessa forma, a transferência da ação social para o “terceiro setor” trata-se de uma estratégia neoliberal. A referida *desresponsabilização do Estado* quanto às expressões da “questão social” “só é possível de ser compreendida na sua articulação com a *auto-responsabilização dos sujeitos carenciados* e com a *desoneração do capital* na intervenção social, no contexto do novo projeto neoliberal” (*ibid*, p. 234-5) (grifos do autor).

Com o forte atual retraimento do impacto das lutas das classes trabalhadoras, o capital visa se desfazer de todas as conquistas trabalhistas, as quais ele nunca quis, todavia teve que aceitar num contexto de elevada luta de classes: direitos trabalhistas, políticas e serviços sociais e assistenciais, direitos democráticos. Montaño aponta um triplo caminho para retirar do Estado aquelas conquistas sem provocar um processo de convulsão social:

“a) para encobrir a desregulação dos *direitos trabalhistas*: a “terceirização” e a “flexibilização” do contrato de trabalho [...]. b) para ocultar o esvaziamento dos *direitos democráticos*: a chamada “globalização” política – mundialização do capital, via expansão de organizações transnacionais: BID, FMI, OMC, G7, BM, Otan [...]. c) para legitimar o esvaziamento dos *direitos sociais* e

³⁶ Lester Salamon esteve no Brasil em 2003 para o II Seminário Internacional do Terceiro Setor, promovido pelo Senac São Paulo em parceria com a Universidade Johns Hopkins, o Consulado Geral dos Estados Unidos em São Paulo e a Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças. Vid. **Revista Filantropia**, nr. 08, ano 2. São Paulo: Zeppelini Editorial, set/out de 2003, p.10-12.

³⁷ PEREIRA, Eduardo. O Tio Sam brasileiro. In: **Revista Filantropia**, nr. 03, ano 1. São Paulo: Zeppelini Editorial, nov/dez de 2002, p.26-27.

particularmente o recorte das *políticas sociais*: fomenta-se, a partir das “parcerias”, o crescimento [...] da atividade do chamado “terceiro setor”, essa miscelânea de indivíduos, empresas, ONGs” (p.225) (grifos do autor).

Diante do exposto, como pensar o futuro, quando a suposta crise do Estado atingir a sua capacidade de estabelecer parcerias, financiando o “terceiro setor”? Segundo Montaña, a “bolha” que mostrou um “terceiro setor” forte e crescente furar-se-á e mostrará seu interior gasoso, vazio de entidades sólidas”. Então evidenciaremos, sem misticismos e fetichismos, aquilo que foi historicamente perdido (sem a máscara da suposta transferência transitória e momentânea de setores), “o conjunto de direitos, serviços, assistência sociais, conquistados ao longo de árduas lutas, “desmanchará no ar” como uma bolha de sabão” (*ibid*, p. 228).

Neste contexto adverso e complexo, adverte o autor, enfrentar criticamente o debate dominante sobre o conceito do “terceiro setor” e os seus desdobramentos ideológicos, defender a manutenção e ampliação da intervenção do Estado nas respostas às seqüelas da “questão social”, constitutivas de direitos universais, nada disto pressupõe a perspectiva de uma sociedade que despreza as lutas na sociedade civil, evidenciando apenas a esfera estatal. Afirma “é tão equivocado considerar apenas o Estado como arena possível de lutas sociais, como considerar a sociedade civil como seu espaço único e exclusivo” (p.263-264).

Percebe-se que este debate sobre o “terceiro setor” ignora, minimiza ou até exclui o Estado, o mercado e a produção como arenas possíveis das lutas sociais que ocorrem na sociedade civil. Mostra-se uma sociedade civil homogênea, focada ao bem comum, a participação cidadã, isto é “o Sesi, a Fundação Roberto Marinho, a Igreja Universal do Reino de Deus, a Fundação Augusto Pinochet todos eles de formas diferentes seguindo *supostamente* o mesmo rumo que a CUT, o Movimento Feminista, a OAB, o MST, as Farcs”. Assim, “subtrai-se também a visão da sociedade civil como espaço *contraditório, tenso*” (*idem*, p.264).

Ressaltando que as lutas desenvolvidas na sociedade civil (na sua cotidianidade) “são absolutamente necessárias num processo de efetiva transformação social, a caminho da emancipação humana”.³⁸ Todavia adverte que elas são “absolutamente *necessárias e imprescindíveis*, porém, nas atuais condições, nitidamente *insuficientes* para, a curto prazo,

³⁸ Montaña cita Marx e Engels (1977, 3:111) “o Estado, o regime político, é o elemento subordinado, e a sociedade civil, o reino das relações econômicas, o elemento dominante” (p.263).

enfrentar o processo neoliberal de reestruturação sistêmica, ou, a longo prazo, encaminhar a humanidade para a emancipação da vida alienada” (ibidem) (grifos do autor).

Numa abordagem crítico-dialética da vida cotidiana e referindo-se ao atual contexto do capitalismo tardio, segundo Netto (1989) *apud* Montaña (2005: 266), consiste, “uma forma peculiar de alienação, a *reificação*”, isto é, “o típico da vida cotidiana contemporânea, aquela própria do capitalismo tardio, é a reificação das relações que o indivíduo enquanto tal desenvolve”.

Nessa perspectiva, postula Montaña “a racionalidade do capital deve penetrar, contrariamente ao que pensa Habermas, todos os espaços sociais, inclusive a cotidianidade das pessoas”. O que significa ir além do mundo do trabalho, o mercado, a política estatal, a sociedade civil e a vida privada. No capitalismo tardio ressalta “a necessidade de direção hegemônica do capital em *todas as esferas sociais* torna-se imperiosa, “administrando”, manipulando e induzindo plenamente o comportamento das pessoas em *todas as suas dimensões*” (idem, p. 266-267) (grifos do autor).

Desta forma, segundo o autor, o projeto neoliberal em curso está alicerçado em 3 (três) estratégias, chamado tripé neoliberal:

a) a *reestruturação produtiva* (gerando precarização das condições de trabalho e aumento do desemprego), b) a (*contra*)*reforma do Estado* (particularmente na desresponsabilização estatal e do capital nas respostas à “questão social”), c) a *transformação ideológica da sociedade civil* (como arena de lutas) em “*terceiro setor*” (como espaço que assume harmonicamente as auto-respostas isoladas à “questão social” abandonadas/precarizadas pelo Estado)” (p.267-268) (grifos do autor)³⁹.

Conclui o autor “o conceito e o debate sobre o “terceiro setor” presta um grande serviço ao capital e à ofensiva neoliberal, nessa luta pela hegemonia na sociedade civil” (idem, p.280).

Diante do exposto, ressaltamos a dificuldade de se desvelar a real face do “terceiro setor” e determinar sua conceituação, o qual abrange as organizações não-governamentais (conceito impreciso), as organizações sem fins lucrativos (desconsiderando os autos salários de suas autoridades como lucro), as fundações empresariais, a chamada “empresa cidadã”, as

³⁹ Para o autor, no Brasil, os dois primeiros itens do tripé já vêm sendo articulados a partir dos governos Collor e FHC estando bem adiantados, restando ao capital avançar o terceiro item, isto é, “a instrumentalização da sociedade civil, transformando-a ideologicamente no passivo” e funcional “terceiro setor” (idem, p. 268)

instituições filantrópicas e a imensurável “atividade voluntária” (conceito impreciso e quase impossível de se determinar). Entretanto, essa flexibilidade de conceitos oculta dados estatísticos relevantes, demonstrando a abrangência e importância numérica do “terceiro setor”, bem como sua significação econômica e política, que são imprescindíveis e bastante oportunas ao projeto neoliberal em curso⁴⁰.

Portanto, após apresentarmos a temática “terceiro setor” sob a égide da barbárie neoliberal como importante instrumento de legitimação da classe burguesa dominante sobre a sociedade civil, abordaremos o Estado e a reestruturação universitária em curso.

1.3. O Estado e a reestruturação universitária

Diante deste cenário complexo de crise estrutural, a Reforma do Estado é apontada como uma das principais ações defendidas pela ação racionalizadora da política econômica neoliberal, justificada pelo pressuposto declínio do Estado de Bem-Estar ou *Welfare Stat*⁴¹. Nesse sentido, apresenta-se a proposta do grupo do *Mont Pélerin*⁴², pressupondo, segundo a lógica neoliberal, um Estado com as seguintes características:

⁴⁰ No Brasil, estima-se que haja cerca de 400 mil ONGs registradas e cerca de 4 mil fundações (cf. Exame, 2000:23 *apud* Montañó 2005:205, segundo dados da FGV-SP). Salientando que 60% dessas entidades associadas à Abong (Associação Brasileira de ONGs) foram criadas a partir de 1985, sendo que destas 15,4% de 1990 a fevereiro de 1994 e somente 21% foram fundadas na década de 1970 (*ibid*, p.205-206). Citando dados da Receita Federal, “em 1991 havia cerca de 220 mil entidades registradas como “sem fins lucrativos”, das quais 29,1% eram beneficentes, religiosas e assistenciais; 23,3% esportivas ou recreativas; 18,6% culturais, científicas e educacionais; 4,4% associações e sindicatos de empregados; 2,9% associações e sindicatos de empregadores; 1,8% associações de autônomos ou profissionais liberais e 19% outros”. Desta forma, o número de pessoas ocupadas no “terceiro setor”, em 1995, era cerca de 1,12 milhão de brasileiros. Assim, ressalta o autor, o “terceiro setor” representa aproximadamente o dobro do número de funcionários públicos federais da ativa (512 mil), sendo que a atividade voluntária no Brasil é cerca de 16% da população acima de 18 anos de idade (*ibid*, p.206). Disponível: <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em 1º/Maio/2007.

⁴¹ Segundo Francisco de Oliveira, o que veio a se chamar “crise fiscal do Estado” ou “colapso da modernização”. *Vid*: OLIVEIRA, Francisco de. “O surgimento do antivalor. Capital, força de trabalho e fundo público”. In: ***Os direitos do antivalor – A economia política da hegemonia imperfeita***. Coleção Zero à esquerda. Petrópolis: Vozes, 1998.

⁴² Segundo Chauí (1999: 211-212), era um grupo de economistas, cientistas políticos e filósofos, entre os quais *Popper* e *Lippman*, o austríaco *Hayek* e o norte-americano *Milton Friedman*, reuniram-se em 1947 em *Moimt Saint Péletrin* na Suíça, opondo-se radicalmente contra o então surgimento do Estado de Bem-Estar de estilo keynesiano e social-democrata e contra a política norte-americana do *New Deal*. A partir da crise do final da década de 1970, foram consultados e seu diagnóstico é que a referida crise foi consequência do poder excessivo dos sindicatos e movimentos operários, cujos aumentos salariais exigidos aumentaram os encargos do Estado, causando a destruição dos níveis de lucro das empresas e desencadeando processos inflacionários incontroláveis.

- 1). Um Estado forte para quebrar o poder dos sindicatos e movimentos operários, para controlar os dinheiros públicos e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos na economia;
- 2). Um Estado cuja meta principal deveria ser a estabilidade monetária, contendo os gastos sociais e restaurando a taxa de desemprego necessária para formar um exército industrial de reserva que quebrasse o poderio dos sindicatos;
- 3). Um Estado que realizasse uma reforma fiscal para incentivar os investimentos privados, e, portanto, que reduzisse os impostos sobre o capital e as fortunas, aumentando os impostos sobre a renda individual e, portanto, sobre o trabalho, o consumo e o comércio;
- 4). Um Estado que se afastasse da regulação da economia, deixando que o próprio mercado, com sua racionalidade própria operasse a desregulação; [...] abolição dos investimentos estatais na produção, abolição do controle estatal sobre o fluxo financeiro, drástica legislação antigreve e vasto programa de privatização.⁴³ (CHAUI, 1999: 212).

Nessa perspectiva neoliberal, a partir do Consenso de Washington, delinea-se as diretrizes dos organismos internacionais, sobretudo para os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, cuja orientação está centrada, em especial, na reforma do Estado⁴⁴, ao qual é atribuída grande parte da crise do capital, passando a ser o grande vilão da história, sendo visto como ineficaz, ineficiente, responsável pelo déficit público, evidenciando a distorção e o mascaramento da real situação. Segundo Silva (2006: 04), isso fortalece a cultura histórica da dicotomia entre público e privado, quando se atribui ao público como a encarnação do mal, o caráter da ineficiência, aliada a corrupção constante e inadmissível; e ao privado, o oposto, o pólo das virtudes, a esfera da eficiência e da qualidade, depositando-lhe, então, todas as esperanças de dias melhores. Percebe-se, portanto, que no bojo dessas reformas⁴⁵ impostas pelos referidos organismos internacionais, os atores principais são: o Estado, o mercado e a sociedade civil, sendo a reforma do Estado orientada para o mercado⁴⁶.

⁴³ O referido modelo, segundo Chauí (1999: 212), foi aplicado primeiro no Chile, na Inglaterra e Estados Unidos, expandindo-se no mundo capitalista (exceto os países asiáticos), e, para o Leste Europeu, depois da queda do muro de Berlim, inclusive vem sendo inspiração para a Reforma do Estado Brasileiro.

⁴⁴ Segundo Behring (2003), ocorre uma verdadeira contra-reforma conservadora, com natureza destrutiva e regressiva, conduzida de forma tecnocrática e antidemocrática.

⁴⁵ Marx, em “O manifesto comunista”, referindo-se as reformas políticas, aponta que elas “sob nenhum aspecto afetam as relações entre capital e trabalho” (*ibid*, p. 58), portanto não inferem nas relações de produção burguesa (aparência e essência).

⁴⁶ Ressaltando, segundo Montañó (2005: 155-6) que o projeto político liberal clássico era o “combate ao poder monárquico, lutando contra o Estado absolutista”. Enquanto que o projeto político neoliberal “é abissalmente diferente; aqui se procura minimizar não o Estado absolutista, mas o Estado ampliado, democrático, onde o trabalhador tem seus representantes, a organização que garante tanto a propriedade privada quanto as leis trabalhistas, o Estado que responde a algumas demandas populares, enfim, procura-se minimizar a esfera que obtém legitimidade por via daquela “ameaçadora” (para o capital) “lógica democrática”.

No que tange ao Estado brasileiro, a ordem é delimitá-lo, reduzi-lo ao mínimo possível, deixando-o “mais barato, mais eficiente, na realização de suas tarefas, para aliviar o seu custo sobre as empresas nacionais que concorrem internacionalmente”, segundo Bresser Pereira (1999: 14)⁴⁷.

Desta forma, no processo de descentralização, a sociedade civil que deveria controlar e fiscalizar as ações governamentais, por meio da participação⁴⁸, tem sido substituída pelo “terceiro setor”⁴⁹ ou predominantemente representada pelas ONG’s – Organização Não Governamental e organizações filantrópicas, as quais na verdade, percebe-se que, em sua grande maioria, representam apenas seus próprios interesses.

Com a privatização do Estado, grande parte de suas atribuições e responsabilidades, no âmbito social, são transferidas ao mercado, ao qual é atribuída a expectativa da garantia da eficácia e da eficiência não obtidas com a esfera pública. Nesse sentido, justifica Bresser Pereira (1999: 26) “o mercado é o melhor dos mecanismos de controle, já que através da concorrência obtêm-se, em princípio, os melhores resultados com os menores custos”.

Percebe-se que na busca da redução do gasto público, o alvo preferido tem sido as políticas sociais públicas, tidas como causa principal do déficit público. Assim sendo, há um expressivo consenso, segundo Silva (2006: 05), de que, a partir da reforma do Estado, as principais diretrizes para as políticas sociais passam a ser as seguintes:

⁴⁷ Segundo Montañó (2005: 112), Bresser Pereira inspirou-se no Consenso de Washington ao propor a *Reforma do Estado* a partir de quatro elementos: “1. a reforma administrativa, supostamente para desburocratizar e reduzir a máquina estatal; 2. a reforma da Previdência; 3. as privatizações; 4. a publicização, sob o pretexto de chamar a sociedade à participação, procura transferir as questões públicas da responsabilidade estatal para o chamado “terceiro setor”.

⁴⁸ Segundo Demo (1996: 45), essa participação da sociedade civil deve manifestar quatro marcas qualitativas para corresponder à qualidade política: representatividade, legitimidade, participação da base e planejamento participativo auto-sustentado, caso contrário, trata-se de uma grande farsa ou incompetência. Reportando-nos também a Dagnino (2002), que infere a crise discursiva resultante de uma confluência perversa entre o projeto neoliberal a partir do consenso de Washington e o projeto democratizante e participativo que emerge na década de 1980 com a crise do regime ditatorial no Brasil, expressa pela disputa político-cultural entre esses dois projetos e pelos deslocamentos de significados sobre as noções de *sociedade civil, participação e cidadania*. A perversidade estaria, “no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva” (*ibid*, p.140), culminando na inflexão político-cultural, na despoliticização da sociedade brasileira.

⁴⁹ Montañó (2002) adverte que o “terceiro setor” tem um evidente papel ideológico funcional aos interesses do capital nesse processo de reestruturação neoliberal. Assim, “terceiro setor”, segundo interpretação do autor é “um subproduto da estratégia neoliberal e cumprindo uma função ideológica, mistificadora e encobridora do real, que facilita a maior aceitação pelas *contra-reformas* neoliberais” (*ibid*, p.20) (grifo do autor).

- 1) *Privatização*: transferência das atribuições da esfera pública para o mercado;
- 2) *Focalização*: redução dos gastos públicos, direcionados apenas aos setores de extrema pobreza;
- 3) *Descentralização*: busca combater a burocratização e ineficiência do gasto social, através da transferência das decisões da esfera federal para estados e municípios (grifos nossos).

Na prática, entretanto, percebe-se o fortalecimento do caráter compensatório das políticas sociais públicas, numa perspectiva focalista, de cunho reducionista e minimista, extirpando o seu caráter universal⁵⁰, sendo orientado apenas aos seguimentos mais vulnerabilizados de extrema pobreza da população brasileira.

Neste prisma, cumpre ressaltar que essas diretrizes atingem diretamente a área da educação, em especial, a universidade pública federal, que também sofre forte impacto dos movimentos do capitalismo, sobretudo, na fase neoliberal. Sendo assim, faz-se necessário um sucinto resgate histórico sobre a criação das universidades públicas.

1.3.1. Breves considerações sobre a criação das universidades públicas.

A primeira universidade surgida no ocidente, segundo Trindade (1999)⁵¹, remonta a Idade Média, século XII, organizada por meio de corporações de professores (Paris) ou de estudantes (Bolonha), cujos primeiros cursos foram: Teologia, Direito e Medicina. Posteriormente, nos séculos XII e XIII, há uma expansão de universidades na França, Inglaterra, Itália, Espanha e Portugal. A partir do século XV, a Europa vive o impacto das transformações advindas do Renascimento, sobretudo, a Itália, refletindo em suas universidades (Florença, Roma e Nápoles), marcando o fim da hegemonia teológica e a transição para o humanismo antropocêntrico. Por fim, a partir do século XVII, desenvolve-se a ciência, sobretudo, no campo da física, astronomia, química e ciências naturais, emergindo então as primeiras cátedras científicas, possibilitando, assim, a inserção da pesquisa nas universidades. Na França, em 1719, inicia-se a estatização do ensino superior, que passa a ser

⁵⁰ Segundo Nogueira (1998) *apud* SILVA (2006), há uma regressão no campo dos direitos humanos e da democracia representativa, na qual os excluídos do mercado de trabalho e consumo perdem as condições materiais para exercer até mesmo seus direitos humanos de primeira geração, além dos outros sucessivamente.

⁵¹ Vid TRINDADE, H. Universidade, ciência e Estado. In: TRINDADE, Helgio (org.). **Universidade em ruínas**: na república dos professores. Petrópolis-RJ: Vozes / Rio Grande do Sul: CIPEDS, 1999, p.9-23.

gratuito. Com o advento da Revolução Francesa, a universidade rompe com as tradições renascentistas e medievais, organizando-se subordinada e mantida pelo Estado.

No que tange ao cenário da educação latino-americana, segundo Trindade (1999: 27)⁵², “o Brasil sempre ocupou uma posição singular”. Desde o ensino básico, há um déficit histórico em relação aos vizinhos do Cone Sul, tendo em vista a grande distância estabelecida entre o limitado sistema escolar brasileiro durante o Império e República Velha e os avanços, desde a segunda metade do século XIX dos vizinhos platinos “impulsionados pelas políticas de “educação popular” de Sarmiento na Argentina, influenciando o Chile, e de Varela no Uruguai, que, voltadas para criar as bases de uma cidadania republicana, estabelecem um sólido sistema de ensino fundamental”. E complementa “Os efeitos dessa situação se refletem até hoje na situação ainda crítica do ensino de primeiro e segundo graus em muitas regiões do Brasil” (*ibid*, p. 28).

Quanto ao ensino superior no Brasil, adverte Trindade (1999: 28), “também somos singulares frente à tradição universitária hispano-americana”. Enquanto os colonizadores implantavam universidades, desde o Caribe (Santo Domingo) até países do Cone Sul (Córdoba) em meados do século XVIII, o Brasil opta pelo ensino superior profissional apenas a partir do século XIX, com as pioneiras: Escola de Minas de Ouro Preto, Medicina em Salvador, sobretudo com as Faculdades de Direito e, posteriormente, as Politécnicas. O Brasil, segundo o referido autor, preferia “cultivar em Coimbra o gosto pelo bacharelismo de nossas elites imperiais” (*ibid*, p.28). A primeira experiência conhecida é em 1550 na Bahia, com os jesuítas ministrando os cursos de Filosofia e Teologia. A partir de 1808, com a vinda da família real, são criadas cátedras de ensino superior no Rio de Janeiro: Medicina e Engenharia (na Academia Militar). Posteriormente, em 1827, surgem cursos de Direito em São Paulo e Olinda, completando, assim, a tríade dos principais cursos superiores no Brasil: Medicina, Engenharia e Direito.

Entretanto, somente na década de 1930 institui-se a Universidade de São Paulo, estabelecendo um compromisso institucional entre a tradição das Escolas ou Faculdades profissionais e o embrião da universidade nascente “que foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, tornou-se a matriz da primeira geração de instituições públicas federais e

⁵² Vid TRINDADE, H. As Universidades frente à estratégia do governo. In: TRINDADE, Helgio (org.). **Universidade em ruínas**: na república dos professores. Petrópolis-RJ: Vozes / Rio Grande do Sul: CIPEDS, 1999, p.27-37.

confessionais católicas” (*ibidem*). Apesar de alguns esforços precursores⁵³, é a partir do modelo da USP, que as universidades se disseminam nacionalmente no Brasil. Posteriormente, nas décadas de 1950 e 1960, há um processo de federalização das faculdades estatais e privadas, transformando-as em universidades federais, num cenário nacional de expansão.

Frente a questão da autonomia universitária, adverte o autor, evidencia-se outro paradoxo que diferencia a realidade brasileira das universidades hispano-americanas. No Brasil “com exceção da autonomia concedida às universidades paulistas na última década (USP, UNICAMP e UNESP), o sistema federal de educação superior jamais gozou de autonomia administrativa e de gestão financeira” (*ibid*, p.28-29). Dessa forma, o grande paradoxo brasileiro, complementa o autor “é que o princípio da autonomia universitária, inscrita na Constituição Federal de 1988, tornou-se letra morta para as instituições públicas federais [...], enquanto que as universidades privadas, uma vez reconhecidas pelo governo, passa a gozá-la plenamente imunes a qualquer controle governamental” (*ibid*, p. 29)⁵⁴.

Neste prisma, o autor aponta um outro paradoxo do ensino superior no Brasil; “a dominância aplastante do sistema privado de educação superior sobre o público federal e estadual” (*ibidem*). Daí decorre a grande expansão das instituições privadas de ensino, fomentadas pelo processo de privatização estimulado pelos governos brasileiros, “cujo padrão na América Latina somente encontra paralelo no Chile de Pinochet”, possibilitando que, conclui o autor, “a democratização do acesso ao ensino superior não se faça pela via da

⁵³ A exemplo das Universidades do Paraná e a Técnica de Porto Alegre, sob a inspiração dos positivistas e da Universidade do Brasil do Rio de Janeiro, sendo que esta, segundo Trindade (1999: 29) “em sua, origem, teve uma fundação simbólica para conceder um título acadêmico ao rei da Bélgica”.

⁵⁴ Nesse prisma, Maurício Tragtenberg ressalta Max Weber ao se referir as universidades alemãs, afirma que estas são dependentes do Estado, por isso incentiva a obediência política do estudante, em vez de encara-la como um problema cultural e intelectual. Weber estava preocupado com a complacência da classe acadêmica alemã em sua subserviência à autoridade do Estado e à erosão de sua integridade moral. O autor afirma que assim “os interesses da ciência e da erudição estão mais mal servidos do que em sua primitiva situação de dependência da Igreja” (1989: 13). O mesmo conclui ainda “a liberdade científica existe na Alemanha dentro dos limites da aceitabilidade política e eclesial. Fora desses limites, não existe de modo algum” (*ibid*, p.10). Quanto aos professores os quais chama de “mediócrs submissos”, ele critica a forma de sua contratação ao afirmar “um mediocre numa faculdade traz outros atrás de si” (*idem*, p.8). Weber critica a interferência do Estado sobre as universidades e sobre os conteúdos por elas disseminados: “não cabe às universidades se pronunciarem a favor ou contra o Estado, não são escolas de inculcação de valores morais absolutos, não são escolas do apocalipse, nem produtoras de doutrinas de salvação ministradas por leigos [...] não cabe a ela a adoção de livros sagrados, nem possuir intérpretes “autorizados”, portadores de um saber salvacionista”. O mesmo defende a neutralidade da universidade, a qual “deve oferecer ao estudante o hábito de assumir o dever da integridade intelectual, e isso acarreta necessariamente a necessidade de uma inexorável lucidez a respeito de si mesmo” (*ibid*, p. 14-15). Para Weber “o saber universitário implica no incentivo da criatividade vinculada a uma ética do trabalho” (*idem*, p. 18).

“massificação” do ensino público, como são exemplos o México e a Argentina, mas através de um ensino privado, pago e de baixa qualidade média” (*ibidem*).

No contexto da reestruturação produtiva, sobretudo, a partir do final da década de 1980, com a onda de reformas, em especial, a do Estado, que repercute diretamente nas universidades federais brasileiras. Nessa perspectiva, segundo Chauí (1999: 211), o pressuposto ideológico da reforma do Estado se pauta na idéia de que o “mercado é portador de racionalidade sócio-política e agente principal do bem-estar da república”. Assim, a reforma encolhe a atuação do espaço público, em prol do privado, por meio da transferência de direitos e políticas sociais públicas para o setor privado de serviços, supondo que o mercado as absorva, a exemplo da saúde e a educação, entre outros.

Nessa perspectiva, para Chauí (1999), essa posição da universidade como prestadora de serviços indica “um eclipse da idéia de direito social”, explicando a tese do ensino público pago, defendida como critério de justiça social, justificado pela idéia emergente de que “os ricos devem pagar pelos pobres” (*ibid*, p.215). Assim, adverte a autora:

“A cantilena “os ricos devem pagar pelos pobres” reforça a polarização entre privilégio e carência e longe de ser instrumento de justiça social é a impossibilidade de que esta seja instituída pela ação criadora de direitos que é a definição mesma da democracia, quando esta não é simplesmente identificada, à maneira liberal, ao regime da lei e da ordem”. (*ibidem*).

Cumprir ressaltar, portanto, que a Reforma do Estado ao transformar a educação em serviço e a universidade em prestadora de serviços, conclui a autora, introduz o vocabulário neoliberal no âmbito do trabalho universitário, a exemplo das expressões: “autonomia universitária”, “qualidade universitária”, “avaliação universitária” e “flexibilização da universidade” (*ibidem*).

Ao ser transformada numa organização administrativa, “a universidade pública perde a idéia e a prática da autonomia”, uma vez que esta se reduz à “gestão de receitas e despesas, de acordo com o contrato de gestão pelo qual o Estado estabelece metas e indicadores de desempenho, que determinam a renovação ou não renovação do contrato”. Dessa forma, a autonomia significa, portanto, “gerenciamento empresarial da instituição e prevê que, para cumprir as metas e alcançar os indicadores impostos pelo contrato de gestão, a universidade

tem “autonomia” para “captar recursos” de outras fontes, fazendo parcerias com as empresas privadas”⁵⁵ (*ibid*, p.216).

No que tange a “flexibilização da universidade”, adverte a autora, na linguagem do Ministério da Educação, “flexibilizar” significa:

- 1)eliminar o regime único do trabalho, o concurso público e a dedicação exclusiva, substituindo-os por “contratos flexíveis”, isto é, temporários e precários;
- 2)simplificar os processos de compras (as licitações), a gestão financeira e as prestações de contas (sobretudo para proteção das chamadas “outras fontes de financiamento”, que não pretendem se ver publicamente expostas e controladas);
- 3)adaptar os currículos de graduação e pós-graduação às necessidades profissionais das diferentes regiões do país, isto é, às demandas das empresas locais;
- 4)separar docência e pesquisa, deixando a primeira na universidade e deslocando a segunda para centros autônomos de pesquisa. (*ibidem*).

Por fim, a expressão “qualidade”, segundo a autora, é definida como competência e excelência cujo critério é o “atendimento às necessidades de modernização da economia e desenvolvimento social”; sendo medida pela produtividade e orientada por três critérios: “quanto uma universidade produz, em quanto tempo produz e qual o custo do que produz”. Em outras palavras, “os critérios da produtividade são quantidade, tempo e custo, que definirão os contratos de gestão” (*ibidem*) (grifos da autora).

Neste prisma, a autora ressalta que a docência não entra na medida da produtividade e, portanto, não faz parte da qualidade universitária, o que, aliás, justifica a prática dos “contratos flexíveis”. Desta forma, considerando-se a proposta da reforma que separa a universidade e o centro de pesquisa e a “produtividade” orientando o contrato de gestão, indaga a autora: “qual haverá de ser o critério dos contratos de gestão da universidade, uma vez que não há definição de critérios para “medir” a qualidade da docência” (*ibid*, p.217).

Cumprido ressaltar, ainda, que a passagem da universidade da condição de instituição para organização nesse cenário capitalista, segundo Chauí (1999), ocorre em três etapas sucessivas, conforme respectivas mudanças sucessivas do capital:

⁵⁵ Nesse sentido, adverte Chauí (1999) “como tem explicado a ANDES, o MEC tende a confundir autonomia e autarquia e, por conseguinte, a pensar a universidade pública como um órgão da administração indireta, gerador de receitas e captador de recursos externos” (*ibid*, p.216).

1ª A *universidade funcional*, dos anos 70 foi prêmio de consolação que a ditadura ofereceu à sua base de sustentação político-ideológica, isto é, à classe média despojada de poder. A ela foram prometidos prestígio e ascensão social por meio do diploma universitário. Donde a massificação operada, a abertura indiscriminada de cursos superiores, o vínculo entre universidades federais e oligarquias regionais e a subordinação do MEC ao Ministério do Planejamento;

2ª A *universidade de resultados*, dos anos 80, foi aquela gestada pela etapa anterior, mas trazendo duas novidades. Em primeiro lugar, a expansão para o ensino superior da presença crescente das escolas privadas; em segundo lugar, a introdução da idéia de parceria entre a universidade pública e as empresas privadas;

3ª A *universidade operacional*, dos anos 90, difere das formas anteriores. De fato, enquanto a universidade clássica estava voltada para o conhecimento, [...] a universidade operacional, por ser uma organização, está voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e de arbitragem de contratos. [...] isso não significa um retorno a si e sim, antes, uma perda de si mesma. (CHAUI, 1999: 220) (grifos da autora).

Quanto a *universidade operacional* em curso, adverte a autora, está estruturada por normas e padrões totalmente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em microorganizações, ocupando seus docentes e curvando seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. É evidente a heteronomia dessa universidade: “o aumento insano de horas-aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios, etc”, estando, portanto, segundo a autora, “virada para seu próprio umbigo, mas sem saber onde este se encontra, a universidade operacional opera e por isso mesmo não age. Não surpreende, então, que esse operar co-opere para sua contínua desmoralização pública e degradação interna”. (*ibid*, p.221).

A autora ressalta, ainda, o que seria a docência e a pesquisa nessa universidade operacional, produtiva e flexível. “A docência é entendida como transmissão rápida de conhecimentos, consignados em manuais de fácil leitura para os estudantes”, sendo os professores contratados, desconsiderando seu domínio ou não no campo de conhecimentos de sua disciplina. Assim, a docência “é pensada como habilitação rápida para graduados, que precisam entrar rapidamente num mercado de trabalho do qual serão expulsos em poucos anos, pois tornam-se, em pouco tempo, jovens obsoletos e descartáveis”, ou ainda, complementa “como correia de transmissão entre pesquisadores e treino para novos pesquisadores. Transmissão e adestramento”. Desta forma, conclui “desapareceu, portanto, a marca essencial da docência: a formação” (*ibidem*).

A fragmentação econômica, social e política, imposta pela atual face do capitalismo, segundo Chauí (1999), corresponde a “uma ideologia automeada pós-moderna”, pretendendo “marcar a ruptura com as idéias clássicas e ilustradas, que fizeram a modernidade” (*ibidem*). Para essa ideologia:

“[...] a razão, a verdade e a história são mitos totalitários; o espaço e o tempo são sucessão efêmera e volátil de imagens velozes [...] a subjetividade não é a reflexão, mas a intimidade narcísica, e a objetividade não é o conhecimento do que é exterior e diverso do sujeito, e sim um conjunto de estratégias montadas sobre jogos de linguagem, que representam jogos de pensamento, isto é, como invenção e abandono de “paradigmas”, sem que o conhecimento jamais toque a própria realidade”. (CHAUÍ, 1999: 221).

Desta forma, segundo a referida autora, a pesquisa nessa universidade, “não é conhecimento de alguma coisa, mas posse de instrumentos para intervir e controlar alguma coisa”, configurando-se apenas em “estratégia de um campo de intervenção e controle”. Assim, conclui “é evidente que não há pesquisa na universidade operacional” (Chauí, 1999: 222). Por fim, a autora resume a atual universidade:

“Essa universidade não forma e não cria pensamento, despoja a linguagem de sentido, densidade e mistério, destrói a curiosidade e a admiração que levam à descoberta do novo, anula toda pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas” (*ibidem*).

Percebe-se, portanto, as perversas conseqüências das políticas neoliberais adotadas pelos últimos governos brasileiros, sobretudo, no âmbito da educação, refletindo no atual processo de deterioração das universidades públicas federais, evidenciado através da precarização das condições de trabalho dos professores e servidores administrativos, a terceirização de serviços, a flexibilização quanto a excessiva contratação temporária de profissionais, além da queda da qualidade do ensino superior, repercutindo na baixa qualidade da formação dos alunos, entre outros. Nesse sentido, Búrigo *apud* LOCH (2006: 76) apresenta as precárias condições de trabalho nas universidades:

- os baixos salários dos professores e dos servidores técnico-administrativos;
- o incremento das aposentadorias;
- a contratação de substitutos em detrimento de efetivos;
- as fundações de pesquisa e agências de cooperação, com absorção acrítica dos espaços públicos da universidade, com claros fins privatizantes;

- o processo de avaliação de desempenho tanto do servidor docente quanto os técnico-administrativo, com incremento na produtividade acadêmica e técnica;
- os contratos de gestão com a sociedade civil ou privada com fins lucrativos;
- a terceirização de atividades, fechando os concursos públicos como medidas de racionalização financeira;
- o processo de avaliação do ensino superior, que mede o grau de produtividade;
- a racionalidade financeira, que impede a universidade de planejar;
- a redução de verbas para a manutenção da pesquisa em favor do incentivo do ensino técnico;
- a centralização do pagamento do corpo funcional em Brasília, com rubricas específicas de controle; e
- a estrutura acadêmica e administrativa que departamentaliza a universidade, fragmentando seu espírito coletivo de instituição social e a integralidade da formação acadêmica.

Diante do exposto, percebe-se que a reestruturação universitária em curso, seguindo as diretrizes dos organismos internacionais FMI, BID, BM e OMC, inseridas nas reformas promovidas pelos governos neoliberais, inclusive o atual⁵⁶, conduzem a subordinação da educação ao mercado, sendo, portanto, uma mercadoria subjugada aos interesses do capital, causando irreversíveis mutações nas relações de trabalho na universidade, bem como na subjetividade e identidade dos sujeitos que a constituem e na sociedade em geral.

Por fim, cumpre ressaltar que, nesse cenário complexo de enfrentamento a atual crise do capital, norteadas pelos princípios neoliberais, que, segundo Montaño (2002: 232), desenvolve novas estratégias de “acumulação capitalista, de reprodução das relações sociais e de legitimação sistêmica”, onde o capital busca instrumentalizar a sociedade civil⁵⁷, por meio da instrumentalização de “um conjunto de valores, práticas, sujeitos, instâncias: o chamado “terceiro setor”, os valores altruístas de “solidariedade individual” e do “voluntarismo” e as instituições e organizações que em torno deles se movimentam” (idem, p.233). Para o autor, há transferência do “sistema de solidariedade universal para solidariedade individual” (idem, p.239), isto é, o que antes era de responsabilidade do Estado passa para o “terceiro setor”,

⁵⁶ Governo petista Luis Inácio Lula da Silva, antes de esquerda, foi eleito com o apoio dos funcionários públicos, a quem se comprometeu a defender seus interesses, todavia no decorrer de sua 1ª gestão (2003 – 2006), reforçou e deu continuidade a política neoconservadora do governo anterior Fernando Henrique Cardoso, revelando-se puro continuísmo, sobretudo no âmbito da educação, onde o descaso foi evidente em ambos os governos. Nessa perspectiva postula Antunes (2006: 40) “O governo do PT é um servo que realiza com presteza as imposições do Fundo”. O mesmo adverte “o governo Lula [...] tornou-se uma espécie de paladino do neoliberalismo” (*ibid*, p.46), concluindo “Lula não é um dos seus, mas faz o que querem: é o servo ideal” (*ibid*, p. 50).

⁵⁷ O “terceiro setor”, segundo Montaño (2002: 233), ideologicamente “transforma a sociedade civil em *meio* para o projeto neoliberal desenvolver sua estratégia de reestruturação do capital, particularmente no que se refere à reforma da Seguridade Social” (grifo do autor).

conseqüentemente, o que “era constitutivo de direito passa a ser atividade voluntária, fortuita, concessão, filantropia” (*ibidem*).

Na seqüência apresentamos a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e o trabalho docente voluntário instituído nos termos da Lei nº 9.608 de 18/02/98 o Programa de Serviço Voluntário da UFSC, conforme Resolução nº 12/Cun/99 de 27 de julho de 1999.

1.4 A UFSC e o Trabalho Docente Voluntário

A Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC foi criada em 1960, a partir da integração das faculdades de Direito, Filosofia, Ciências Econômicas, Farmácia e Odontologia, Medicina e Serviço Social, com o objetivo de “atender à demanda por ensino superior e profissionalização”, segundo a revista UFSC 45 anos (2005: 6)⁵⁸. Sob a gestão de seu primeiro reitor o professor João David Ferreira Lima (1961-1971), teve entre suas principais ações a implantação da UFSC e a consolidação do campus universitário no bairro da Trindade.

Segundo a referida revista, a UFSC ainda jovem no universo das Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras, ao completar seus 45 anos de existência em 2005, comemorou sua posição de destaque nos rankings de produção científica. No âmbito mundial, conforme publicado pelo site Webometrics, a UFSC figurava na 464ª colocação, sendo que na América Latina ocupava a 8ª posição. Entre os países de Língua Portuguesa passa à 6ª colocação e no território brasileiro é a 4ª instituição mais produtiva, superada apenas pela USP (a universidade brasileira melhor colocada, como 124ª no ranking do Webometrics), pela Unicamp (146ª) e pela UFRJ (405ª posição mundial).

Um outro levantamento realizado pela Carnegie Foundation for the Advancement of Teaching traz outra importante classificação para a UFSC como 7º lugar entre as universidades federais, sendo considerada uma universidade de pesquisa extensiva, isto é, além de realizar a pesquisa, transfere este conhecimento por meio de sua produção e formação de recursos humanos.

⁵⁸ Vid: UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista UFSC 45 Anos**. Florianópolis: Agência de Comunicação da UFSC, 2005.

Ressaltamos ainda dados mais recentes, demonstrando que a UFSC vem ganhando posições, no Brasil e no mundo, entre as que produzem ciência e tecnologia. Segundo publicações no Jornal Diário Catarinense em 2007, de acordo com o Webometrics – World Ranking of World Universities que classifica duas mil instituições em nível mundial por meio de indicadores, a UFSC figura na 3ª colocação no Brasil, atrás apenas da USP e Unicamp. No mesmo levantamento, a UFSC é a 5ª universidade na América Latina (em 2005 estava na 8ª colocação), sendo que no ranking mundial, figura na 342ª posição, em 2005 estava na 405ª. Reportando também ao CNPq, quanto ao número de cadastros no Diretório dos Grupos de Pesquisa, a UFSC está em 7º lugar entre as nacionais, com 1.660 linhas de pesquisa e 2.336 pesquisadores entre professores, estudantes e técnicos⁵⁹.

A UFSC contempla 11 centros de ensino, tendo uma comunidade de mais de 20 mil estudantes de graduação, sendo o maior centro de pós-graduação do estado, conforme demonstrado a seguir:

⁵⁹ Publicações no Jornal Diário Catarinense: Dia 28/05/07, p. 40, coluna Eureka; Dia 15/05/07, p.16, coluna Economia; Dia 30/04/07, p.20, coluna Geral; e Dia 01/04/07, p. 09, coluna Política. Vid também disponível: <<http://www.webometrics.info>>

Tabela 2: A UFSC em números:

Matrículas:	2000	2003	2005	2006
Graduação – ensino superior:	17.111	19.181	18.651	21.589
Pós-Graduação – Especialização:	3.026	3.027	2.866	581
Pós-Graduação – Mestrado:	5.462	6.128	3.822	3.111
Pós-Graduação – Doutorado:	1.645	2.216	2.215	1.866
Quadro de Docentes – Titulação:	2000	2003	2005	2006
Nível Graduação:	99	50	39	32
Nível Especialização:	122	77	58	51
Nível Mestrado:	560	375	292	269
Nível Doutorado:	877	1.053	1.160	1.248
Docentes Substituto:	2000	2003	2005	2006
Ensino Graduação:	207	286	322	312
Ensino Básico:	55	69	75	75
Servidor Técnico-Administrativo:	2000	2003	2005	2006
Nível 1º Grau:	1.038	813	854	868
Nível 2º Grau:	855	998	905	995
Nível Superior:	1.019	1.050	1.183	1.064
Bolsas – Ensino de Graduação:	2000	2003	2005	2006
Estágio:	214	247	1.414	6.932
Monitoria:	433	384	465	471
Extensão:	177	195	187	227
Treinamento:	365	338	400	568
Iniciação Científica:	418	420	1.250	1.455
Hospital Universitário	2000	2003	2005	2006
Atendimento Emergência:	119.004	110.861	100.346	94.713
Atendimento Ambulatoriais:	132.284	131.265	168.486	152.978
Procedimentos Cirúrgicos:	2.574	2.548	2.831	2.833
Internações Clínicas:	9.283	9.434	9.608	9.597

Fonte: Programa Integrado de Planejamento – Gabinete do Reitor – UFSC, em 13/06/07⁶⁰.

Ao completar seus 45 anos, segundo a referida revista, a UFSC em 2005 comemora seu crescimento e consolidação, contando com 62 cursos de graduação, 48 de mestrado e 33 de doutorado, além da perspectiva da implantação de novos cursos de graduação em áreas como Meteorologia e Artes Cênicas⁶¹. A UFSC também atua na educação infantil e no ensino fundamental e médio, contando com o Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI), um colégio de Aplicação e dois colégios agrícolas, oferecendo oportunidades de aprendizagem para filhos

⁶⁰ Vid Boletim de Dados– Relatório de Gestão, Disponível: <<http://www.pip.ufsc.br>>. Acesso em 13/Junho/ 2007.

⁶¹ Ressaltando a criação de três novos cursos, previstos para o vestibular de 2008: Oceanografia, Artes Cênicas e Zootecnia, acrescentando mais 160 vagas, totalizando 4.095 vagas distribuídas nos 65 cursos existentes. Disponível: <http://www.agecom.ufsc.br>. Acesso em 03/setembro/2007.

de servidores técnico-administrativos, de docentes e de estudantes, bem como também destina vagas para a comunidade.

Neste prisma, cumpre relatar que a UFSC tem lançado um Projeto de Interiorização da Universidade, que contempla a formação em cursos de graduação a distância, começando com Licenciatura em Matemática e em Física. A intenção, conforme afirma Ferrari “é ampliar a atuação da UFSC no estado”⁶². Para tanto, em 2005 foi criada a Secretaria de Educação a Distância – SEaD, tendo as aulas a distância começado em 2006, a princípio divididos em seis pólos: Araranguá, Criciúma, Lages, Laguna, Tubarão e Turvo, contemplando 250 vagas para cada licenciatura⁶³.

Nessa perspectiva de ensino, pesquisa e extensão, cumpre destacar algumas atividades de extensão promovidas pela UFSC, visando a inclusão social de parcelas menos favorecida da população: a promoção do desenvolvimento rural sustentável, o *design* premiado de novas embalagens para produtos da agricultura familiar, a assessoria jurídica gratuita realizada pelo Escritório Modelo de Assistência Jurídica, e, sobretudo, o Hospital Universitário Ernani Polydoro São Thiago, inaugurado em 1980, sendo referência estadual em patologias complexas e o único totalmente público no estado.

O projeto em curso, afirma o atual reitor professor Lúcio José Botelho, inclui “alguns parâmetros fundamentais: integrar, institucionalizar e expandir”, o qual explica:

“Por integração entendemos aquelas ações que não restringem de maneira centralizada o trabalho em apenas um setor, mas que buscam soluções por meio do uso racional dos recursos e de modo compartilhado entre diferentes setores.

Institucionalizar é, ao nosso juízo, criar condições para que cada membro da comunidade universitária possa se reconhecer como parte essencial no processo de construção contínua da vida acadêmica estabelecendo um sentido próprio e permanente, verdadeiramente institucional.

Expandir é, por sua vez, uma ação prioritária, compreendida como o processo único, capaz de tornar realidade o sonho de milhares de jovens de ingressar no ensino superior ” (Reitor Professor LÚCIO JOSÉ BOTELHO, 2005: 03)⁶⁴.

⁶² FERRARI, Bia. Ensino a Distância. In: **Revista UFSC 45 Anos**. Florianópolis: Agência de Comunicação da UFSC, 2005:35.

⁶³ Ministrados com encontros presenciais de 30% da carga horária e o restante com atividades a distância, trabalhadas por meio de correio eletrônico, videoconferência, fax, telefone, correio postal e principalmente do Ambiente Virtual de Aprendizagem – uma plataforma de interação virtual entre professores, tutores e alunos. (FERRARI, 2005: 35).

⁶⁴ Vid BOTELHO, Lúcio José. UFSC 45 anos: Preparada para novos desafios. In: **Revista UFSC 45 Anos**. Florianópolis: Agência de Comunicação da UFSC, 2005, p.3.

Neste prisma, cumpre ressaltar a missão da UFSC, conforme aprovado pela Assembléia Estatuinte de 04/06/1993:

“Produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida”⁶⁵.

No que tange ao trabalho voluntário na UFSC, foi instituído nos termos da Lei nº 9.608 de 18/02/98 o Programa de Serviço Voluntário da UFSC, conforme Resolução nº 12/Cun/99 de 27 de julho de 1999. Considera-se serviço voluntário “o exercício não remunerado de atividades de ensino, pesquisa e extensão, prestadas por pessoas físicas, inclusive servidores aposentados da Universidade [...] que tenham o plano de trabalho aprovado...”⁶⁶. Salientando que este plano de trabalho deve ser aprovado pelo respectivo Colegiado de Curso de Graduação ou de Pós-Graduação, que indicará qual departamento o referido trabalhador voluntário exercerá suas atividades. Posteriormente deverá ser submetido à deliberação do Conselho da respectiva Unidade (Artigos 1º, 2º e 3º).

Na oportunidade, apresentamos a declaração do profº Dr. Lúcio Botelho, magnífico reitor da UFSC, quanto à relevância do trabalho docente voluntário:

“... e viverás do suor do teu rosto...”

O trabalho como punição, na visão bíblica, ao trabalho como a mais plena forma de realização pessoal. O homem ser gregário por definição, vive a perspectiva histórica de relações sociais, familiares ou não, em função da sua possibilidade de suprir o conjunto de necessidades vitais.

O homem, com seu trabalho e conquistas, alcançou tempo de vida bastante alargado, fazendo sua vida útil crescer em dissonância com seu tempo de trabalho. A aposentadoria ficou precoce, pois paramos de trabalhar ainda com imensa capacidade de trabalho e, desprovidos de um dos seus fatores vitais, tende a voltar como voluntário e a melhorar sua qualidade de vida⁶⁷.

⁶⁵ Disponível <<http://www.ufsc.br>> Acesso em 1º/fevereiro/2007.

⁶⁶ Vid Resolução nº 12/Cun/99, de 27 de julho de 1999. Disponível <<http://www.reitoria.ufsc.br>> Acesso em 06/dezembro/2006. (Artigo 2º)

⁶⁷ Declaração feita pelo magnífico reitor da UFSC Profº Dr. Lúcio Botelho, durante audiência concedida à pesquisadora, no dia 08/Agosto/2007.

Cumpra esclarecer que a prestação de serviço voluntário é celebrada por meio do Termo de Adesão⁶⁸, que é assinado pelo Reitor e pelo prestador de serviço voluntário, tendo duração inicial de até dois anos, podendo ser renovado, mediante parecer favorável do respectivo Colegiado do Departamento, após manifestação do Colegiado do Curso de Graduação ou de Pós-Graduação (Artigos 7º e 8º). Na vigência do referido Termo de Adesão o mesmo poderá ser interrompido conforme iniciativa do voluntário, sendo comunicado ao Chefe de Departamento com antecedência mínima de 30 (trinta dias), do Colegiado do Departamento ou por motivo de força maior e em caso de doença, devendo ser comunicado ao Departamento de Recursos Humanos (Artigo 11, incisos 1º, 2º e 3º).

De acordo com a Resolução 12, vale salientar as atividades não permitidas ao prestador de serviço voluntário:

“Ao participante no Programa de Serviço Voluntário será vedado o exercício de Cargo de Direção ou Função Gratificada e das demais funções administrativas privativas de docentes do Quadro Permanente de Pessoal da Universidade, e a participação em órgãos colegiados e em processos eleitorais” (Artigo 9º).

Cabe esclarecer ainda, que quando a orientação de trabalhos conclusivos de Cursos de Graduação ou de Pós-Graduação *stricto sensu* estiver sob responsabilidade de um prestador de serviço voluntário, um docente integrante da carreira do magistério superior da Universidade e lotado no mesmo Departamento deverá atuar na co-orientação, o qual será designado pelo Chefe de Departamento. Caberá ao docente co-orientador supervisionar as demais atividades de ensino sob responsabilidade do participante do Programa de Serviço Voluntário (Artigo 5º, incisos 1º e 2º).

Por fim, cumpre ressaltar que a participação no Programa de Serviço Voluntário não gera vínculo empregatício com a Universidade, nem obrigações de natureza trabalhista, previdenciária ou afins. Ao final da vigência do Termo de Adesão, o trabalhador receberá certificado comprobatório de suas atividades, assinado pelo Reitor e pelo Chefe do respectivo Departamento (Artigo 7º, parágrafo Único e Artigo 12º, inciso 2º).

⁶⁸ Vid ANEXO “Termo de Adesão ao Serviço Voluntário”. Disponível <<http://www.reitoria.ufsc.br>> Acesso em 06/dezembro/2006.

Conforme levantamento realizado pela assessoria do Gabinete do Reitor, o quadro atual de docentes voluntários na UFSC, com adesão entre 2004 e 2007, é composto da seguinte forma:

Tabela 3 – Prestação de Serviço Docente Voluntário na UFSC:

Termos assinados Em 2004	Termos assinados Em 2005	Termos assinados em 2006	Termos assinados em 2007
CCS = 08 CTC = 01	CCS = 10 CTC = 14	CCS = 15 CTC = 06	CCJ = 01 CTC = 03
CSE = 01 CED = 03	CSE = 03 CED = 01	CFM = 02 CCB = 04	CCS = 03 CFH = 01
CCE = 03 CFM = 03	CFM = 04 CCB = 01	CFH = 02 CCE = 01	CED = 02 CSE = 02
CCA = 01	CFH = 02		CCE = 01 CCA = 02
			Outros: 15
Total: 20	Total: 35	Total: 30	Total: 30

Fonte: Chefia do Gabinete do Reitor, 07/dezembro/2006 e 07/julho/2007⁶⁹.

Diante do exposto, evidenciam-se duas características relevantes, de um lado temos a afirmação do atual Reitor professor Lúcio José Botelho, cujos parâmetros fundamentais da sua atual gestão são: integrar, institucionalizar e expandir, e, do outro, percebe-se que esses elementos não se evidenciam, em grande medida, sobretudo quanto ao trabalho docente, tendo em vista o crescimento do número de professores voluntários em condições precarizadas, ou seja, o não investimento em recursos humanos⁷⁰.

Para justificarmos essa realidade, no próximo capítulo apresentaremos o percurso metodológico e a análise da pesquisa empírica.

⁶⁹ Informações fornecidas pela Chefia do Gabinete do Reitor; inicialmente solicitamos em 22/novembro/06 e nos foi entregue dia 07/dezembro/2006. Posteriormente recebemos o quadro atualizado de professores voluntários na UFSC em 07/julho/2007, esclarecendo que os 15 professores informados como “outros” estão com seus processos tramitando em fase final no gabinete do reitor da UFSC.

⁷⁰ Esclarecendo, entretanto, que se trata de um programa implementado em âmbito federal, em todas as universidades públicas federais do país, seguindo diretrizes da Política Nacional de Educação.

2 ANÁLISE DA PESQUISA EMPÍRICA

O presente capítulo contempla a pesquisa empírica e sua análise. Inicialmente, apresentaremos a população foco da pesquisa que contou com 17 professores aposentados da UFSC, que retornaram à academia na condição de docente voluntário, bem como relataremos as dificuldades e limites enfrentados no transcorrer deste trabalho.

Em seguida, descreveremos o perfil desses sujeitos pesquisados, tomando como base os dados pessoais coletados nas entrevistas (sexo, idade, escolaridade, estrutura familiar, renda mensal, entre outros). Por fim, apresentaremos os resultados a partir da interpretação dos dados obtidos nesta pesquisa.

2.1 Percorso Metodológico

Ressaltamos inicialmente que por se tratar de uma pesquisa com seres humanos, nosso projeto foi submetido à apreciação e avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina, em conformidade às Resoluções 196/96 e 251/97 do Conselho Nacional de Saúde, tendo sido aprovado e considerado relevante contribuição para o aprofundamento do estudo das relações de trabalho de professores na UFSC⁷¹.

Numa perspectiva marxista, pensar a ciência quanto ao ser social, segundo Nogueira (2006: 11), pressupõe “um ponto de partida e um ponto de chegada e as abstrações são um caminho imprescindível para que o ponto de partida ao tornar-se ponto de chegada, seja marcado pela apreensão da totalidade e pelo real processo de conhecimento”.

Nesse prisma, esta pesquisa se desenvolve por meio de fontes bibliográficas alusivas ao objeto de investigação e das entrevistas semi-estruturadas. Para atender à proposta deste estudo, estabelecemos como premissa o estudo de casos, bem como a abordagem de natureza qualitativa, considerando que a mesma é a mais adequada para a obtenção das informações e do contexto que se pretende investigar, haja visto que será analisado o significado do trabalho na vida dos sujeitos entrevistados, a partir da sua percepção da aposentadoria e dos motivos

⁷¹ Este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – registro nº 103/07, com parecer de aprovação durante a reunião realizada no dia 28/Maio/2007.

que os levaram a retornar à UFSC na condição de voluntários, o qual é apreendido de forma particular e individual, por ser subjetivo e peculiar a cada indivíduo⁷².

Vale ressaltar, todavia, que o foco central dessa pesquisa é responder a seguinte pergunta: *“O trabalho docente voluntário na UFSC é uma das várias formas de expressão do trabalho na sociedade contemporânea. Em que medida, portanto, ele expressa ou não a centralidade do trabalho na sociabilidade humana?”*

Nessa perspectiva, estabelecemos como critério da amostra 02 docentes de cada centro da UFSC, totalizando 22 professores. Inicialmente, o critério na busca desses sujeitos foi o cadastro fornecido pelo Gabinete do Reitor da UFSC, informando os seus nomes e respectivos centros. O segundo passo foi o contato pessoal com cada centro e especificamente com seus respectivos departamentos de cursos, com os quais esses professores voluntários estão vinculados. Então obtivemos os endereços eletrônicos e/ou os números dos telefones pessoais desses docentes, e tentamos reiteradas vezes manter contatos, no intuito de agendar as entrevistas conforme suas disponibilidades.

Cabe ressaltar que todos os professores entrevistados foram devidamente informados e esclarecidos antes da entrevista, sobre o objetivo da pesquisa, isto é, estudar, evidenciar ou não a centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea através do trabalho docente voluntário na UFSC, para que não criassem expectativas não condizentes ao nosso trabalho investigativo.

Neste sentido, firmamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, devidamente assinado pela Pesquisadora Principal e pelo Entrevistado, pelo qual concede todos os direitos de uso e divulgação do conteúdo das gravações em fita magnética e transcrição literal da mesma. Por outro lado, a pesquisadora se comprometeu quanto ao caráter sigiloso dessas gravações, as quais serão acessadas somente por ela e pela professora orientadora⁷³.

Outro cuidado relevante que tivemos foi quanto a transcrição fiel dos conteúdos das gravações com as entrevistas realizadas, visando apreender ao máximo a riqueza e complexidade das informações coletadas, tendo em vista o cumprimento ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e também o nosso comprometimento ético enquanto pesquisadores.

⁷² Cabe destacar ainda a utilização do diário de campo como um instrumento imprescindível na realização da pesquisa empírica, como recurso de registro dos fatos e situações vividas no cotidiano.

⁷³ Vid Apêndice B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Objetivo Geral

Em meio às atuais transformações no mundo do trabalho, dentre as quais o trabalho voluntário, e, tendo como foco central o trabalho docente voluntário e a centralidade da categoria trabalho, esta pesquisa visa responder a seguinte questão: *“O trabalho docente voluntário na UFSC é uma das várias formas de expressão do trabalho na sociedade contemporânea. Em que medida, portanto, ele expressa ou não a centralidade do trabalho na sociabilidade humana?”*

Objetivos Específicos

- Evidenciar a identidade profissional dos trabalhadores entrevistados;
- Aprender a relevância do trabalho na vida desses entrevistados, a partir do impacto da aposentadoria em suas vidas.
- Evidenciar os motivos reais que levaram esses profissionais aposentados a regressarem à UFSC, na condição de professor voluntário.

2.1.1 População / Sujeitos

Segundo informações obtidas junto à Chefia do Gabinete do Reitor da UFSC, o quadro atual de docentes voluntários atuantes na academia é de aproximadamente 100 professores, ressaltando que esse número refere-se aos professores que firmaram termos de adesão voluntária ou renovaram seus contratos no período de 2004 a junho/2007⁷⁴.

Tendo em vista o expressivo número de professores a serem pesquisados, torna-se inviável realizar uma pesquisa com todos os sujeitos envolvidos. Diante do exposto, e face à necessidade de se estabelecer um delineamento, optamos por trabalhar com 02 (dois) professores de cada centro, totalizando 19 sujeitos inseridos em 10 centros (CCS, CSE, CFM,

⁷⁴ Esclarecendo que durante a pesquisa ficou evidenciado que o número real é superior a esse oficial informado, tendo em vista a constatação de professores atuantes como voluntários sem firmar o Termo de Adesão Voluntária, além do número considerável de profissionais não aposentados atuantes nessa condição, não sendo, portanto, alvo de nossa pesquisa.

CFH, CCE, CCA, CTC, CED, CCB e CCJ), considerando que há 11 centros na UFSC, sendo que o CCJ tem somente um professor voluntário e o CDS não tem nenhum.

Cumpramos esclarecer que tal proposta se justifica mediante a compreensão de que esta pesquisa se propõe a estudar e entender a particularidade da realidade concreta dos sujeitos entrevistados, sem, todavia, perder o entendimento de uma realidade maior da totalidade. Em outras palavras “olhar a árvore sem perder de vista a floresta”.

Em suma, pretendemos com este estudo, ter o cuidado de não reduzi-lo às visões abstratas, que generalizam conceitos e explicações sobre realidades distintas, bem como as concepções que pensam o ser humano como desdobramento inerte das estruturas sociais.

Os sujeitos desta pesquisa são, portanto, um subconjunto do universo e constituem-se professores aposentados da UFSC que retornam à academia, após a aposentadoria, na condição de adesão voluntária.

2.1.2 Limites

Cabe esclarecer que, durante o processo de realização desta pesquisa, emergiram alguns limites à sua concretização, os quais serão elencados a seguir.

Um dos limites iniciais diz respeito à falta de referencial teórico sobre essa temática no âmbito do serviço social da UFSC, haja visto que o currículo atual do curso de Serviço Social dessa universidade não aborda especificamente a temática do mundo do trabalho. Considerando que até o momento não há nenhum trabalho de dissertação de mestrado concluído sobre o assunto em questão neste Programa de Pós-Graduação, e, ainda, não cursamos disciplina dessa temática e, inclusive não há uma linha de pesquisa específica à respeito.

Ressaltando que o referido currículo do curso de Serviço Social também não aborda a questão do idoso e do processo de envelhecimento do ser humano, sendo de fundamental importância a necessidade urgente de inclusão desta temática, por tratar-se de uma fase do processo de desenvolvimento da pessoa humana.

Outro limite a ser destacado refere-se à inserção do assistente social no mundo do trabalho, o qual atua na prática, todavia, percebe-se a limitação de literaturas existentes quanto

ao estudo e entendimento dessa categoria profissional no mundo do trabalho, e, sobretudo, quanto à centralidade da categoria trabalho.

Cumpramos destacar também a não realização de entrevistas com todos os docentes voluntários previstos, 02 de cada centro, totalizando 19 professores conforme informado anteriormente, em virtude dos professores de alguns centros não se disponibilizarem a colaborar com a pesquisa, tais como o CCJ, o CCB e o CCE, ficando, portanto, esses 03 centros fora deste estudo. Entretanto, com o intuito de compensar essa limitação, entrevistamos um número maior de professores de dois centros mais acessíveis - CCS e CED.

Finalmente, cabe assinalar outro limite relevante, especificamente na realização das entrevistas, em relação ao tempo disponível para a realização da pesquisa e o término da dissertação (3,5 meses após a qualificação), aliado à dificuldade em encontrar os professores voluntários na UFSC, dos quais vários estavam viajando (até no exterior). Salientamos também que alguns departamentos não têm conhecimento que esses professores estão na condição de voluntários e nem têm informações sobre seu paradeiro e, tampouco, se dispuseram em contribuir para mediar um contato com eles. Percebe-se claramente um grande distanciamento entre esses profissionais e os respectivos departamentos, os quais estão formalmente vinculados.

Concluída esta etapa, o próximo item apresenta a análise e a interpretação do resultado da pesquisa empírica realizada com os referidos professores voluntários da UFSC.

2.2 Apresentação: Perfil dos professores voluntários entrevistados

Inicialmente, ressaltamos o nosso comprometimento e extremo rigor com a apresentação dos dados obtidos com esta pesquisa, evitando a exposição de informações que possam identificar os professores entrevistados, prevalecendo, portanto, total sigilo de nossa parte, conforme compromisso assumido durante a realização das entrevistas, segundo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, devidamente assinado pela Pesquisadora Principal e pelo Entrevistado.

Nessa perspectiva, após a realização das entrevistas com os professores voluntários da UFSC, obtivemos o perfil sócio-demográfico desses 17 entrevistados, onde constatamos que a

maioria é do sexo feminino (11)⁷⁵, com idade acima de 60 anos (11)⁷⁶, residindo com cônjuge e filhos (08) ou sozinhos (06). Observamos que a grande maioria (13) é natural da região Sul do Brasil, sendo 03 da capital Florianópolis, 05 das demais cidades do estado e 05 provenientes do Paraná e Rio Grande do Sul. Os demais entrevistados são naturais de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco, sendo que o outro professor nasceu na Holanda e aos sete anos de idade veio para o Brasil junto com sua respectiva família, fugindo da Segunda Guerra mundial que envolvia a Europa.

Destes 17 professores, 11 não estão vinculados a qualquer projeto de pesquisa, e, portanto, não recebem nenhum pagamento além da aposentadoria, sendo que destes 07 tem renda mensal familiar de aproximadamente R\$5.000,00. Entre os 06 professores vinculados a projetos de pesquisa, 02 não recebem pagamentos e 04 recebem provenientes do CNPq (01 também de produtividade), sendo que 03 desses têm renda familiar em torno de R\$5.000,00 e o outro de R\$15.000,00. Entre os 11 professores que não estão vinculados aos projetos de pesquisa, 09 dedicam exclusivamente ao ensino, sendo que alguns desses participam de núcleos de estudos e pesquisas, não recebendo nenhum pagamento ou gratificação.

A grande maioria tem doutorado (14), sendo que destes 6 cursaram no exterior, e 10 aposentaram com a titulação de professor titular.

Quanto à participação em movimentos sindicais ou sociais, muitos (10) afirmaram ter participado da Apufsc no passado quando estavam na ativa; todavia, hoje apenas 3 continuam acompanhando as atividades do sindicato pelo boletim informativo, e 01 deles comparece às reuniões, sendo que 6 professores nunca participaram de movimentos sindicais, dentre os quais alguns se assumem contrários, inclusive às greves, e, apenas 01 disse participar da Amped:

⁷⁵Referindo-se as mulheres, afirma França (1999: 04) “acostumadas a desempenhar tantos papéis, a sofrer tantas perdas, a receber salários mais baixos, parece que as mulheres criaram uma imunidade física e “emocional” que as tornam mais resistentes às situações adversas”. Ressaltando que as mulheres no mundo inteiro vivem mais que os homens, no caso do Brasil, elas vivem atualmente oito anos a mais do que os brasileiros. Quanto aos motivos dessa diferença, a autora cita Veras (1994) e Bonita (1993), cujas pesquisas mostraram que as mulheres vivem mais não só em função de fatores biológicos e genéticos habituais, mas porque são menos propensas a riscos de acidentes em geral, consomem menos tabaco e álcool, têm maior consciência dos seus sintomas, doenças e procuram mais os serviços de saúde. Além disto, o nível da mortalidade materna diminuiu em função do aumento do atendimento médico-obstétrico.

⁷⁶ Segundo Kinoshita & Silva (2007: 07), a Organização Mundial da Saúde considera como velho, o indivíduo com idade igual ou superior a 65 anos nos países desenvolvidos, enquanto que nos países em desenvolvimento (como o Brasil), considera a idade igual ou superior a 60 anos, onde se presume que a expectativa de vida seja menor. Para os autores, é evidente a discriminação dos idosos nas sociedades capitalistas ocidentais, as terminologias utilizadas para designar a categoria “velhice”, denominando-a de “terceira idade” ou “melhor idade”, procurando “ocultá-la”, por si demonstram o preconceito.

“Participei por muito tempo das atividades da Apufsc, atualmente não tenho participado, apenas leio o Boletim e compareço nas reuniões”.

“Nos anos 80 fui da diretoria, hoje não participo mais”.

“Sou sindicalizado e já atuei ativamente. Hoje não sou atuante”.

“No passado já participei até o dia que me senti manipulada, fiquei bastante ultrajada e jurei nunca mais participar”.

“Em 2003, saí logo depois da vitória do Lula porque a decepção maior começou dali e não parou mais”.

“Não, sou avesso a esses movimentos [...] não são objetivos e tem a característica de radicalização, sou contra a radicalização [...] também sou contra as constantes greves, em 10 anos tivemos 15. Greve tem razão de ser quando o diálogo for esgotado, o que efetivamente não têm ocorrido. A recuperação da greve é apenas formal, na verdade o conteúdo e resultado não se recuperam jamais. Por tudo isso há uma enorme falta de credibilidade dos docentes junto a sociedade.”

“Não, nunca participei, não gosto e não tenho tempo [...] sou contra greves”.

“Não tenho a menor atração por esse tipo de sindicalismo como ele é feito”.

Ressaltando que, apesar de não participarem atualmente das atividades da Apufsc, alguns professores afirmaram estarem inseridos em outros movimentos sociais afins às suas respectivas áreas de atuação profissional.

Na seqüência, apresentamos a Tabela 4 com as características sócio-demográficas dos professores voluntários entrevistados.

Tabela 4 - Características Sócio-demográficas.

Características Sócio-demográficas	Professores voluntários UFSC
<i>Idade</i>	
55 a 60 anos	06
Acima de 60 anos	11
<i>Sexo</i>	
Feminino	11
Masculino	06
<i>Escolaridade</i>	
Mestre	03
Doutor	14
<i>Composição familiar</i>	
Sozinho	06
Cônjuge	03
Cônjuge e filhos	08
<i>Renda familiar mensal</i>	
Acima de R\$5.000	11
Acima de R\$10.000	06
<i>Carreira docente</i>	
Adjunto 3	01
Adjunto 4	06
Titular	10
<i>Vinculado a pesquisas</i>	
CNPq	04
Outro	02
Nenhum	11
<i>Naturalidade</i>	
Capital (Florianópolis)	03
Santa Catarina (demais cidades)	05
Região Sul	05
Demais regiões	03
Não é brasileiro	01
<i>Atividade lazer</i>	
Leitura	06
Viajar	03
Trabalho	05
Outra	03
<i>Doença ocupacional</i>	
Sim	01
Não	16
<i>Assistência médica</i>	
Sim - Unimed	17
<i>Participa movimento sindical/social</i>	
Sim – Apufsc	03
Sim - outro	02
Não	12

Ressaltamos ainda, que todos os professores entrevistados têm plano de saúde Unimed, sendo que apenas um afirmou ter tido doença ocupacional (faringite), mas nunca foi afastado das aulas. A maioria apontou a leitura como principal atividade de lazer (6), seguido pelo trabalho (5), dos quais 3 referem-se ao trabalho em chácaras particulares e 2 ao trabalho na UFSC.

2.3 Análise da pesquisa empírica: Interpretação dos dados

Neste inciso apresentamos a interpretação dos dados obtidos na pesquisa empírica, ressaltando, todavia, que durante as entrevistas com os professores, houve momentos de significativa emoção, com o afloramento de fortes sentimentos, ao inferirem às suas vidas privadas, as relações com a família, os sofrimentos, as angústias, aliado a questões constrangedoras vividas em seus respectivos departamentos na UFSC, ou doenças graves por ocasião da aposentadoria, enfim, várias outras lembranças, que às vezes até lhes traziam lágrimas aos olhos. Trata-se, contudo, de momentos fortes, bastante significativos, tanto para os entrevistados quanto para a pesquisadora, os quais foram pautados na confiança mútua, no respeito e sigilo, portanto, não serão revelados aqui, por uma questão ética e humana.

A entrevista inicia-se, inferindo sobre sua preparação para a aposentadoria e o significado de ser aposentado, entre os quais apenas 4 professores afirmaram terem programado suas aposentadorias, todavia, ressaltaram ter sido difícil essa transição⁷⁷:

“Sim, dois anos antes comecei a cursar outra faculdade para não parar de pensar”.

“Sim, de certa forma eu me preparei planejando o que iria fazer nos espaços livres”.

⁷⁷Aposentadoria significa a saída de um trabalho regular e, normalmente, o termo está associado à idade. Entretanto, segundo França (1999: 02) “ser jovem ou velho para o trabalho não diz respeito apenas a uma avaliação da capacidade física, mental ou psicológica para o trabalho, mas também vai depender dos contextos demográfico, histórico, sociocultural, econômico e político nos quais o trabalhador está inserido”. Significando que “Muitos se aposentam bem jovens e outros falecem antes de se aposentarem. Alguns têm a possibilidade da livre escolha, outros são escolhidos e muitos temem este momento e suas conseqüências no futuro”. Referindo-se ao período pós-aposentadoria e aos idosos, postula Frankl (1997) *apud* SILVA (2004: 75): “O vazio existencial se manifesta principalmente num estado de tédio. Fenômenos tão difundidos como depressão, agressão e vício não podem ser entendidos se não reconhecermos o vazio existencial subjacente a eles. O mesmo é válido também para crises de aposentados e idosos”. Percebe-se, portanto, a necessidade de se ter *a priori* projetos futuros para o período pós-aposentadoria, a fim de que a mesma não traga impactos nefastos profundos na vida do trabalhador.

“Sim, eu me preparei do ponto de vista psicológico e prático [...] é um momento de transição, minha perspectiva é ir aposentando paulatinamente”.

“Sim, há dois anos eu decidi e previ a aposentadoria para 2007. Desde então eu chorava muito, a vida acabou, é como se a aposentadoria fosse o meu fim, foi muito difícil”.

“Sim, lendo e conversando com amigos”.

No que tange à aposentadoria, França (1999: 08) alerta para o fato do número crescente de aposentados mais jovens, conforme evidenciado nesta pesquisa, apesar do termo aposentadoria ainda ser confundido com o envelhecimento. Segundo a autora, “apesar da psicologia social apontar poucas mudanças na personalidade e na intelectualidade de quem envelhece, existem ainda muitos preconceitos em relação ao processo do envelhecimento e suas modificações”⁷⁸.

Neste sentido, esclarece a autora:

“a inatividade e a falta de perspectivas na aposentadoria podem levar a um sentimento de depressão que conseqüentemente compromete a saúde do indivíduo. Não são poucos os casos de doenças psicossomáticas adquiridas durante e após o processo de desligamento do trabalho, sem contar os casos de morte súbita, principalmente nos três primeiros anos após a aposentadoria. O planejamento de vida que preveja a distribuição do tempo e mudanças necessárias relativas à afetividade, à vida familiar, ao lazer, à participação sociocomunitária e um trabalho remunerado ou voluntário permitem enfrentar objetivamente as condições frustrantes a que muitos aposentados ficam expostos” (FRANÇA, 1999: 09-10).

Na perspectiva de se alterar esse cenário atual e criar possibilidades melhores para os futuros aposentados, segundo a autora, é fundamental⁷⁹:

⁷⁸ Lúcia França é psicóloga, na época doutoranda em Psicologia Social pela Universidade de Auckland, P2/30 York Street – Parnell – Auckland – New Zealand. Aceitou o convite e desafio de construir este trabalho devido a dois fatores relevantes: ela havia perdido seu pai aos 53 anos de idade, que era apaixonado pelo trabalho e faleceu no dia seguinte à sua aposentadoria, além do fato da autora estar próxima à sua própria aposentadoria precoce. Segundo França (1999: 02-03), a aposentadoria é um fato social novo, pois só a partir do século XX a maioria da população assalariada no mundo inteiro passou a contar com a proteção da Previdência Social. No Brasil, foi a classe operária, a exemplo do que ocorreu na Europa e nos EUA, que liderou no início do século e nos anos 20 a luta pela proteção do velho operário, dando origem a movimentos em favor da criação das Caixas e Institutos e da legislação previdenciária. Magalhães (1989) observa que, na época, a preocupação era a defesa e o amparo financeiro dos mais velhos; mas as lutas não chegaram a ter como alvo a “vida após o trabalho”.

⁷⁹ Salientando que o Estatuto do Idoso, capítulo sexto, artigo 31, preconiza que o poder público tem a incumbência de criar e estimular programas de “[...] preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, com antecedência mínima de um ano, com objetivo de estimular novos projetos sociais de seu interesse e de informar sobre os direitos sociais e de cidadania” (BRASIL, 2003: 14).

“Refletir sobre a aposentadoria é analisar mais uma etapa do desenvolvimento do homem no contexto em que ele se encontra. A preparação para a aposentadoria, como processo educativo, é contínua e deve estar relacionada a um planejamento de vida remanescente, atual ou a ser reformulado. Pela interdependência dos conteúdos do passado, presente e futuro, o tema interessa à qualquer idade e deveria ser discutido pelo jovem que ingressa no mercado de trabalho e por aquele que passa a receber uma pensão sem a “necessidade” de continuar a trabalhar” (idem, p.20).

Nesse prisma, cumpre-nos ressaltar que a maioria dos professores entrevistados não se preparou para a aposentadoria, dentre os quais alguns se aposentaram por motivos de força maior, inclusive uma professora aposentou-se aos 43 anos por invalidez permanente, não sendo, portanto, uma questão de escolha, conforme as seguintes falas:

“Não, eu nunca quis me aposentar. Eu achava que seria o fim, eu ia sair do meu mundo acadêmico [...] Eu achava que seria uma desgraça, eu fiquei muito mal da cabeça. Eu me aposentei por receio de perder direitos, não foi uma escolha”.

“Não, quando me aposentei a lei da previdência estava em ebulição, eu fiquei com medo de perder meus direitos, que afetavam também a minha família, eu tratei logo de garantir meus direitos”.

“Não, eu tive um câncer e como já tinha tempo de serviço me aposentei”.

“Izabel, eu não queria me aposentar, pois estar na sala de aula era prazeroso [...] Ressalto que foi o problema sério de saúde (câncer) que me fez aposentar”.

“Minha aposentadoria foi por invalidez permanente”.

Entretanto, ficou evidenciado nas entrevistas que a adesão voluntária possibilitou-lhes um processo de transição tranquilo, não tendo sofrido grande impacto com a aposentadoria⁸⁰:

“A aposentadoria não mudou nada, continuei com as mesmas atividades”.

“Com a adesão voluntária, só houve a mudança contratual”.

“A adesão voluntária possibilitou-me a travessia”.

“A adesão voluntária permitiu-me uma transição tranquila [...] não houve ruptura na minha vida produtiva”.

“Fiquei para não sentir o impacto da saída”.

⁸⁰ Isso nos leva a refletir sobre a aposentadoria atualmente, o que significa ser aposentado e estar fora do processo produtivo, ser inativo e improdutivo, sob a lógica do capital que só valoriza quem é produtivo. Vende-se a idéia da promessa de liberdade após a aposentadoria, libertar-se do “fardo” do trabalho, e finalmente “aproveitar a vida”, todavia omitem a real queda do padrão de vida dessas pessoas. Ressaltando que nas sociedades capitalistas ocidentais não se admite alguém que não produza. Bosi (1999) *apud* SILVA (2004: 20) afirma que “além de ser um destino do indivíduo, a velhice é uma categoria social”, e que “a sociedade industrial é maléfica para a velhice”, pois rejeita o indivíduo na medida em que ele perde a condição de vender sua força de trabalho. Hoje, no Brasil, vigora a idéia hipócrita para quem tem 60 anos de idade ou mais, chamada “melhor idade” (p/ aqueles que podem consumir é claro), todavia os que estão fora do processo produtivo são descartados socialmente, se tiverem mais de 70 anos, então, estão liberados até mesmo do direito de exercer a cidadania pelo voto.

“Para fazer uma ruptura lenta, gradual e segura com uma instituição que foi minha grande paixão”.

“É importante mantermos as atividades que nos identificamos”.

Neste sentido, reportamo-nos à França (1999) que infere as conseqüências da aposentadoria e o seu impacto na vida do trabalhador:

“O afastamento do trabalho provocado pela aposentadoria talvez seja a perda mais importante da vida social das pessoas, pois ela pode resultar em outras perdas futuras, que tendem a afetar a sua estrutura psicológica. As conseqüências negativas mais imediatas provocadas pela aposentadoria são a diminuição sensível da renda familiar, a ansiedade frente ao vazio deixado pelo trabalho e o aumento na freqüência de consultas médicas” (idem, p.9-10).

No que tange aos motivos que os levaram a continuar suas atividades na UFSC, através da adesão voluntária, evidencia-se o ensino e a proximidade com os alunos:

“A necessidade de convívio com os jovens e também manter-me atualizado”.

“O prazer de estar com os alunos da graduação em sala de aula”.

“Continuar sentindo-me útil à sociedade e fazendo o que mais gosto: dar aulas”.

“Foi a continuidade, o acompanhamento aos orientandos de mestrado e doutorado”.

Entretanto, 04 professores apontaram motivos diferentes, e demonstraram satisfação em não mais ministrarem aulas:

“Minha motivação é desenvolver meu trabalho de pesquisa, ter uma sala, um espaço, participar de eventos, congressos, etc”.

“Foi a pesquisa. Não ministro aulas, estou na pesquisa e faço orientações”.

“Eu precisava ficar na ufsc por causa da bolsa de CNPq, precisei desse vínculo voluntário para manter a bolsa, eu não fiquei para doar meu tempo, foi o interesse pela bolsa”.

“Eu continuei porque o reitor pediu-me para continuar, mas dar aulas eu não quero mais”.

Ressaltando ainda que geralmente o lazer é visto como um contraponto ao trabalho, mas ao mesmo tempo uma prática às vezes rara e inatingível para alguns, como então imaginar que as pessoas irão de um dia para outro substituir a vida de obrigações no trabalho por uma vida de lazer? Investigando os motivos da impossibilidade dessa substituição, França

(1999:11) verificou em sua pesquisa que “Em algumas situações, o que parece apaixonar mais as pessoas não é o dinheiro obtido pelo trabalho, mas o status e o poder que ele representa”.

Uma outra questão verificada com os docentes entrevistados foi quanto a possibilidade existente na legislação vigente de retornar à UFSC, via novo concurso público, cuja resposta quase unânime foi negativa e de repúdio:

“Acumular dois salários, eu não teria coragem, é um absurdo e antiético...”.

“Embora seja legal, a pergunta é: é legítima? Tem legitimidade esse retorno?”.

“Fazer novamente o concurso, acho uma imoralidade, não admito em hipótese alguma”.

“Sou absolutamente contra, acho profundamente antiético com meus colegas que virão depois de mim. É antiético, é uma condição desigual, é inconcebível”.

“Não acho boa idéia do ponto de vista ético receber 2 salários públicos”.

“Não concordo [...] é imoral e não ético”.

A respeito dos critérios estabelecidos no regimento que regulamenta a adesão voluntária, percebe-se pela maioria um expressivo descontentamento quanto à questão de serem supervisionados por um professor tutor da ativa, o fato de não mais assinarem projetos e não votarem nas reuniões do departamento e colegiado:

“Dei aulas aqui durante décadas e agora tenho que submeter-me a ser supervisionada por um professor menos experiente que eu, isso é absurdo, é constrangedor. Também não posso assinar projetos, coordeno eventos, cursos e outro professor tem que emprestar-me seu nome, porque não posso mais assinar, é constrangedor”.

“Você apresenta projetos, mas não pode assina-lo, outro assina. Tenho autonomia para dar aulas e orientar, mas não tenho para assinar um convênio, um projeto. Essa limitação é pura discriminação”.

“É desrespeitoso, esse regimento me coloca como incapaz, é uma falta de respeito”.

“Esse texto é uma aberração, um absurdo. Um professor com ... anos de casa, professor titular, doutor com vastíssima experiência, eleito várias vezes chefe de departamento e coordenador de pós-graduação, consultor de CNPq ... com toda essa bagagem me sujeitar a isso... Eu fecho os olhos, é pobreza de espírito de quem fez isso”.

“Depois de tantas décadas de dedicação a UFSC, não posso assinar projeto, coordenar cursos e devo ser avaliada por um professor que entrou 3 anos antes de minha aposentadoria. Isso dói, essas restrições são absurdas, é uma exploração...”.

“Maus, porque são discriminatórios e não ter qualquer remuneração é uma forma velada de trabalho escravo”.

Todavia, cumpre-nos relatar que 03 professores afirmaram desconhecer esse regimento e um está de acordo com os regulamentos:

“Regimento, que regimento? Não tenho, nunca vi esse regimento”.

“Regimento? Não conheço esse regimento”.

“Não, não tenho e nunca vi esse regimento”.

“Não vejo qualquer problema, entendo que os critérios são normais”.

Vale ressaltar que a expressão “professor voluntário” causa certo constrangimento a alguns professores, por ser um termo estigmatizado, tendo sido inclusive sugerido outras nomenclaturas:

“Não gosto do termo, poderia ser substituído por professor sênior”.

“Tem que mudar o nome né: voluntário é estigmatizado. Quem sabe profº colaborador ou associado”.

“Com tanta leitura na questão da Assistência Social fica difícil lidar com essa nomenclatura”.

“Acho que poderiam ter criado um título menos humilhante do que adesão voluntária”.

Neste sentido, reportamo-nos a Marx (1996: 248) quando afirma que “A pólvora continua sendo pólvora, indiferentemente, quer seja utilizada para ferir um homem quer para curar suas feridas”. Nessa perspectiva, entendemos que substituir apenas a expressão “voluntário” por “sênior”, “colaborador”, “associado”, ou outra do gênero, não resolve a questão da estigmatização do termo, é apenas a troca de etiquetas, pois essas expressões por si não dizem nada, são puras abstrações, o que as difere são os significados que lhes são atribuídos, de acordo com os valores pessoais, isto é, as relações sociais específicas nas quais estão inseridas.

Quanto às condições estruturais atuais de trabalho em relação as anteriores à aposentadoria, há divergência de opiniões; para alguns permanecem as mesmas, enquanto que para outros evidencia-se a precarização e a falta de estrutura, principalmente no que diz respeito à sala para desenvolver suas atividades, sobretudo, as orientações:

“São as mesmas, não mudou nada”.

“No meu caso não posso reclamar, as condições de trabalho permanecem as mesmas”.

“A minha estrutura diminuiu, antes eu tinha uma sala melhor só para mim, hoje divido essa com um colega. Entretanto sou uma pessoa simples, não

tenho o nariz empinado, acho mais importante dar minha contribuição do que olhar esses detalhes: a sala, a mesa mais simples”.

“No início eram as mesmas, depois tive que limpar a estante e a escrivaninha para o profº novo. Hoje divido a sala com vários bolsistas e não tenho onde colocar as coisas”.

“Hoje na ufsc não tem lugar para os aposentados. Oriento alunos na minha casa, lá é melhor, mas se viesse pra cá, onde orientaria: no corredor ou debaixo da árvore?”.

“Eu mantive a mesma sala, o computador, tem o contrato, é bom porque assim você não se sente intrusa por vir aqui”.

No que tange ao relacionamento do professor voluntário com seu respectivo departamento e colegas, as respostas revelam situações distintas, todavia, fica evidente o distanciamento entre ambos, sendo apenas um vínculo formal, o que para alguns é negativo e discriminador, sentindo-se alvo de preconceito:

“Há enorme discriminação, tanto dos professores quanto dos funcionários”.

“Não existe mais, é só formal. É uma situação difícil, estar dentro e estar mais fora do que dentro, já que eu não participo das discussões do departamento, estou desestimulada em continuar”.

“Sinto-me meio-cidadã na UFSC, porque não participo mais das decisões e reuniões do colegiado”.

“Sinto falta de participar das atividades do departamento, sobretudo, as decisões nas reuniões”.

“É dolorido, passei 25 anos lá, depois ninguém mais lembra de você, fazem festa de final de ano e esquecem de convidar-la”.

“Há pessoas que têm preconceitos velados pelo aposentado, tentam disfarçar, mas está escrito na testa. Contraditoriamente essas pessoas são aquelas que defendem a democracia, criticam as mazelas da globalização, o “adeus ao trabalho”, a desvalorização do trabalhador, etc. Sempre tive horror a isso”.

“Não há nenhum relacionamento, é muito distante, só vou lá quando me chamam para ser homenageado”.

Entretanto, para outros professores esse distanciamento é positivo:

“Antes eu tinha que participar das reuniões, elas são chatas, hoje estou livre... falo o que penso, antes não podia falar, e faço apenas o que quero fazer”.

“Não participo das reuniões e não estou ligada aos problemas do departamento, isso é bom, hoje faço o que gosto”.

“Eu me libertei do que é desagradável na UFSC, aquele peso institucional: a parte burocrática e administrativa, as reuniões infundáveis, pessoal pouco objetivo, isso acabou, hoje está melhor, faço o que gosto...”.

“Hoje só vou ao departamento para receber homenagens, isso é bom, pois não participo daquelas reuniões chatas, aquele ambiente de falsidades e politicagens, nem te conto Izabel...”.

Comigo normal [...] Todavia o professor voluntário não é visto com bons olhos em muitos departamentos”.

No que tange ao significado do trabalho docente em suas vidas, por quase unanimidade, ficou evidenciado a relevância e a dimensão de centralidade:

“Significa a minha vida”.

“Depois da família, é o que tem de bom”.

“Tem uma dimensão fundamental na minha vida, dá sentido a ela, eu não me imagino sem trabalhar e fazer o que gosto e sei fazer”.

“Dá sentido a vida, devemos ocupar o tempo, ser úteis aos outros, ao coletivo”.

“A minha vida sem o trabalho não teria sentido”.

“É uma dimensão muito importante na existência pessoal pra você construir sua vida e você se construir como indivíduo, faz parte de sua identidade”.

“Significa quase um lazer, eu faço por prazer, dá sentido a vida, é gostoso”.

“É fonte de produção, criação e de prazer”.

“Ele me leva a ler muito, me liberta dos grilhões do pensamento religioso, da religiosidade, por exemplo, é o trabalho intelectual”.

“Eu gosto muito de trabalhar, em nenhum momento é um peso. Ele me completa e me coloca em contato com o mundo”.

“Através dele minha mente permanece ativa, posso aprender. Aprender sempre, esse é pra mim o sentido da vida”.

“Uma das razões da própria vida. Eu trabalho em várias frentes além da UFSC, o que deixaria de fazê-lo se houvesse aqui reconhecimento e remuneração”.

“Hoje, o trabalho dignifica e enobrece [...] certamente já trabalhei para sobreviver”.

Salientando que apenas um professor entrevistado respondeu diferente esta questão:

“Um tempo de produtividade que deve ser passageiro. Sempre fez parte da minha vida, mas nunca quis que ele fosse a minha própria vida. Quero continuar produtiva, mas não prisioneira, essa é a diferença”.

Assim sendo, diante do exposto, o resultado desta pesquisa confirma e evidencia a relevância e o significado especial do trabalho docente na vida dessas pessoas, expressando a dimensão da centralidade, apesar de toda a visível precariedade nas condições atuais de trabalho que elas encontram na UFSC. Percebe-se que todos têm consciência dessa precarização das condições de trabalho, aliada à condição de discriminação vivenciada pela maioria, e também à noção de exploração dessa força de trabalho qualificada, que provavelmente não teria dificuldade em se inserir em outras instituições de ensino superior no

âmbito privado. Alguns até afirmaram que desenvolvem atividades em outras instituições de ensino no âmbito privado, ou atuam de forma autônoma em suas respectivas áreas concomitantemente a UFSC. Entretanto, apesar de tudo isso, ainda permanecem na UFSC. Por quê?

Para respondermos esta indagação é necessário complementar a nossa reflexão, resgatando teoricamente a categoria trabalho, o trabalho assalariado no modo de produção capitalista, considerando os modelos taylorismo-fordismo e a reestruturação produtiva, bem como, o debate sobre a centralidade da Categoria Trabalho, fundamentado em Georg Lukács e Ricardo Antunes. O que faremos no próximo capítulo.

3. A CATEGORIA TRABALHO

O presente capítulo contempla preliminarmente alguns pontos históricos alusivos à Categoria Trabalho. Inicialmente abordamos o Trabalho Geral ontológico enquanto categoria de mediação da sociabilidade humana. Em seguida, apresentamos o trabalho assalariado no modo de produção capitalista, a partir dos modelos Taylorismo-fordismo e a reestruturação produtiva na era da acumulação flexível. No próximo item indicamos o debate sobre a centralidade da Categoria Trabalho a partir da tese dos autores Georg Lukács e Ricardo Antunes.

3.1 O Trabalho

Com o intuito de traçar algumas considerações acerca da conceituação do trabalho, partimos da teoria marxiana, que concebe o trabalho como processo no qual participam homem e natureza, onde a ação do homem sobre a natureza resulta mudanças nele próprio. O trabalho, segundo Marx (1980: 202), “[...] é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a Natureza”, pressupondo que o trabalho pertence exclusivamente ao homem. Acrescenta ainda: “Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza”. (*ibid*, p.202). Esse processo visa transformar objetos naturais em valores de uso⁸¹, sendo o resultado final um produto social e não natural. Marx, em *O Capital* (1980), postula que:

O processo de trabalho [...] é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária eterna do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais (p. 208)⁸².

⁸¹ Segundo Lukács (2007: 04) “o valor de uso nada mais designa do que um produto que o homem pode usar apropriadamente para a reprodução da sua própria existência”.

⁸² *Vid.* MARX, Karl. Capítulo V: Processo de Trabalho e Processo de Produzir Mais-valia. In: **O Capital**. V. 1 I, 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 201-223.

A partir desse pressuposto, Lukács (2007: 03) destaca o caráter ontológico-fundante do trabalho e sua centralidade social:

“Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílio, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica, inter-relação que pode até estar situada em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de mais nada assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. [...] No trabalho estão gravadas *in nuce* todas as determinações que, como veremos, constituem a essência de tudo que é novo no ser social. Desse modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social”⁸³.

Nessa perspectiva afirma Antunes (2005: 136) “*O trabalho, portanto, pode ser visto como um fenômeno originário, como modelo, protoforma do ser social*” (grifos do autor). O autor cita Lukács quanto à relevância da categoria trabalho, que concebe “enquanto fonte *originária, primária* de realização social, *protoforma da atividade humana*, fundamento ontológico básico da omnilateralidade humana” (ANTUNES, 1996: 99)⁸⁴.

Desta forma, segundo Antunes (2005), Meszáros ressalta as mediações de *primeira ordem*, cujo objetivo principal é a preservação da reprodução individual e societal, as quais possuem as seguintes características principais:

- 1) os seres humanos são parte da natureza, devendo realizar suas necessidades elementares por meio do constante intercâmbio com a própria natureza.
- 2) eles são constituídos de tal modo que não podem sobreviver como indivíduos da espécie à qual pertencem [...] baseados em um intercâmbio sem mediações com a natureza (como fazem os animais), regulados por um comportamento instintivo determinado diretamente pela natureza, por mais complexo que esse comportamento instintivo possa ser (*ibid*, p.20).

Com base nessas determinações ontológicas, os seres humanos reproduzem sua existência através das *funções primárias de mediações*, que se estabelecem entre eles e no

⁸³ Segundo Lukács (2007: 03) “é mérito de Engels ter colocado o trabalho no centro da humanização do homem”. Vid LUKÁCS, Georg. 1885 - 1971. **O Trabalho** / In: Georg Lukács: Cap.I, V. II da Ontologia do Ser Social. [tradução Ivo Tonet]. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. A ser publicado. Campinas, 2007.

⁸⁴ Antunes ressalta que “Lukács não está se referindo ao *trabalho assalariado, fetichizado e estranhado (labour)*, mas ao trabalho como criador de *valores de uso*, o trabalho na sua dimensão *concreta*, enquanto *atividade virtual (work)*” e citando as palavras de Marx “como necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio entre o homem e a natureza” (*ibid*, p. 99).

intercâmbio e na interação com a natureza, e que segundo Antunes (2005: 20), são “dadas pela *ontologia singularmente humana do trabalho*, pelo qual a autoprodução e reprodução societal se desenvolvem” (grifos do autor).

Cumprir recordar Marx e Engels (1998), em *A ideologia alemã*, admitem que o ser humano deu um passo a frente dos animais ao produzir seus meios de existência, produzindo sua própria vida material através do trabalho. A partir da existência real dos indivíduos, da maneira como trabalham e produzem materialmente, isto é, “do modo como atuam em bases, condições e limites materiais determinados e independentes de sua vontade” (*ibid*, p.18), nascem a estrutura social e o Estado, as idéias, as representações, a ideologia, a produção intelectual, que se expressa por meio da política, das leis, da religião, etc.

Vale ressaltar, entretanto, que a localização do trabalho como categoria central para o desenvolvimento da vida humana sobre a Terra, pode nos conduzir a uma concepção equivocada quanto à compreensão da própria categoria “trabalho”, ao fornecer-lhe uma natureza eterna e divina. Podendo o trabalho ser compreendido equivocadamente como uma abstração responsável pela construção da história, desconsiderando a ação humana. Nesse sentido, cumpre destacar que as categorias abstratas, isto é, o Estado, a política, as leis, o trabalho, as religiões, entre outras, ao invés de se constituírem somente “emanações da bondade Divina”, são resultados das relações sociais estabelecidas pelos seres humanos, conforme o seu modo de produção material.

Assim sendo, essas categorias abstratas, frutos das relações sociais, segundo as palavras de Marx (1966: 251), “tem, portanto, tão pouco de eternas quanto as relações a que servem de expressão. São produtos históricos e transitórios”. Do contrário, quando vistas separadas da ação humana, acabam tomando vida própria e sendo responsáveis pela história, substituindo os próprios seres humanos e conseqüentemente, tornando-se imortais e imutáveis.

Neste prisma, Marx (1980) ressalta a idealização humana, isto é, a capacidade do ser humano imaginar, construir mentalmente “*a priori*” suas ações futuras e de antever os seus respectivos resultados. Para o autor, “o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade”. Assim “No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador” (*ibid*, p. 202).

O processo de trabalho, segundo Marx (ibidem), é composto por três elementos: o trabalho propriamente dito (ação humana), o objeto de trabalho (matéria prima) e os meios de trabalho (instrumentos, condições materiais necessárias).

Cumprido salientar, ainda, que o trabalho foi entendido na Antiguidade como atividade daqueles que haviam perdido a liberdade, cujo significado era confundido com sofrimento ou infortúnio. Segundo Menegasso (2000), ao executar o trabalho, o homem sofre ao vacilar sob um fardo, o qual pode ser invisível, isto é, o fardo social da falta de independência e liberdade.

Segundo a autora, na tradição judaico-cristã, o trabalho também se associa a noção de punição, maldição, conforme o Antigo Testamento (punição do pecado original). A Bíblia apresenta o trabalho como uma necessidade que leva a fadiga e é resultado de uma maldição “Comerás o pão com o suor de teu rosto” (Gn. 3,19). A partir desse princípio bíblico decorre o sentido de obrigação, dever e responsabilidade. Para a autora, esse significado de sofrimento e punição perpassou a história da civilização, estando relacionada diretamente ao sentido do termo latino, o qual deu origem à palavra trabalho⁸⁵.

3.2 O trabalho assalariado no modo de produção capitalista

Ao longo da história, percebe-se que o trabalho se desenvolve nas sociedades primitivas para atender as necessidades de subsistência humana, através da caça, pesca e uma forma rudimentar de agricultura. No período escravocrata, nas sociedades grega e romana, o trabalho servil perpassa o feudalismo na Idade Média e finalmente, a partir da Revolução Industrial, assume a forma de trabalho assalariado.

Vale ressaltar, todavia, o marco histórico da Revolução Industrial, ocorrida a partir do final século XVIII, em especial na Inglaterra, o qual engendrou mutações que alteraram substancialmente a relação do ser humano com o trabalho, afetando todos os campos da vida social e cultural, indo muito além do econômico.

Reportando-nos a Huberman (1985) *apud* Loch (2005: 31-32), que analisa essa passagem do trabalho livre para trabalho assalariado, no período entre os séculos XVI e XVIII, seguindo os seguintes sistemas de produção:

⁸⁵ A palavra trabalho vem do latim vulgar *tripalium*, era um instrumento feito de três paus aguçados, com ponta de ferro, no qual os antigos agricultores batiam os cereais para processá-los, e também era um instrumento de tortura utilizado contra os escravos e rebeldes.

- *Sistema familiar*: produção familiar de artigos para seu próprio consumo.
- *Sistema de corporações*⁸⁶: os mestres-artesãos produziam artigos para um mercado regional e estável, sendo eles próprios proprietários de suas ferramentas e matéria-prima;
- *Sistema doméstico*: os mestres-artesãos produziam em suas casas, todavia, dependiam de um empreendedor que lhes forneciam a matéria-prima e intermediava a venda de suas manufaturas;
- *Sistema fabril*: os artesãos passam a trabalhar fora de suas casas, nas fábricas. Também não mais possuem a matéria-prima e os instrumentos de trabalho, que são de propriedade do empregador capitalista. O trabalho passa a ser assalariado e realizado sob rigorosa supervisão.

O referido processo de transição não foi tranqüilo e pacífico, isto é, os produtores rurais, os camponeses, não se converteram em assalariados por considerar isto um “bom negócio”. Segundo Marx, para abreviar as etapas de transição, muitas vezes a força exerce a função de parteira, configurando-se, nesse sentido, como uma verdadeira potência econômica. Desta forma “[...] a população rural, expropriada e expulsa de suas terras, compelida à vagabundagem, foi enquadrada na disciplina exigida pelo sistema de trabalho assalariado, por meio de um grotesco terrorismo legalizado que empregava o açoite, o ferro em brasa e a tortura”. Esclarece ainda, “[...] a expropriação da grande massa da população, despojada de suas terras, de seus meios de subsistência e de seus instrumentos de trabalho, essa terrível e difícil expropriação, constitui a pré-história do capital”. Complementa o autor, “[...] o capital, ao surgir, escorrem-lhe sangue e sujeita por todos os poros, da cabeça aos pés” (1980: 854-880)⁸⁷.

Todavia, com o passar do tempo, percebe-se que a violência explícita foi se tornando desnecessária, haja visto que, com o progresso da produção capitalista, a educação, a tradição e o costume fizeram a classe trabalhadora aceitar as exigências do capitalismo como leis naturais evidentes⁸⁸. Em outras palavras, o capataz com chicote na mão foi substituído por

⁸⁶ Segundo MARX (1980: 386), “A cooperação fundada na divisão do trabalho adquire sua forma clássica na manufatura. [...] vai de meados do século XVI ao último terço do século XVIII”. *Vid.* Capítulo XII: Divisão do Trabalho e Manufatura. In: **O Capital**. V. 1 I, 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 386-422.

⁸⁷ *Vid.* MARX, Karl. capítulo XXIV: A Chamada Acumulação Primitiva. In: **O Capital**. vol II, 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 828-882.

⁸⁸ Em seu panfleto revolucionário *O Direito à Preguiça*, escrito em 1880, Paul Lafargue - genro do Marx, revela como a ética burguesa tornou-se ética proletária, identificando a "paixão pelo trabalho assalariado e alienado" como um caso de loucura: “uma estranha loucura apossa-se das classes operárias das nações onde impera a civilização capitalista. Esta loucura tem como conseqüência as misérias individuais e sociais que, há dois séculos, torturam a triste humanidade. Esta loucura é o amor pelo trabalho, a paixão moribunda pelo trabalho, levada até o esgotamento das forças vitais do indivíduo e sua prole. Em vez de reagir contra essa aberração mental, os padres, economistas, moralistas sacrossantificaram o trabalho” (LAFARGUE, 1983: 25). Lafargue não faz apologia à preguiça, utiliza essa expressão para criticar o trabalho assalariado ou alienado, fundamentado em Marx

regras rígidas e hierarquizadas, configurando-se métodos de dominação mais sutis, todavia não menos perversos e cruéis que os anteriores.

Neste contexto, argumenta Teixeira (2002: 13) “foi no século XIX que se deu a verdadeira transformação social que tornou o modo de produção capitalista dominante em escala planetária”. A Revolução Industrial, segundo o autor, inicia nas últimas décadas do século XVIII, sendo impossível afirmar uma data específica. Entretanto, o autor admite de forma simbólica alguns marcos relevantes, entre os quais: 1765 com a invenção de um tear que operava ao mesmo tempo com 16 fios de algodão, criada por Hargreaves; 1771 quando inicia operação da primeira fábrica têxtil na Inglaterra, e 1784, com o aperfeiçoamento da máquina a vapor por John Wyatt. O mesmo acredita que no período pré-capitalista, a base técnica ainda era artesanal e manufatureira, sendo pautada, sobretudo, nas qualificações e habilidades dos trabalhadores, os quais detinham um relevante poder frente ao capital, em virtude do fato de que ainda controlavam a natureza, velocidade, intensidade e a quantidade dos bens produzidos.

Nessa perspectiva, cumpre ressaltar Marx (1980: 449) ao afirmar “O ponto de partida da indústria moderna [...] é a revolução do instrumental de trabalho, e esse instrumental revolucionário assume sua forma mais desenvolvida no sistema orgânico de máquinas da fábrica”. Assim esclarece o autor:

“Quando, em 1735, John Wyatt anunciou sua máquina de fiar e, com ela, a revolução industrial do século XVIII, em momento algum aventou que, em vez de um homem, um burro moveria a máquina e, no entanto, esse papel acabou por recair sobre o burro. Uma máquina “para fiar sem os dedos”, rezava seu prospecto” (MARX, 1988: 06)⁸⁹.

Desta forma, a partir dessa máquina de fiar, acrescenta Aued (1999: 31) “inaugura-se um outro tempo histórico, a era da industrialização” e complementa “a maquinaria contém três

(Manuscritos Econômicos 1844, nº 1 vol de *O Capital*). O autor afirma “a principal virtude da preguiça é ensinar a maldição do trabalho assalariado e a necessidade de aboli-lo” (*ibid*, p.45). Acreditava que diminuindo a jornada de trabalho, os trabalhadores teriam tempo livre fora do controle do capital, na qual a preguiça seria virtude, onde os trabalhadores tomariam consciência de sua condição de classe explorada e alienada no e pelo trabalho assalariado, realizando, então, sua ação revolucionária de emancipação do gênero humano. Entretanto, vale ressaltar Antunes (2005) ao afirmar “... não haver tempo verdadeiramente *livre* erigido sobre *trabalho coisificado e estranhado*. O tempo livre atualmente existente é tempo para consumir mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais. O tempo fora do trabalho também está bastante poluído pelo fetichismo da mercadoria” (*ibid*, p.194) (grifos do autor).

⁸⁹ Vid MARX, Karl, 1818-1883. Seção IV – A produção da Mais-Valia Relativa. Capítulo XIII – Maquinaria e Grande Indústria. In: **O Capital**: crítica da economia política/Karl Marx; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.- 3 ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1988.

partes constitutivas, que são muito distintas entre si: o motor, a transmissão e a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho”.

Neste contexto esclarece Marx (1980: 426-427):

“A máquina-ferramenta é, portanto, um mecanismo que, ao lhe ser transmitido o movimento apropriado, realiza com suas ferramentas as mesmas operações que eram antes realizadas pelo trabalhador com ferramentas semelhantes. Provenha a força motriz do homem ou de outra máquina, a coisa não muda em sua essência. Quando a ferramenta propriamente dita se transfere do homem para um mecanismo, a máquina toma o lugar da simples ferramenta”.

Contudo, vale salientar que, na sociedade capitalista o trabalho deixa de ser, em grande medida, uma realização humana, no sentido ontológico, concreto, transformando-se no trabalho coisificado, estranhado ou alienado, abstrato, subjugado ao capital, configurando-se numa forma histórica do trabalho, devendo ser, portanto, historicizado. Segundo Netto (1981: 56) “a realização da vida genérica do homem deixa de ser o objeto do seu trabalho; agora, esta atividade descentrou-se, inverteu-se mesmo: é a vida genérica do homem que se torna um instrumento para a consecução da sua sobrevivência física (orgânica, animal, natural)”. *Desta forma, o trabalho abstrato, coisificado, estranhado ou alienado vincula-se a reprodução ampliada do capital, sendo histórico, portanto, podendo deixar de existir com a superação da sociedade capitalista. Ao contrário do trabalho concreto, por ser uma categoria mediadora da sociabilidade humana.*

Com o advento da introdução da maquinaria, transforma-se radicalmente o modo de produção e as relações sociais respectivas, causando mutações relevantes no mundo do trabalho. Assim, postula Teixeira (2002: 17) “a utilização em larga escala das máquinas rompe a unidade técnica entre o trabalhador e sua ferramenta, inaugurando processos de desqualificação do trabalhador e de desvalorização do trabalho que passam a ser marca indelével dos novos processos produtivos”.

Neste prisma, vale recordar Marx, quando em 1846 tece críticas veementes a Proudhon,⁹⁰ quanto a sua interpretação equivocada ao surgimento das máquinas e sua

⁹⁰ Marx escreve a Annenkov em 1846, tecendo duras críticas a obra de Proudhon *A Filosofia da Miséria*, chamada ironicamente de *Miséria da filosofia*, a qual lhe parece “uma filosofia ridícula porque não compreendeu a situação social de nossa época em sua engrenagem”, e afirma que “de maneira geral o livro me pareceu ruim, muito ruim” (1966: 244). Segundo Marx, o Sr. Proudhon não compreendeu a origem das máquinas e nem seu desenvolvimento, acrescentando que para ele “[...] a conexão existente entre a divisão do trabalho e as máquinas é inteiramente mística” (*ibid*, p. 247) e afirma que o mesmo foi “incapaz de acompanhar o movimento real da

abordagem como uma categoria econômica. Marx (1966: 248) argumenta “a máquina tanto tem de categoria econômica quanto o boi que puxa o arado. A utilização atual das máquinas é uma das relações de nosso presente regime econômico; mas uma coisa são as máquinas e outra é o modo de utiliza-las.” Desta forma, adverte “A pólvora continua sendo pólvora, indiferentemente, quer seja utilizada para ferir um homem quer para curar suas feridas” (*ibid*, p.248). Isso pressupõe pensar que as expressões por si não dizem nada, são abstrações, o que as difere são os significados que lhes são atribuídos, de acordo com os valores e as relações sociais estabelecidas. Nessa perspectiva, afirma o referido autor:

“[...] as formas econômicas sob as quais os homens produzem, consomem, comerciam, são **transitórias** e **históricas**. À medida que adquirem novas forças produtivas, os homens modificam seu modo de produção; e, com o modo de produção, modificam também todas as relações econômicas, as quais nada mais eram que as relações necessárias àquele modo de produção” (MARX, 1966: 246) (grifos do autor).

Seguindo, ainda, o raciocínio de Marx, até 1825, data da primeira crise mundial, havia um crescimento vertiginoso das necessidades de consumo frente à produção, sendo, portanto, o desenvolvimento das máquinas “uma consequência forçada das necessidades do mercado”. Após 1825, “a invenção e a aplicação de novas máquinas nada mais são que o resultado de uma guerra entre operários e patrões” (*ibid*, p. 247). Todavia, cabe ressaltar que Marx refere-se especificamente à Inglaterra, diferentemente das nações da Europa continental, que segundo o autor “viram-se obrigadas a passar ao emprego das máquinas, em face da concorrência que os ingleses lhes faziam, tendo em seus próprios mercados como no mercado mundial” (*idem*, p. 247-8). Referindo-se à América do Norte afirma que lá “a introdução da maquinaria deveu-se, tanto à concorrência com outros países, como à escassez de mão-de-obra, isto é, à desproporção entre a população do país e suas necessidades industriais” (*idem*, p. 248).

Vale ressaltar, ainda, que no sistema de produção capitalista, dá-se o advento das *mediações de segunda ordem*, afetando profundamente as *mediações de primeira ordem*⁹¹, ao

história, ele nos apresenta um devaneio supostamente dialético [...] em resumo, não é a história: são velhos disparates hegelianos; não é uma história profana: é uma história sagrada, é a história das idéias”. Assim, para o referido autor “o homem nada mais é que um instrumento de que a idéia ou a razão eterna se serve, para desenvolver-se” (*ibid*, p.246).

⁹¹ Segundo Nogueira (2006: 193), o sistema de metabolismo social se desenvolve nas sociedades pré-capitalistas através das mediações primárias, cuja finalidade é “a preservação das funções vitais de reprodução do indivíduo e da sociedade”. Nessa perspectiva Antunes (2005: 20) entende por funções de mediação primária ou de primeira ordem o processo no qual “os indivíduos devem reproduzir sua existência por meio de funções primárias de

estabelecer hierarquias estruturais de dominação e subordinação e introduzir elementos fetichizadores e alienantes de controle social⁹². Nesse sentido, Mészáros (2002) argumenta que ocorre a “completa subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca”. Reportando-se a Antunes (2005: 21) “para converter a reprodução do capital em propósito da humanidade era preciso separar valor de uso e valor de troca, subordinando o primeiro ao segundo”. Desta forma, as limitações das necessidades não podiam ser obstáculos para a expansão reprodutiva do capital.

Com este enfoque, se altera e subordina-se os elementos de *mediação de primeira ordem* aos imperativos de reprodução do capital⁹³. Segundo o autor (*ibid*, p.22) “as funções produtivas e de controle do processo de trabalho social são radicalmente separadas entre aqueles que *produzem* e aqueles que *controlam*”. (grifos do autor).

No que tange a racionalização do trabalho⁹⁴, característica ímpar do capitalismo moderno, percebe-se que não ocorreu de forma natural e linear, mas foi construída ao longo da História, com oscilações. A transição dos modos de produção feudal para o capitalista perdurou séculos, configurando-se como processo não-linear, o qual imprimiu mudanças irreversíveis no modo de existir no mundo a partir da Idade Média.

Neste prisma, ressalta Marx (1980: 830), “a estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para a formação daquela”. Assim sendo, a acumulação primitiva é anterior à

mediações, estabelecidas entre eles e no intercâmbio e interação com a natureza, dadas pela ontologia singularmente humana do trabalho, pelo qual a autoprodução e a reprodução societal se desenvolvem”.

⁹² Mészáros postula as condições necessárias para a existência das *mediações de segunda ordem* no sistema de produção capitalista:

- 1) a *separação e alienação* entre o trabalhador e os meios de produção;
- 2) a *imposição* dessas condições objetivadas e alienadas sobre os trabalhadores, como um poder separado que exerce o *mando sobre eles*;
- 3) a *personificação do capital* como um valor egoísta – com sua subjetividade e pseudopersonalidade usurpadas, voltada para o atendimento dos imperativos expansionistas do capital;
- 4) a equivalente personificação do trabalho, isto é, a personificação dos operários como trabalho, destinado a estabelecer uma relação de dependência com o capital historicamente dominante; essa personificação reduz a identidade do sujeito desse trabalho a suas funções produtivas fragmentárias (Antunes, 2005: 21-22).

⁹³ Nogueira (2006:195) entende por capital “[...] um movimento, uma forma e um meio totalizante e dominante de mediação reprodutiva. É um sistema com clara identificação das mediações, com claros objetivos de subordinação de todas as funções reprodutivas sociais [...]”.

⁹⁴ Segundo Marx e Engels (s/d, p.63) “o trabalho nem sempre foi assalariado, isto é, trabalho livre. O escravo não vendia sua força de trabalho ao possuidor de escravos, assim como o boi não vende o produto de seu trabalho ao camponês. O escravo é vendido, com sua força de trabalho, de uma vez para sempre, a seu proprietário. [...] O operário livre, pelo contrário, vende a si mesmo, pedaço a pedaço”. Também aliena sua vida e liberdade, transforma-se num objeto manipulado por uma racionalidade que lhe é exterior e que destrói sua condição de ser humano e criativo (alienado/estranhado). Em outras palavras, o trabalhador ao vender sua força de trabalho, vende um pedaço de si e transforma-se ele próprio numa mercadoria a serviço do capital.

acumulação capitalista, é o ponto de partida. Nas palavras do autor “A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalho dos meios de produção”. E esclarece ainda “É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista” (*ibid*, p. 830).

Numa perspectiva marxista, percebe-se que historicamente o capital se apropria da tecnologia e seu avanço como instrumento de acumulação, evidenciado por meio do aumento da produtividade, da redução do tempo efetivamente necessário à produção de mercadorias e, sobretudo, da ampliação da mais-valia relativa, que segundo Vieira (1989) está relacionada ao desenvolvimento tecnológico dos meios de produção. Assim, adverte o autor “o desenvolvimento tecnológico descarta profissões já existentes e ao mesmo tempo cria outras, até o ponto em que o trabalho vivo deixa de ser indispensável à produção” (*ibid*, p. 93).

Desta forma, a ciência e a tecnologia não se configuram como neutros na história da humanidade, ao contrário, percebe-se que a introdução da máquina e o desenvolvimento tecnológico não atuaram em favor dos trabalhadores, no sentido de libera-lo do trabalho físico penoso e na diminuição da jornada de trabalho. Nesse sentido, parece claro e evidente que, em grande medida, o desenvolvimento tecnológico permanece aliado ao capital, com vistas ao aumento progressivo constante da produção de mercadorias e a substituição da força de trabalho humana, expondo, assim, a vulnerabilidade do trabalhador diante do capital.

Cabe ressaltar, ainda, o caráter ideológico e político intrínseco ao desenvolvimento tecnológico, configurando-se, portanto, como um instrumento de dominação do capital sobre o trabalho. Castro (1994) infere ao relevante poder tecnológico e ideológico-político que as máquinas exercem coercitivamente sobre os trabalhadores, tendo forte impacto em sua organização coletiva. Segundo a autora, a indústria automobilística aparece como vanguarda das inovações tecnológicas. Como exemplo, cita a Ford que foi a primeira no Brasil na década de 1980 a importar robôs de automação, sendo que cada robô fazia o trabalho de aproximadamente 30 (trinta) trabalhadores, com enormes vantagens sobre eles, pois diferentemente dos trabalhadores, não reclamam direitos trabalhistas, não se mobilizam e nem se organizam coletivamente em lutas sindicais em prol de melhores condições de trabalho. Isso tem um reflexo perverso sobre os trabalhadores, com a possibilidade de serem substituídos pelas máquinas, tendo forte impacto negativo sobre a organização da classe trabalhadora, acarretando a precarização das condições de trabalho e o desemprego estrutural.

O processo de desenvolvimento econômico capitalista, ao contrário do que se esperava, gerou expressivos patamares de desigualdade sócio-econômica desconhecidos até então, tendo em vista que os trabalhadores expulsos do campo e expropriados de seus meios de subsistência, não tiveram outra alternativa de sobrevivência senão vender sua força de trabalho ao capitalista a qualquer preço. Segundo Teixeira (2002: 18) “O assalariamento foi assim acompanhado por uma miséria aparente e por condições de vida e de trabalho degradantes para a imensa maioria da humanidade”.

Neste prisma, cumpre reportar-nos a Marx, quando o mesmo refere-se especificamente ao trabalho assalariado alienado, típico da sociedade capitalista:

“[...] é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua característica, portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. [...] Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades” (MARX, 2002: 114)⁹⁵.

Nesta perspectiva, cabe ressaltar que, as transformações ocorridas no mundo do trabalho exigem um novo padrão de comportamento para atender às necessidades do capital. Braverman (1977: 67)⁹⁶ aponta o surgimento da gerência primitiva, que assume formas rígidas e despóticas, uma vez que a “força de trabalho livre” exigia métodos coercitivos para moldar os trabalhadores, no sentido de habituá-los às suas tarefas e mantê-los trabalhando durante dias e anos. Posteriormente, segundo o referido autor, a gerência torna-se um instrumento mais perfeito e sutil, e, sobretudo, assume sua principal função que é controlar⁹⁷ (*ibid*, p. 68).

Max Weber (2003) em sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, demonstra como a ética protestante passa a ser a ética do trabalho, a partir da supervalorização do trabalho, ocupando uma posição determinante na organização da vida das pessoas na sociedade capitalista. O autor ressalta no protestantismo uma especial tendência ao desenvolvimento do racionalismo econômico, por meio de uma conduta do “dever” para

⁹⁵ Nos manuscritos de 1844, Marx demonstra visão negativa ao trabalho assalariado/fetichizado: “se pudesse o trabalhador fugiria do trabalho como se fuge da peste”.

⁹⁶ *Vid.* BRAVERMAN, H. capítulo 2: Origens da gerência. In: **Trabalho e capital monopolista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1977, p. 61-69.

⁹⁷ Segundo Braverman (1977: 68), o verbo *to manage* (administrar, gerenciar) vem do latim *manus*, que significa mão, sendo que antigamente significava adestrar o cavalo para fazê-lo praticar o *manège*, daí originando a expressão *management* (gerência), que em suma significa controlar.

atender as necessidades do capital. No protestantismo, sobretudo, o trabalho veio a ser considerado em si, a própria finalidade da vida, pressupondo uma vocação que, do ponto de vista ético, justificasse a divisão do trabalho em especialidades, bem como a interpretação da obtenção do lucro justificava as atividades dos homens de negócios. Nas palavras do autor:

“[...] a avaliação religiosa do trabalho sistemático, incansável e contínuo na vocação secular como o mais elevado meio de ascetismo e, ao mesmo tempo, a mais segura e evidente prova de redenção e genuína fé deve ter sido a mais poderosa alavanca concebível para a expansão dessa atitude diante da vida, que chamamos aqui de espírito do capitalismo” (WEBER, 2003: 128).

Nesta perspectiva, cabe destacar, também, Paul Lafargue (1983: 35) em *O Direito a Preguiça*, quanto ao culto obsessivo ao trabalho, característica ímpar do capitalismo, sendo, segundo o autor, a causa de toda degeneração intelectual e deformação orgânica: “Trabalhem, trabalhem proletários, para fazer crescer a riqueza social e as suas misérias individuais, trabalhem, trabalhem, para que, tornando-se mais pobres, tenham mais motivos para trabalhar e para ser miseráveis. Tal é a lei inexorável da produção capitalista”.

Neste prisma, segundo o Grupo Krisis, em sua obra “*Manifesto contra o Trabalho*” (1999)⁹⁸, houve vários séculos de violência em grande escala, com enorme tortura dos homens, prestando serviço incondicional ao deus-trabalho, quanto a sua legitimação, na qual o trabalho sempre foi imposto coercitivamente, deixando seu rastro de devastação e horror em todo o planeta. Entretanto, este grupo antevê o seu fim muito próximo:

“Um defunto domina a sociedade – o defunto do trabalho. Todos os poderes ao redor do globo uniram-se para a defesa deste domínio: o Papa e o Banco Mundial, Tony Blair e Jorg Haider, sindicatos e empresários, ecologistas alemães e socialistas franceses. Todos eles só conhecem um lema: trabalho, trabalho, trabalho!” (KRISIS, 1999: 11).

⁹⁸ O referido grupo refere-se ao *apartheid* social, onde quem não vende sua força de trabalho é considerado “supérfluo”, sendo jogado no aterro sanitário social (aproximadamente ¼ da população mundial), ficando este incômodo “lixo humano” sob a competência da política, das seitas religiosas de salvação, da máfia e dos sopões para pobres. Nesse cenário irreversível, o Estado paternalista, oficialmente, só chicoteia por amor, para educar de forma severa seus filhos “preguiçosos” para o seu próprio progresso, sendo que na verdade o seu objetivo real é afastar os fregueses de sua porta. Por fim, o grupo aponta o trabalho como a causa da atual crise da economia mundial e que, portanto, deve ser superado, sendo substituído pela cultura do ócio.

Reportando-nos a Sávtchenko (1987: 05), que afirma “o caráter coercitivo do trabalho, condicionado pela sua forma social, é próprio das sociedades antagônicas”. O autor aponta as características particulares do modo de produção capitalista, ressaltando duas principais:

- 1) O capitalista é proprietário dos meios de produção, o qual também absorve a força de trabalho comprando-a; Assim, no processo de trabalho, o operário é atributo do capital, não exercendo mais nenhum controle sobre seu trabalho, que passa a ser efetivo do capitalista;
- 2) O capitalista é proprietário do produto do trabalho, sendo que os operários assalariados produzem as riquezas, todavia, são submetidos à exploração capitalista; Assim, juridicamente, o operário é “livre”, entretanto no plano econômico é dependente do capital.

No modo de produção capitalista, percebe-se, portanto, que o trabalho converte-se em meio de sobrevivência, bem como a força de trabalho “livre” torna-se uma mercadoria, com vistas à produção de outras mercadorias, ou seja, esse sistema coisifica as pessoas, convertendo-as em instrumentos para serem manipulados, subjugados e degradados⁹⁹.

Nesse prisma, argumenta Marx (2002: 111):

“O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz [...] O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e juntamente na mesma proporção com que produz bens”.

Numa perspectiva marxista, Antunes (2005) concebe o trabalho como instância de realização do ser social e condição para sua existência e humanização, destacando o seu caráter ontológico e centralidade social como protoforma do ser social e da práxis social. Entretanto, no modo de produção capitalista, o que deveria ser a finalidade básica do ser social (*no e pelo* trabalho) é pervertido e degradado, isto é, o trabalho é subjugado ao capital, tendo em vista que o processo de trabalho é apenas meio de sobrevivência, a força de trabalho é

⁹⁹ Aued (1999: 96) interpreta como a *fábrica satânica*, referindo-se à violência desse sistema industrial capitalista evidenciado nas fábricas e nas relações sociais desenvolvidas.

mercadoria que produz outras mercadorias. Assim, adverte o referido autor, o trabalho gera o antagonismo da riqueza-miséria, da acumulação-privação e do possuidor-possuído.

Antunes, citando Mészáros, afirma que esse poderoso sistema de metabolismo social, cujo sistema de mediação de segunda ordem tem um núcleo duro constituído pelo tripé *capital, trabalho e Estado*, esclarecendo que “essas três dimensões fundamentais do sistema são materialmente inter-relacionadas, tornando-se impossível superá-las sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreende esse sistema” (*ibid*, p.22)¹⁰⁰. Para o autor, o desafio “é superar o tripé em sua totalidade, nele incluindo o seu pilar fundamental, dado pelo sistema hierarquizado de trabalho, com sua alienante divisão social que subordina o trabalho ao capital, tendo como elo de complementação o Estado político” (*ibidem*).

Portanto, cabe ressaltar que nas últimas décadas a sociedade contemporânea passa por profundas transformações, em virtude, sobretudo, da grande crise estrutural do capital e seu sistema de produção, eclodida no final da década de 1970, e a partir das respostas que lhes são dadas: o neoliberalismo e a reestruturação produtiva na era da acumulação flexível. Como conseqüências, as complexas mutações econômicas, sociais, políticas e ideológicas, sobretudo, no interior do mundo do trabalho, dentre as quais Antunes (2005: 15) destaca o enorme desemprego estrutural, o crescimento do trabalho informal e precarizado, o desaparecimento da categoria “trabalho formal”, bem como a crescente degradação na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica que prioriza a produção de mercadorias e a valorização do capital.

3.2.1. A organização do trabalho no modo de produção capitalista

Diante do exposto, percebe-se que o trabalho enquanto fonte de realização humana, por meio da criação, auto-realização e socialização do ser humano, tem se efetivado na sociedade capitalista com vistas a atender a racionalidade valorativa do capital, fundamentando e norteando sua produção, reprodução e acumulação.

Nos fins do século XIX e início do século XX, emerge a organização clássica ou científica do trabalho com Frederick Winslow Taylor, passando a desenvolver e sistematizar

¹⁰⁰ Antunes (2005) ressalta que não basta eliminar um ou dois desses elementos, a exemplo da experiência soviética, na qual “foi impossível destruir o Estado (e também o capital) mantendo-se o sistema de metabolismo social do trabalho alienado e heterodeterminado” (*ibid*, p.22).

os princípios da racionalização produtiva do trabalho, sob a designação de *taylorismo*, causando grandes e irreversíveis mutações no mundo do trabalho e na sociedade em geral.

Segundo Cattani (2002), desde o início, a organização capitalista de produção enfrenta alguns entraves para sua expansão, entre os quais a autonomia dos produtores, quanto a sua capacidade em definir o ritmo do trabalho e a seqüência das tarefas, possibilitando uma multiplicidade de formas de produzir. Assim sendo, com vistas a diminuir a autonomia dos trabalhadores, Taylor desenvolve estudos quanto aos tempos e movimentos, baseados em experiências empíricas, a partir da inovação do uso de planilhas e cronômetro.

Reportando-se a Braverman (1977: 103-109)¹⁰¹, Taylor esquematiza sua aplicação sistemática a um processo de trabalho complexo, mediante os seguintes princípios básicos:

- Dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores;
- Separação da concepção e execução, isto é, separar o trabalho mental do manual;
- Utilização do monopólio do conhecimento para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução.

Seguindo ainda o referido autor, Taylor preocupa-se com o desenvolvimento de métodos e organização do trabalho e não com o desenvolvimento tecnológico. Assim, ocupava-se dos fundamentos da organização dos processos de trabalho e do controle sobre eles¹⁰². Esclarece Braverman, entretanto, que Taylor não cria nada novo, ele sintetiza e apresenta de forma coerente uma série desconexa de iniciativas e experiências, tendo em vista que os métodos experimentais já eram utilizados pelos artesãos e pelos economistas clássicos, entre os quais Charles Babbage precursor de Taylor, que se difundiram expressivamente na Inglaterra e EUA no século XIX (*ibid*, p. 85).

Para Braverman (1977: 94), o foco central das pesquisas “científicas” de Taylor era, portanto, o controle do trabalho em qualquer nível de tecnologia, na qual o controle sobre o processo de trabalho deveria passar das mãos dos trabalhadores para as mãos da gerência, inclusive o modo de execução. O referido autor destaca os efeitos da aplicação da gerência científica: a redução do número de trabalhadores e a diferenciação dos locais e grupos de trabalhadores (planejadores distantes dos executores). Segundo o autor, essa separação entre

¹⁰¹ *Vid.* BRAVERMAN, H. capítulo 4: Gerência científica. In: **Trabalho e capital monopolista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1977, p. 82-111.

¹⁰² Nogueira (2006) recorda a célebre frase de Taylor sobre o “gorila amestrado”, quanto a necessidade de controlar a vida sexual dos trabalhadores, posteriormente fomentada pela ética de Ford, tendo como foco a família monogâmica, através da “ética sexual da produção capitalista, que necessitava de um trabalhador descansado e repleto de vitalidade para conduzir a sua atividade produtiva” (*ibid*, p.170-171).

concepção e execução (mente e mãos) possibilita relações sociais antagônicas, tornando as relações menos humanas e transformando o trabalhador numa ferramenta viva da gerência (*ibid*, p. 112-113)¹⁰³.

Neste prisma, cumpre-nos destacar Vieira (1989: 60), o qual enfatiza que a partir da divisão científica do trabalho, há um expressivo aumento da produção através da intensificação do trabalho e do controle do tempo de produção¹⁰⁴, a partir da desintegração dos ofícios.

Segundo o referido autor, Taylor prepara o terreno para Ford. Inferindo-se ao fordismo, destaca sua característica básica que é a linha de montagem, configurando-se num modo específico de encurtar o tempo de trabalho necessário, aumentando expressivamente o tempo de trabalho excedente, sendo, portanto, uma forma especial de extração de mais-valia relativa, isto é, de valorização do capital. Nesse sistema, os tempos são impostos pelos ritmos da maquinaria, tendo como elementos clássicos a linha de montagem e a esteira, possibilitando o fluxo contínuo e progressivo da produção e a redução dos tempos ociosos, conseqüentemente, acentuando a intensificação do trabalho (*ibid*, p. 60).

Reportando-nos a Antunes (1995: 25), o taylorismo-fordismo¹⁰⁵ é “[...] a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século”, tendo como seus elementos constitutivos básicos fundamentais, os seguintes:

- a produção em massa, por meio da linha de montagem e de produtos mais homogêneos;
- o controle de tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série;
- a existência do trabalho parcelizado e fragmentação das funções;
- a separação entre elaboração e execução no processo de trabalho;
- a existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas; e
- a constituição / consolidação do operário-massa, do trabalho coletivo fabril.

Cumpre-nos ressaltar, contudo, a expansão da forma de produção fordista no período pós-segunda guerra mundial, especificamente nos países centrais, possibilitando, assim, o

¹⁰³ *Vid.* BRAVERMAN, H. capítulo 5: Principais efeitos da gerência científica. In: **Trabalho e capital monopolista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1977, p. 112-123.

¹⁰⁴ Chamado por Coriat “tempo alocado”. *Vid.* CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso**: o modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro: Revan, UFRJ, 1994.

¹⁰⁵ Ao contrário de alguns autores que separam os modelos de produção taylorista e o fordista, Antunes sempre se refere ao binômio taylorismo-fordismo, por entender que ambos surgiram de modos diferentes todavia formaram um binômio, um casamento perfeito.

desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State*¹⁰⁶, isto é, a política de pleno emprego, com salários mais altos, a conquista e garantia de direitos sindicais e políticos, além de uma rede de direitos sociais, favorecendo o fortalecimento dos sindicatos dos trabalhadores. A reconstrução dos países destruídos pelo referido conflito mundial favoreceu a expansão de um padrão de desenvolvimento, fruto da reestruturação tecnológica, industrial, comercial e financeira do mundo capitalista. Desta forma, promove-se uma maior homogeneidade do trabalho, emergindo formas de defesa ou segurança do trabalho, sendo transferido para o Estado parte dos custos de reprodução da força de trabalho, possibilitando, assim, incentivo e expansão dos investimentos em diversas áreas públicas tais como: saneamento básico, educação, saúde, previdência social, habitação, transportes urbanos, entre outros.

3.2.2. A reestruturação produtiva na era da acumulação flexível

Na forma de produção taylorista-fordista, o trabalhador perde sua autonomia e controle no processo de trabalho, limitando sua criatividade a partir da separação do planejamento e a execução de tarefas. Assim sendo, segundo Braverman (1977)¹⁰⁷, o trabalho limita-se a fragmentos da potencialidade do trabalhador, desqualificando-o, uma vez que seu saber-fazer é apropriado pela gerência. Percebe-se que esse paradigma de produção enrijece o trabalho, refletindo um novo padrão de trabalhador e de sociedade, adaptados à necessidade de reprodução e acumulação do capital, na qual inexistia espaço na esfera produtiva para a subjetividade do trabalhador.

Nessa perspectiva, cabe ressaltar Antunes (2005: 36-37), o qual destaca que essa forma rígida de produção baseava-se na produção em massa de mercadorias, estruturando-se a partir de uma produção mais homogeneizadora e fortemente verticalizada, destacando-se a esteira fazendo as interligações, favorecendo o ritmo e o tempo necessário para a realização das

¹⁰⁶ Evidentemente esse padrão positivo não se refere aos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, onde segundo Faleiros dá-se o estado de *mal-estar social*. Montañó (2002: 35) citando Netto (1999: 77), ressalta que no Brasil “a Constituição de 1988 configurou um pacto social” que, pela primeira vez na história brasileira, possibilitava a construção de “uma espécie de Estado de Bem Estar Social”. Entretanto, adverte o autor que esse “pacto social” brasileiro de caráter tardio ocorre “num contexto internacional no qual se questionava a intervenção do Estado como sendo o “caminho da servidão”, na qual a década de 1990 evidencia o “desenvolvimento mais explícito da hegemonia neoliberal, onde até setores da esquerda resignada e possibilista sucumbem aos “encantos” ou às pressões do Consenso de Washington”. (MONTAÑO, 2002: 35-36).

¹⁰⁷ *Vid.* BRAVERMAN, H. capítulo 3: A divisão do trabalho. In: **Trabalho e capital monopolista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1977, p. 71-81.

tarefas. Esse processo produtivo, nas palavras do autor “caracterizou-se, portanto, pela *mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista*, além da vigência de uma separação nítida entre *elaboração e execução*”. Para o capital, segundo o autor, “tratava-se de apropriar-se do *savoir-faire* do trabalho, “suprimindo” a *dimensão intelectual do trabalho operário*, que era transferida para as esferas da gerência científica”. Assim, o trabalho “reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva” (*ibid*, p.37) (grifos do autor).

Neste contexto, Vieira (1989: 16) infere a reação operária contra os modelos de organização do trabalho, insatisfeitos com a intensificação do trabalho, a degradação das condições de trabalho, a falta de autonomia/liberdade na fábrica e a perda do próprio emprego, evidenciada através de algumas estratégias antigas tais como “o absenteísmo, a rotatividade, a sabotagem e a greve”, todavia não mais individualmente e sim massivas e generalizadas, causando grandes prejuízos aos capitalistas e impondo ao capital a busca de alternativas para tal impasse, que, segundo o autor, convencionou-se chamar de “Neo-Fordismo” (*ibid*, p. 63).

No final da década de 1960, ressalta Antunes (2005: 41) “os trabalhadores atingiram seu ponto de ebulição, questionando os pilares constitutivos da sociabilidade do capital, particularmente no que concerne ao controle da produção”. Citando Bihr (1991: 63-64), acrescenta que essas ações ganharam “*a forma de uma verdadeira revolta do operário-massa contra os métodos tayloristas e fordistas de produção, epicentro das principais contradições do processo de massificação*” (ANTUNES, 2005: 41) (grifos do autor).

Neste prisma, segundo Vieira (1989: 73), complementando o taylorismo/fordismo, com vistas a reverter o quadro e continuar ampliando a produtividade, surge o “modelo humanista”, pautado na lógica da cooperação, vislumbrando a harmonia administrativa, enfatizando as motivações psicossociais de trabalho, onde o papel da gerência é fundamental, no sentido de buscar cooperação e harmonia pelo consenso e de esquemas motivacionais. Trata-se das escolas de “Relações Humanas”, emergidas especificamente nos EUA na década de 1940, com o intuito de aumentar a produtividade por meio de um ambiente de trabalho propício, isto é, buscava humanizar as relações entre a administração e os funcionários, promovendo “boas relações” entre os diferentes níveis hierárquicos, ou seja, objetivava eliminar conflitos e aumentar a produtividade.

Reportando-nos a Antunes (2005), que aponta os seguintes elementos como facilitadores do esgotamento dessa forma de produção:

- 1) queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivaram o *controle social da produção*. A conjugação desses elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro;
- 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao *desemprego estrutural* que então se iniciava;
- 3) hipertrofia da *esfera financeira*, que ganhava *relativa autonomia* frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização;
- 4) a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas;
- 5) a crise do *welfare state* ou do “Estado do bem-estar social” e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado;
- 6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos *contingentes* que exprimiam esse novo quadro crítico (*ibid*, p. 29-30) (grifos do autor).

Segundo o referido autor, essa crise exprimia em seu âmbito mais profundo, uma *crise estrutural do capital*, sendo a manifestação “tanto do sentido *destrutivo* da lógica do capital, presente na intensificação da *lei de tendência decrescente do valor de uso* das mercadorias, quanto da *incontrolabilidade* do sistema de metabolismo social do capital” (*idem*, p.31). Como resposta, inicia-se o processo de reorganização do capital e seu sistema ideológico e político de dominação, com o “advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte;” seguido de um “[...]intenso *processo de reestruturação da produção e do trabalho*”. (*ibidem*) (grifos do autor).

Nesse contexto adverso de crise estrutural, emerge uma outra forma de produção, a reestruturação produtiva na era da acumulação flexível, pautada no “*Toyotismo*”¹⁰⁸ ou “*modelo japonês*”. Trata-se, segundo o referido autor:

¹⁰⁸ Cabe esclarecer que Antunes (2005) e Coriat (1994) entre outros autores, ao se referirem ao toyotismo, utilizam como sinônimos as expressões: “modelo”, “método” e “sistema”.

“[...] de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a *intensificação das condições de exploração da força de trabalho*, reduzindo muito ou eliminando tanto o *trabalho improdutivo*, que não cria valor, quanto suas formas assemelhadas, especialmente nas atividades de manutenção, acompanhamento, e inspeção de qualidade” (ANTUNES, 2005: 53).

Para Antunes, essas funções foram incorporadas ao trabalhador produtivo. Referindo-se ao ideário e a prática cotidiana da “fábrica moderna”, o autor destaca: “reengenharia, *lean production*, *team work*, eliminação de postos de trabalho, aumento da produtividade, qualidade total”. (*ibid*, p.53) (grifos do autor). Essas mutações no processo produtivo tiveram repercussões imediatas no mundo do trabalho, as quais ressalta o referido autor: enorme desregulamentação dos direitos trabalhistas, aumento da fragmentação da classe trabalhadora, precarização e terceirização da força humana trabalhadora, destruição do sindicalismo de classe que é convertido num sindicalismo dócil ou um “sindicalismo de empresa” (*ibidem*).

Assim, conclui o autor:

“Se no apogeu do taylorismo/fordismo a pujança de uma empresa mensurava-se pelo número de operários que nela exerciam sua atividade de trabalho, pode-se dizer que na era da acumulação flexível e da “empresa enxuta” merecem destaque, e são citadas como exemplos a ser seguidos, aquelas empresas que dispõem de *menor* contingente de força de trabalho e que apesar disso têm maiores índices de produtividade” (*ibidem*) (grifo do autor).

Cumpre-nos esclarecer, que a forma de produção toyotista¹⁰⁹ surge no Japão, no período pós-segunda guerra mundial, especificamente na Toyota, configurando-se, segundo Coriat (1994: 29), como a combinação de dois princípios, ou como sugere o mestre japonês Ohno¹¹⁰ (1978-1989: 16) dois pilares centrais: “1) a produção *just in time*¹¹¹ e 2) a *autotivação* da produção” (grifos do autor). Entretanto esses dois pilares só adquirem significado sob o imperativo do Ohnismo: “*buscar origens e naturezas de ganhos de produtividade inéditas, fora dos recursos das economias de escala e da padronização tayloristas e fordista*,

¹⁰⁹ Dejours (2001) relaciona o toyotismo ao nazismo, no sentido de que ambos tem em comum o fato de utilizarem de forma permanente o medo, gerando condutas de obediência e submissão, a quebra de reciprocidade entre os trabalhadores, isto é, a separação subjetiva crescente entre os que trabalham e os que não trabalham.

¹¹⁰ Segundo Coriat (1994) Ohno era engenheiro-chefe da fábrica japonesa Toyota, quem criou o famoso método *kanban*. Utiliza como sinônimos *Ohnismo* e *toyotismo*.

¹¹¹ Dejours (2001) interpreta como acréscimo de trabalho e um sistema diabólico de dominação auto-administrado, nítido agravamento do sofrimento subjetivo dos trabalhadores.

isso na pequena série e na produção simultânea de produtos diferenciados e variados” (CORIAT, 1994: 32) (grifos do autor).

De acordo, ainda, com o estudioso desse modelo de produção japonês Coriat (1994), menciona que, para o engenheiro Ohno:

“O *sistema Toyota* teve sua origem na necessidade particular em que se encontrava o Japão de produzir pequenas quantidades de numerosos modelos de produtos; em seguida evoluiu para tornar-se um verdadeiro sistema de produção. Dada sua origem, este sistema é particularmente bom na diversificação. Enquanto o sistema clássico de massa planejado é relativamente refratário à mudança, o *sistema Toyota*, ao contrário, revela-se muito plástico; ele adapta-se bem às condições de diversificação mais difíceis. É porque ele foi concebido para isso” (Ohno, 1978, p.49 *apud* CORIAT, 1994: 30) (grifos do autor).

Desta forma, segundo Coriat (1994), esse modelo “é o resultado de um lento processo de maturação, feito de inovações sucessivas ou de importações de métodos e de conceitos, de campos que, no começo, pareciam distantes deste sistema” (*ibid*, p.36). Para construir o “espírito Toyota”, segundo Ohno “uma revolução mental é necessária” (*idem*, p.47), no sentido de “pensar ao contrário toda a herança legada da indústria ocidental”. Isto significa, “produzir não segundo o método norte-americano, que encadeia grandes séries de produtos altamente padronizados, estoques e economias de escala, mas em séries restritas, sem economias de escala e sem estoques, produtos diferenciados e variados,” sendo que o grande desafio é “obter ganhos de produtividade: produzir a custos sempre e cada vez mais baixos!” (*ibidem*).

Neste cenário japonês, destaca Coriat (1994: 45-46), assim como Taylor, Ohno enfrenta o sindicalismo. Em 1952, evidencia os 55 dias de uma grande onda de mobilização e lutas sindicais, como forma de resistência ao intenso movimento da racionalização de produção que atravessou o país, culminando com a substituição do *sindicato de indústria* pelo *sindicato de empresa*¹¹², dito “corporativista”, evidenciando um novo “espírito Toyota”. Inclusive, destaca o slogan da campanha reivindicatória de 1954: “*proteger nossa empresa para defender a vida*” (*ibid*, p.46) (grifos do autor).

¹¹² Segundo Coriat (1994: 85) o sindicalismo de indústria é marcado pela tradição de enfrentamento aberto de seus empregadores e seus representantes, todavia, “diante das *grandes derrotas*, teve que aceitar sua transformação em sindicalismo de “empresa”, bem como foi obrigado a substituir as práticas de enfrentamento pelos acordos “e até mesmo a cooperação com os representantes dos interesses do capital”. (grifos do autor).

Nesta perspectiva, vale lembrar Tumolo (2003: 175), quanto ao entendimento de que o capital exige corpo e espírito do trabalhador, gerando “um sujeito que não apenas veste a camisa da empresa, mas acima de tudo, um ser humano que, premiado pelas condições materiais, veste a camisa do capital”.

Segundo Antunes (2005)¹¹³, essa forma de produção se diferencia da anterior, pautada nos seguintes elementos básicos:

- 1) *é uma produção muito vinculada à demanda*, visando atender às exigências mais *individualizadas* do mercado consumidor, [...] sua produção *é variada e bastante heterogênea*, ao contrário da homogeneidade fordista;
- 2) fundamenta-se no trabalho operário em *equipe*, com *multivariabilidade* de funções, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo;
- 3) a produção se estrutura num processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar *simultaneamente* várias máquinas (na Toyota, em média até 5 máquinas), alterando-se a relação *homem/máquina* na qual se baseava o taylorismo/fordismo;
- 4) tem como princípio o *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção;
- 5) funciona segundo o sistema de *kanban*, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque. No toyotismo os estoques são mínimos quando comparados ao fordismo;
- 6) as empresas do complexo produtivo toyotista, inclusive as terceirizadas, tem uma estrutura horizontalizada, ao contrário da verticalidade fordista. [...] Desse modo, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total¹¹⁴, *kanban*, *just in time*, *kaizen*, *team work*, eliminação do desperdício, “gerência participativa”, sindicalismo de empresa, entre tantos outros pontos, são levados para um espaço ampliado do processo produtivo;
- 7) organiza os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), constituindo grupos de trabalhadores que são *instigados* pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade das empresas, convertendo-se num importante instrumento para o capital apropriar-se do *savoir faire* intelectual e cognitivo do trabalho, que o fordismo desprezava;
- 8) o toyotismo implantou o “emprego vitalício” para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas¹¹⁵ (cerca de 25 a 30% da população trabalhadora, onde se presenciava a *exclusão* das mulheres), além de ganhos salariais intimamente vinculados ao aumento da produtividade” (*ibid*, p. 54-55) (grifos do autor).

¹¹³ Para Antunes (2005: 54) “*via japonesa de expansão e consolidação do capitalismo monopolista industrial*, é uma forma de organização do trabalho que nasce na Toyota, no Japão pós-45, e que, muito rapidamente, se propaga para as grandes companhias daquele país” (grifos do autor).

¹¹⁴ Antunes (2005: 50-51) ressalta “a falácia da qualidade total”, tão difundida no “mundo empresarial moderno”, significa “quanto mais “qualidade total” os produtos devem ter, *menor deve ser seu tempo de duração*”, ou seja, “qualidade total” é “compatível com a lógica da *produção destrutiva*”. (grifos do autor).

¹¹⁵ Antunes (2005: 55) esclarece, ainda, que ao completar 55 anos de idade, o trabalhador japonês é deslocado para outro trabalho menos relevante dentro da empresa.

Salientando, segundo o referido autor (p. 56), que de forma similar ao fordismo, todavia com receituário diferenciado, “o toyotismo reinaugura um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas relativa e absoluta da extração da mais-valia”. A exemplo do Japan Press Weekly, que menciona a proposta do governo japonês em aumentar o limite da jornada diária de trabalho de 9 para 10 horas e da semanal de 48 para 52 horas.

Percebe-se, portanto, que esse modelo japonês, cuja essência se fundamenta no princípio da fábrica mínima para atender a produção restrita de produtos variados, adquire expressivo grau de mobilidade e flexibilidade e que, segundo Coriat (1994: 53), desenvolve uma forma de organização do trabalho por meio de postos polivalentes. Assim, avança na desespecialização dos profissionais, transformando-os em trabalhadores plurioperadores, polivalentes e multifuncionais.

Neste prisma, Coriat (1994: 164) inferindo-se a expansão do toyotismo nas empresas em escala mundial, ressalta: “se em todo lugar se busca impor este método, é que em seu princípio ele é portador de um modo de extração de ganhos e produtividade que corresponde às normas atuais de concorrência e competição entre firmas”. Desta forma, correspondendo à respectiva fase do capitalismo, pautado na expansão da concorrência, da diferenciação e da qualidade, o modelo japonês é copiado e adaptado às diversas regiões do planeta. Referindo-se ao cenário brasileiro, adverte o autor, “os métodos japoneses” são, no Brasil, utilizados como ferramentas de racionalização do já existente, sem nada mudar das lógicas fundamentais tayloristas e fordistas que constituem o fundamento da indústria tradicional”, e complementa “o Ohnismo, considerado como conjunto de inovações organizacionais, não é em parte alguma revelado como tendo sido apreendido pela indústria brasileira”. O que se vê no Brasil é a tentativa de se adequar algumas técnicas do Ohnismo “de forma isolada e limitada: um pouco de CCQ aqui, uma pitada de JIT ali... isto para não falar das técnicas múltiplas (tecnologias de grupo, MRP...) qualificadas de “japonesas”, e que, são de fato técnicas americanas dos anos 1960 ou 1970...” (*ibid*, p.12).

Estes novos paradigmas de organização do trabalho refletem profundas transformações sociais, sobretudo, destaca Antunes (2005)¹¹⁶, as metamorfoses no mundo do trabalho, causando a diminuição da classe operária industrial, a expansão do trabalho assalariado no

¹¹⁶ Vid ANTUNES, Ricardo. Capítulo IV – O Toyotismo e as novas formas de acumulação de capital. In: **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995, p.47-59.

setor de serviços, fortalecendo a heterogeneização do trabalho: a subproletarização, isto é, o trabalho parcial, subcontratado, terceirizado e precarizado. O autor destaca, além da flexibilização do sistema de produção, a necessidade de também flexibilizar os direitos trabalhistas, dispondo da força de trabalho humana diretamente na proporção respectiva das necessidades do mercado consumidor. Em resumo, há um número mínimo de trabalhadores, com ampliação das horas-extras, sendo que os trabalhos temporários oscilam conforme o mercado, conseqüentemente resultando o desemprego estrutural.

Em suma, percebe-se que diante do esgotamento do modelo rígido de produção Taylorismo-fordismo, o capital busca alternativas e novas formas de sua valorização, permanecendo, sobretudo, a dominação do capital sobre o trabalho, altera-se a aparência, as formas de organizar o trabalho, todavia sua essência prevalece intacta.

Nesta perspectiva, referindo-se ao processo de reorganização de suas formas de dominação societal, Antunes (2005: 48) ressalta não só quanto ao processo produtivo, mas também a busca de um projeto de recuperação da hegemonia em diversas esferas. O autor destaca “no plano ideológico, por meio do culto de um *subjetivismo* e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social”. Complementa, ainda, citando Ellen Wood (1997), que essas transformações econômicas, pressupondo mudanças na produção, nos mercados e culturais, geralmente associadas ao “pós-modernismo”, na verdade, estariam “conformando um momento de *maturação e universalização* do capitalismo, muito mais do que um trânsito da “modernidade” para a “pós-modernidade” (*ibid*, p.48) (grifos do autor). Nesse prisma, adverte o autor, isso tem gerado mais dissenso que consenso no plano teórico, alguns até demonstrando um “novo otimismo”. Antunes entende que “essas mutações em curso são expressão da reorganização do capital com vistas à retomada do seu patamar de acumulação e ao seu projeto global de dominação” (*idem*, p. 50).

3.3. Algumas considerações sobre o debate frente à centralidade do Trabalho

Diante da complexidade do atual contexto exposto, ressaltamos que, no momento histórico em que a centralidade do trabalho vem sendo questionada, sobretudo, em função da escassez de empregos, cujos índices de desemprego atuais jamais foram imaginados em toda a

história humana, a tarefa de explicitar sobre a temática em questão, não é nada simples. Em meio a essa grande polêmica, de um lado, defendendo a perda dessa centralidade encontram-se alguns autores tais como Habermas¹¹⁷, Krisis, Gorz¹¹⁸ e Claus Offe¹¹⁹ e, de outro lado, defendendo a centralidade temos, por exemplo Lukács¹²⁰ e Antunes¹²¹. Entretanto, neste item nos pautaremos na controvérsia entre os autores: Habermas X Lukács e Antunes.

Em Marx, Lukács encontra o fundamento que confere um estatuto de centralidade ao trabalho, sendo que nenhuma outra categoria presente no ser social tem essa peculiaridade. Segundo o autor, a relação recíproca entre homem e natureza, mediada pelo trabalho, determina o caráter das novas categorias que nascem de modo ontologicamente necessário, a partir dessa forma originária.

A partir do pressuposto de Marx, quanto à diferenciação entre o pior arquiteto e a melhor abelha, Lukács (2007: 03) destaca o caráter ontológico-fundante do trabalho e sua centralidade social:

“Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílio, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica, inter-relação que pode até estar situada em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de mais nada assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. [...] No trabalho estão gravadas *in nuce* todas as determinações que, como veremos, constituem a essência de tudo que é novo no ser social. Deste modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social”.

¹¹⁷ Jürgen Habermas propõe que “a centralidade do trabalho foi substituída pela centralidade da esfera comunicacional ou da intersubjetividade”, segundo Antunes (2005: 146)

¹¹⁸ André Gorz ficou conhecido no final da década de 1970, pela sua obra *Adeus ao proletariado*, cuja idéia central é a defesa de que na atualidade vive-se o *fim do trabalho*.

¹¹⁹ No final da década de 1980 esse debate ganha força com Claus Offe, o qual afirma que o trabalho não é mais a categoria que funda a sociabilidade, aquela condição natural eterna da vida humana defendida por Marx. Para Offe “O trabalho foi não só objetivamente deslocado de seu status de fato da vida, central e auto-evidente; como consequência desta evolução objetiva, mas inteiramente contrária aos valores oficiais e aos padrões de legitimação desta sociedade; o trabalho está sendo privado também de seu papel subjetivo como a força motivadora central na atividade dos trabalhadores” (1989: 17).

¹²⁰ Georg Lukács, filósofo húngaro, amplamente reconhecido pela sua obra *Ontologia do Ser Social*, no qual concebe o caráter ontológico do trabalho e sua centralidade social, como protoforma do ser social e da práxis social.

¹²¹ Ricardo Antunes é professor titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, mestre em Ciência Política da IFCH - Unicamp (1980), onde é Livre-Docente em Sociologia do Trabalho, doutor em Sociologia pela USP (1986), tendo trabalhado um ano como pesquisador visitante na University of Sussex Inglaterra. Coordena a coleção *Mundo do Trabalho* na Boitempo Editorial.

Reportando-nos a Antunes (2005: 136), o trabalho “possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social. Ele está no *centro do processo de humanização do homem*” (grifo do autor). Desta forma, segundo o referido autor, o ser social cria e recria suas próprias condições de reprodução, a partir do trabalho, no qual busca garantir sua existência na produção e reprodução de sua vida societal. Assim, afirma: “O trabalho é, portanto, resultado de um *pôr teleológico* que (previamente) o ser social tem ideado em sua consciência, fenômeno este que não está essencialmente presente no ser biológico dos animais”. (*ibidem*) (grifo do autor). Nesse sentido postula Lukács (2007: 04-05):

“É anunciada a categoria ontológica central do trabalho: através dele realiza-se, no âmbito do ser material uma posição teleológica que dá origem a uma nova objetividade. Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com efeito – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas – sempre são transformadas em realidade posições teleológicas, em termos que, em última análise, são materiais.[...] O fato simples de que o trabalho se realiza uma posição teleológica é uma experiência elementar da vida cotidiana de todos os homens, tornando-se isto um componente ineliminável de qualquer pensamento; desde os discursos cotidianos até a economia e a filosofia”.

Neste prisma, Lukács admite que Aristóteles¹²² e Hegel perceberam com clareza o caráter teleológico do trabalho, entretanto, adverte que o problema para ambos “é que a posição teleológica não foi entendida como algo limitado ao trabalho (ou mesmo num sentido ampliado, mais ainda legítimo, à práxis humana em geral)”. E acrescenta “Ao invés disso, ela foi elevada a categoria cosmológica universal. A consequência disso é que toda a história da filosofia é perpassada por uma relação concorrencial, por uma insolúvel antinomia entre causalidade e teleologia” (LUKÁCS, 2007: 05).

Ao contrário, em Marx, segundo Lukács (2007: 07), o qual vai muito além de seus predecessores Aristóteles e Hegel. O autor afirma “[...] para Marx, o trabalho não é uma das muitas formas fenomênicas da teleologia em geral, mas o único lugar onde se pode demonstrar ontologicamente a presença de um verdadeiro por teleológico como momento efetivo da realidade material”. Nesse sentido, afirma Antunes (2005):

¹²² Nesse sentido, esclarece Lukács (2007: 08) “Aristóteles distingue, no trabalho, dois componentes: o pensar (*noésis*) e o produzir (*poiésis*). Através da primeira é posto o fim e se buscam os meios para realiza-lo, através da segunda o fim posto se torna real”.

“Nesse processo de auto-realização da humanidade, de avanço do ser consciente em relação ao seu agir instintivo, bem como do ser avanço do ser consciente em relação à natureza, configura-se o *trabalho como referencial ontológico fundante da práxis social*” (*ibid*, p. 139) (grifos do autor).

Desta forma, através do trabalho, há um processo que altera a natureza e ao mesmo tempo transforma o próprio ser humano que trabalha, isto é, a natureza humana é transformada. Assim postula Lukács (2007: 25) “[...] o homem, ao operar sobre a natureza e transforma-la, muda ao mesmo tempo a sua própria natureza. Desenvolve as potências que nela estão adormecidas e sujeita o jogo das suas forças ao seu próprio poder”. O autor esclarece ainda “Isso significa, antes de mais nada, [...], que aqui existe um domínio da consciência sobre o elemento instintivo puramente biológico”. Sendo assim, afirma:

“O trabalho se revela como o instrumento da autocriação do homem como homem. Como ser biológico, ele é um produto do desenvolvimento natural. Com a sua auto-realização, que também implica, obviamente, nele mesmo um retrocesso das barreiras naturais, embora jamais um completo desaparecimento delas, ele ingressa num novo ser, autofundado: o ser social” (LUKÁCS, 2007:27).

Nessa perspectiva, segundo Antunes (2005), “no novo ser social que emerge, a consciência humana deixa de ser epifenômeno biológico e se constitui num momento ativo e essencial da vida cotidiana”. Ressalta que “a busca de uma vida cheia de sentido, dotada de autenticidade, encontra no trabalho seu *locus primeiro* de realização”, esclarecendo ainda que “a própria busca de uma vida cheia de sentido é socialmente empreendida pelos seres sociais para sua auto-realização individual e coletiva”. Dessa forma, afirma o autor “é uma categoria genuinamente humana, que não se apresenta na natureza” (*idem*, p.143) (grifos do autor).

Reportando-nos a Lukács, que infere às posições *teleológicas primárias*, isto é, a interação direta com a natureza, e, numa dimensão mais desenvolvida e complexificada da práxis social as posições *teleológicas secundárias*, a exemplo da arte, a literatura, a filosofia, a religião, a práxis política, etc, pressupondo a inter-relação dos seres sociais, como práxis interativa e intersubjetiva, todavia são complexos existentes a partir do trabalho em sua forma primária. Antunes (2005) ressalta que são *secundárias* não quanto a sua relevância, e sim “tão-somente em seu sentido *ontológico-genético*” (p.146) (grifo do autor). O autor afirma, ainda, que:

“[...] entre elas não é possível estabelecer uma disjunção binária e dualista: ao contrário, como procuramos explorar, para Lukács, entre o trabalho (categoria fundante) e as formas superiores de interação, a práxis interativa, existem nexos indissolúveis, por maior que sejam as distâncias, os prolongamentos e as complexificações existentes entre essas esferas do ser social” (ANTUNES, 2005: 146) (grifos do autor).

Cumprido ressaltar, ainda, que entre as teses que apontam a perda da centralidade do trabalho, segundo Antunes, destaca-se como a mais sofisticada a crítica sócio-filosófica de Habermas. Essa teoria se pauta na tese central de que na sociedade contemporânea, a “centralidade do trabalho foi substituída pela centralidade da esfera comunicacional ou da intersubjetividade”. (*ibidem*) (grifo do autor). Todavia, adverte Antunes, essa teoria “relativiza e minimiza o papel do trabalho na socialização do ser social, na medida em que na contemporaneidade este é substituído pela esfera da *intersubjetividade*, que se converte no momento privilegiado do agir societal” (*ibid*, p.147) (grifo do autor).

Habermas tece críticas a Marx e confere validade ao prognóstico de Weber¹²³ contra as “expectativas revolucionárias” de Marx, atribuindo-lhe vários equívocos, entre os quais “Marx não resistiu às tentações do pensamento totalizante hegeliano; ele construiu a unidade entre sistema e mundo da vida dialeticamente como um “todo falso” (Habermas *apud* ANTUNES, 2005: 153). Ressaltando, de certa forma, a colonização do mundo da vida pelo sistema¹²⁴.

Referindo-se ao desenvolvimento dos Estados Unidos, também afirma que Marx não analisou satisfatoriamente o capitalismo tardio “para a ortodoxia marxista é difícil explicar a intervenção governamental, a democracia de massas e o *welfare state*” (Habermas *apud* ANTUNES, 2005: 154). Diante desse pressuposto, postula Antunes:

“Na vigência de uma democracia de massas, no intervencionismo estatal e na existência do *welfare state*, que se desenvolveram fortemente no pós-guerra, encontram-se os elementos constitutivos do capitalismo tardio, que para Habermas são garantidores da pacificação dos conflitos sociais” (*ibidem*).

¹²³ Antunes ressaltava que Habermas em sua obra quase nunca se refere diretamente a Marx, ao contrário de Weber que é amplamente citado, dado o respaldo evidenciado na teoria weberiana para dar suporte às suas formulações, “o que naturalmente é também compreensível, dada a impossibilidade de se respaldar em Marx para estruturar a sua teoria da ação comunicativa” (*ibid*, p.151).

¹²⁴ Segundo Antunes (2005: 155), “mundo da vida, é reservado à esfera da razão comunicativa, espaço por excelência da intersubjetividade, da interação [...] o sistema, é movido predominantemente pela razão instrumental, onde se estruturam as esferas do trabalho, da economia e do poder”.

Desta forma, segundo Antunes (2005), a separação entre o *mundo da vida* e o *sistema* diante da complexificação das formas sociais, levou Habermas a concluir que a “*utopia da idéia baseada no trabalho perdeu seu poder persuasivo [...] perdeu seu ponto de referência da realidade*”. Assim, as condições necessárias a possibilitar uma vida emancipada “*não mais emergem diretamente de uma revolucionarização das condições de trabalho, isto é, da transformação do trabalho alienado em uma atividade autogerida*”. Em outras palavras, “*a centralidade transferiu-se da esfera do trabalho para a esfera da ação comunicativa, onde se encontra o novo núcleo da utopia*” (*ibid*, p.155) (grifos do autor).

Neste sentido, Antunes afirma discordar de Habermas, quando este confere à esfera intercomunicacional como elemento fundante e estruturante do processo de socialização do homem. Nas palavras do autor:

“O trabalho constitui-se numa categoria central e fundante, *protoforma do ser social*, porque possibilita a *síntese* entre teleologia e causalidade, que dá origem ao ser social. O trabalho, a sociabilidade, a linguagem, constituem-se em *complexos* que permitem a gênese do ser social” (*ibid*, p.156) (grifo do autor)¹²⁵.

No que tange a síntese entre teleologia e causalidade, afirma Lukács (2007:31):

“[...] são princípios certamente heterogêneos entre si, mas que, apesar da sua contraditoriedade, somente em comum, numa coexistência dinâmica indissociável, podem constituir o fundamento ontológico de determinados complexos dinâmicos, complexos que só no interior do ser social são ontologicamente possíveis; e é esta coexistência ativa deles que constitui a característica primeira deste grau do ser”.

Nessa perspectiva, acrescenta:

“É apenas a partir da coexistência ontológica entre teleologia e causalidade no trabalho (prática) do homem que deriva o fato de que, no plano do ser, teoria e praxis, dada a sua essência social, são momentos de um único e idêntico

¹²⁵ Para Montañó (2005: 101-102) “O trabalho em Marx e em Lukács pressupõe a linguagem e a sociabilidade, exige cada vez mais a interação e a comunicação entre os homens, produz o novo tanto na esfera objetiva quanto subjetiva”, e complementa “Para Lukács, portanto, a necessidade de comunicação entre os homens existe porque a permanente criação do novo, pelo trabalho, cria constantemente novas situações e novas possibilidades”. Explica Lessa (1997: 190) “categoria fundante não significa categoria anterior ou primeira, mas sim a categoria na qual encontramos, na forma mais pura, a essência do novo ser, a síntese entre teleologia e causalidade que funda a causalidade posta” e complementa “é evidente que, para Lukács, sem a mediação da fala o trabalho não poderia sequer existir” (idem, p.174).

complexo do ser, o ser social, o que quer dizer que só podem ser compreendidas de modo adequado tomando como ponto de partida esta relação recíproca” (LUKÁCS, 2007: 32).

Ressaltando que quando Habermas separa *mundo da vida* e *sistema*, supervaloriza a autonomização da esfera comunicacional¹²⁶, defendendo, assim, a *colonização do mundo da vida pelo sistema*¹²⁷. Discordando com essa separação analítica, adverte Antunes (2005):

“O sistema não *coloniza o mundo da vida* como algo exterior a ela. “Mundo da vida” e “sistema” não são subsistemas que possam ser separados entre si, mas são partes integrantes e constitutivas da totalidade social que Habermas, sistêmica, binária e dualisticamente secciona” (idem, p.158) (grifo do autor).

No que se refere à tese habermasiana da *pacificação dos conflitos de classes* no contexto do capitalismo tardio, a qual enfrenta grandes questionamentos em virtude de alguns fatos relevantes, tais como: o desmoronamento do *welfare state* onde de fato existiu, bem como o processo crescente de privatização no interior do *Estado intervencionista*.

Desta forma, Antunes conclui sua crítica a Habermas:

“[...] começou a desmoronar a tese habermasiana da “pacificação das lutas sociais”, que encontrava ancoragem [...] na possibilidade de vigência duradoura do *welfare state* e do Keynesianismo. Com a erosão crescente de ambos [...], ao longo das últimas décadas e em particular dos anos 90, a expressão *fenomênica e contingente da pacificação dos conflitos de classes* – a que Habermas queria conferir estatuto de determinação – vem dando mostras crescentes de envelhecimento precoce. O que era uma suposta crítica exemplificadora da “*incapacidade marxiana de compreender o capitalismo tardio* (que Habermas tão efusivamente endereçou a Marx) mostra-se em verdade uma fragilidade do *constructo* habermasiano” (idem, p.162) (grifos do autor).

Em suma, segundo Montaño (2005: 102), Habermas reduz a categoria trabalho a “produção” e ao “emprego”, apresentando sua tese de substituição do “trabalho” pela linguagem, sendo esta a “única categoria definidora da humanidade e da sociabilidade e, ainda mais, como arma de nova utopia emancipadora do homem”. Refutando essa tese, afirma

¹²⁶ Segundo Antunes (2005: 158) ao contrário “para Lukács essa separação é desprovida de significado”.

¹²⁷ Segundo Antunes, ao contrário de Habermas, Lukács desenvolve uma articulação fértil entre subjetividade e objetividade, na qual “a subjetividade é um momento constitutivo da práxis social, numa inter-relação ineliminável entre a esfera do sujeito e a atividade do trabalho. É ontologicamente inconcebível, nessa formulação, separar a esfera da subjetividade do universo laborativo...” (*ibid*, p.161). O autor esclarece ainda que a ontologia de Lukács é existencialmente materialista.

Montaño “é o trabalho, e não a linguagem, que tem a capacidade de *produzir o novo*. Só ele, portanto, desalienado da forma abstrata, salarial, pode romper com a racionalidade meramente instrumental, e assim com a “colonização” desta sobre o “mundo da vida”(ibid, p.102-3)¹²⁸.

Neste sentido, ressalta Lessa (1997: 180), “Para Lukács, portanto, a necessidade de *comunicação* entre os homens existe porque a permanente criação do novo, pelo *trabalho*, cria constantemente novas situações e novas possibilidades”, o que pressupõe a relação entre trabalho, linguagem e sociabilidade articulados como mediações da totalidade do ser social. Nessa perspectiva, postula Lukács (2007: 03), “é claro que a sociabilidade, a primeira divisão do trabalho, a linguagem, etc, surgem do trabalho, mas não numa sucessão temporal claramente identificável, e sim, quanto à sua essência, simultaneamente”, esclarecendo ainda, “o que fazemos, é, pois, uma abstração *sui generis*”.

Citando Mészáros, Lessa (1997: 207) afirma que “Habermas teria produzido um amálgama teórico, eclético e oportunista, justificador das atuais relações de dominação”. Desta forma, a tese habermasiana, segundo Montaño (2005: 104) seria “Mais que um projeto utópico, parece uma idéia utopista. Em vez de emancipação, a perpétua confirmação da dominação. No lugar de história, a naturalização do sistema (a constante re-produção do mesmo)”.

Para Montaño, a tese habermasiana “substitui a categoria *trabalho* pela *linguagem*, a produção de valores de uso pela produção de consenso, a esfera econômica (impregnada de razão instrumental) pela esfera do mundo da vida, do agir comunicativo (portadora de uma razão comunicativa)” (idem, p.99). Nessa perspectiva, afirma “[...] renuncia-se à utopia de uma sociedade emancipada centrada no trabalho como opera-se uma transferência da centralidade do ser social desta categoria para a intersubjetividade, a interação comunicacional”. E complementa “aqui também autonomiza-se o “mundo da vida” do sistema – o “terceiro setor”, do Estado e do mercado -, atribuindo-se a cada um uma racionalidade distinta”. Assim, procede-se a uma “desdialeitização da totalidade social e a um esvaziamento da contradição capital/trabalho, retirando das relações sociais as dimensões econômica e política” (idem, p.105).

¹²⁸ Segundo Montaño, a categoria Marx-lukacsiana de trabalho não é o que supõe Habermas, não é apenas a sua forma abstrata assumida no capitalismo, nem se reduz à relação empregatícia; a relação homem-natureza própria do trabalho não está isolada da sociabilidade e da relação homem-homem. O autor afirma “O trabalho em Marx e em Lukács pressupõe a linguagem e a sociabilidade, exige cada vez mais a interação e a comunicação entre os homens, produz o novo tanto na esfera objetiva quanto subjetiva” (p.101-102).

Em suma, as discussões sobre a centralidade da categoria trabalho envolvem a produção e reprodução das relações sociais, isto é, referem-se a condição do homem na sociedade capitalista.

Atualmente existem várias correntes teóricas, todavia apresentamos duas no presente item, as quais tem-se colocado numa relação contraditória a esse objeto. Por um lado, em Marx, as relações sociais se dão a partir da síntese na relação capital-trabalho, expressando essa dialética como importante mecanismo determinante nas relações de trabalho e por consequência sociais.

Por outro lado, Habermas e os intelectuais que defendem a teoria comunicacional negam a emancipação social pautada na centralidade do trabalho, definem como eixo central da vida humana a autonomia do indivíduo, sendo a intersubjetividade humana e a capacidade da ação comunicativa dos homens o fundamento real para a emancipação social.

Resgatadas algumas categorias imprescindíveis para nossa análise, apresentamos na seqüência as considerações finais, retornando ao nosso ponto de partida, agora ponto de chegada, com o objetivo de responder a pergunta inicial deste estudo, isto é, *“O trabalho docente voluntário na UFSC é uma das várias formas de expressão do trabalho na sociedade contemporânea. Em que medida, portanto, ele expressa ou não a centralidade do trabalho na sociabilidade humana?”*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo dos velhos, de todos os velhos, é, de modo mais ou menos intenso, o mundo da memória. Dizemos: afinal, somos aquilo que pensamos, amamos, realizamos. Eu acrescentaria: somos aquilo que lembramos. Além dos afetos que alimentamos, a nossa riqueza são os pensamentos que pensamos, as ações que cumprimos, as lembranças que conservamos e não deixamos apagar e das quais somos o único guardião.

Norberto Bobbio (1996: 29)¹²⁹.

É preciso, inicialmente, relatar que este estudo não teve a pretensão de delinear conclusões definitivas à temática abordada, por se tratar de um processo dinâmico, desenvolvido dialeticamente em constantes transformações. Assim sendo, o objetivo consiste em responder a seguinte pergunta: *“O trabalho docente voluntário na UFSC é uma das várias formas de expressão do trabalho na sociedade contemporânea. Em que medida, portanto, ele expressa ou não a centralidade do trabalho na sociabilidade humana?”*

Nesse prisma, acreditamos que, em grande medida, a pesquisa empírica evidenciou a relevância e o significado especial do trabalho docente na vida dos professores entrevistados, expressando uma dimensão de centralidade, apesar da evidente precarização das condições atuais desse trabalho na UFSC. Entretanto, entendemos que para responder mais seguramente à pergunta objeto deste estudo, temos que tentar ir mais além, desmistificando, desvelando o que possa estar por detrás das respostas encontradas na pesquisa. Para tanto, retornaremos ao nosso ponto de partida, agora ponto de chegada, com vistas a apreender o referido objeto em sua complexidade, inserido na sociedade contemporânea. Em outras palavras, para entender o trabalho docente voluntário enquanto expressão ou não da centralidade do trabalho na sociabilidade humana, primeiro temos que compreender a sociedade capitalista atual em sua complexidade, sob a égide da barbárie neoliberal.

Desta forma, faz-se necessário uma análise dos principais elementos constitutivos desse cenário, isto é, a apreensão mais totalizante da crise contemporânea que afeta diretamente o mundo do trabalho, o que significa ir além da aparência¹³⁰.

¹²⁹ Vid BOBBIO, Norberto. **De senectute e altri scritti autobiografici**. Torino: Einaudi Editore, 1996.

¹³⁰ No Posfácio da 2ª edição de *O Capital*, Marx afirma “A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e permitir a conexão íntima que há entre elas” (*ibid*, p.28).

Neste sentido, cabe destacar, conforme já mencionado anteriormente, que a sociedade contemporânea, nas últimas décadas, passa por profundas transformações, em virtude, sobretudo, da grande crise estrutural do capital e de seu sistema de produção, eclodida no final da década de 1970¹³¹, e, alguns anos mais à frente, com as respostas que lhes são dadas: o neoliberalismo e a reestruturação produtiva na era da acumulação flexível. Como conseqüências, as mutações complexas econômicas, sociais, políticas e ideológicas, sobretudo, mutações no interior do mundo do trabalho, dentre as quais Antunes (2005: 15) destaca “o enorme desemprego estrutural¹³², um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza”, cuja lógica prioriza a produção de mercadorias e a valorização do capital.

Para o autor, a crise é tão profunda que levou o capital a desenvolver o que Mészáros chama de “práticas materiais da *destrutiva auto-reprodução ampliada* do capital, fazendo surgir inclusive o espectro da destruição global, em vez de aceitar as restrições positivas requeridas no interior da produção para a satisfação das necessidades humanas” (*ibid*, p.188). Assim sendo, Antunes resume o complexo processo em quatro itens principais:

- 1) há uma crise estrutural do capital ou um efeito depressivo profundo que acentua seus traços destrutivos (Mészáros, 1995 e Chesnais, 1996);
- 2) deu-se o fim da experiência pós-capitalista da URSS e dos países do Leste Europeu, a partir do qual parcelas importantes da esquerda acentuaram ainda mais seu processo de social-democratização (Magri, 1991);
- 3) esse processo se efetivou num momento em que a própria social-democracia também vivenciava uma situação crítica;
- 4) expandia-se fortemente o projeto econômico, social e político neoliberal. Tudo isso acabou por afetar fortemente o mundo do trabalho, em várias dimensões (*ibid*, p. 189).

Percebe-se, ainda, segundo o referido autor (*ibidem*), que a expansão nefasta do ideário neoliberal, a partir da reestruturação produtiva, a privatização, o enxugamento do Estado, a política fiscal e monetária sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como o FMI, o BM, o BID, o desmonte dos direitos trabalhistas, o combate acirrado ao

¹³¹ Para Antunes, essa crise ocorre após longo período de acumulação de capitais, durante o apogeu do fordismo e do keynesianismo, entretanto, a partir do início da década de 1970, o capitalismo dá sinais de esgotamento.

¹³² Atualmente contamos com imenso contingente populacional que não encontra trabalho assalariado no mundo contemporâneo, são os “sem lugar”. De acordo com Castel (1995) *apud* Aued e Chaves (2003:7), “há homologia de posição entre os ‘inúteis para o mundo’, personalizados pelos vagabundos de antes da revolução industrial, e as diferentes categorias de ‘inempregáveis’ de hoje (desfiliaados, desqualificados ou invalidados)”. Já Hobsbawn (1995) se refere a esses desempregados excluídos como “desraigados”.

sindicalismo de esquerda, a propagação do subjetivismo e individualismo que a cultura “pós-moderna”¹³³ é expressão, entre outros. Salientando que a chamada reestruturação produtiva do capital, na qual o toyotismo ou “modelo japonês”, a flexibilização e a desregulamentação são expressões, tem afetado fortemente o movimento operário, a partir da cooptação dos trabalhadores, para assumir o projeto do capital, chamado por Antunes (1995) de “envolvimento manipulatório levado ao limite.”¹³⁴ Estas transformações no processo de produção afetaram diretamente o mundo do trabalho, cujas principais conseqüências são enumeradas pelo referido autor:

- 1) diminuição do operariado manual, fabril, concentrado, típico do fordismo e da fase de expansão daquilo que se chamou de regulação social-democrata;
- 2) aumento acentuado das inúmeras formas de subproletarização ou precarização do trabalho, decorrentes da expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, e que tem se intensificado em escala mundial, tanto nos países do Terceiro Mundo, como também nos países centrais;
- 3) aumento expressivo do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, em escala mundial. [...] principalmente no universo do trabalho precarizado, subcontratado, terceirizado, part-time, com salários geralmente mais baixos;
- 4) enorme expansão dos assalariados médios, especialmente no “setor de serviços”, que inicialmente aumentou em ampla escala, mas vem presenciando também níveis de desemprego tecnológico;
- 5) exclusão dos trabalhadores jovens e dos trabalhadores “velhos” (em torno de 45 anos) do mercado de trabalho dos países centrais;
- 6) intensificação e superexploração do trabalho, com a utilização do trabalho dos imigrantes e expansão dos níveis de trabalho infantil, sob condições criminosas, em tantas partes do mundo, como Ásia, América Latina, etc;
- 7) há, em níveis explosivos, um processo de desemprego estrutural que, junto com o trabalho precarizado, atinge cerca de 1 bilhão de trabalhadores, o que corresponde a aproximadamente um terço da força humana mundial que trabalha;
- 8) há uma expansão do que Marx chamou de trabalho social combinado no processo de criação de valores de troca (Marx, 1994), no qual trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo produtivo [...] (ANTUNES, 2005: 190-191)

¹³³ Os discursos pós-modernos, segundo Cattani (2000: 21), “são considerados como lei. Liberalismo e irracionalismo confundem-se. A prática concorrencial e o individualismo exacerbado, em todas as esferas da ação humana, são justificados. A empresa é reabilitada como espaço de realização individual e coletiva. A lei da selva do mercado é celebrada como vetor de justiça”.

¹³⁴ Antunes (1995) refere-se a uma forma de alienação ou estranhamento diferente do despotismo fordista, na qual o capital busca o consentimento e a adesão dos trabalhadores para viabilizar o seu próprio projeto, a partir da interiorização mais profunda do ideário do capital, contribuindo, assim, para o avanço do processo de expropriação do *savoir faire* do trabalho.

Nessa perspectiva, vale ressaltar um fato curioso na atualidade, segundo Antunes (2005: 195), em escala mundial, há uma crescente ampliação do conjunto de seres humanos que sobrevivem da venda de sua força de trabalho, entretanto, vários autores persistem em dar *adeus ao proletariado* e ao *trabalho*, defendendo a idéia da não centralidade da categoria trabalho e também o fim da emancipação humana a partir do trabalho.

Salientando que ao se falar em crise da sociedade do trabalho, é fundamental esclarecer qual dimensão se está falando: se está referindo-se à sociedade do trabalho abstrato¹³⁵ ou se trata da crise do trabalho em sua dimensão concreta¹³⁶. Dessa forma, afirma Antunes, “sem a precisa e decisiva incorporação dessa distinção entre trabalho concreto e abstrato, quando se diz adeus ao trabalho, comete-se um forte equívoco analítico, pois considera-se de maneira uma um fenômeno que tem dupla dimensão” (*ibid*, p.215). O autor adverte, ainda:

“[...] a crise da sociedade da sociedade do trabalho abstrato não pode ser identificada como sendo *nem o fim do trabalho assalariado* [...] *nem o fim do trabalho concreto*, entendido como fundamento primeiro, *protoforma* da atividade e da omnilateralidade humanas” (*ibid*, p.168) (grifos do autor).

Para o autor, é um grande equívoco imaginar o *fim do trabalho* nessa sociedade produtora de mercadorias; todavia, ressalta ser “imprescindível entender quais mutações e metamorfoses vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, bem como quais são seus principais significados e suas mais importantes conseqüências” (*idem*, p.16). Quanto ao mundo do trabalho, o referido autor aponta um conjunto de tendências que configuram um quadro crítico, evidenciado em diversas partes do mundo onde vigora a lógica do capital.

Desta forma, parece ser imprescindível responder a seguinte indagação: Quem são os trabalhadores do mundo do início do século XXI ou segundo Antunes, a *classe-que-vive-do-trabalho*¹³⁷? Certamente não são os mesmos proletários de Marx do século XIX.

Neste sentido, salientamos que a classe trabalhadora atual ou, segundo Marx, o proletariado atual ampliou-se em relação ao proletariado industrial do século XIX, embora,

¹³⁵ Como sugere Robert Kurz, 1992, segundo Antunes (2005: 215). Considerando a sociedade contemporânea movida pela lógica do capital (sistema produtos de mercadorias), segundo o autor (*ibid*, p. 215) “a crise do trabalho abstrato somente poderá ser entendida como a redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto”.

¹³⁶ Como sugerem Offe, 1989; Gorz, 1990 e 1990^a; Habermas, 1989; Meda, 1997, entre tantos outros, segundo Antunes (2005: 215).

¹³⁷ Adverte o autor que “essa expressão não é uma tentativa de oferecer um conceito novo [...] é uma tentativa de caracterizar a ampliação e de entender o *proletariado hoje*, os *trabalhadores hoje*” (*ibid*, p.196) (grifo do autor).

adverte Antunes, “o proletariado industrial moderno se constitua no *núcleo fundamental* dos assalariados, desse campo que compõe o mundo do trabalho, uma vez que ele é *centralmente o trabalhador produtivo*”¹³⁸ (*ibid*, p.198) (grifos do autor).

Percebe-se “uma diminuição da classe operária industrial tradicional”. Mas ao mesmo tempo “efetivou-se uma significativa *subproletarização* do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços, etc”, houve uma “significativa *heterogeneização, complexificação e fragmentação* do trabalho” (*ibid*, p.209) (grifos do autor). Em suma, percebe-se uma “diminuição do operariado industrial tradicional e aumento da classe-que-vive-do-trabalho” (*idem*, p.211).

Desta forma, compreender a classe trabalhadora atual numa visão ampla, segundo Antunes, “implica entender esse conjunto de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados¹³⁹ e são desprovidos dos meios de produção”. Assim sendo, a *classe-que-vive-do-trabalho* atual, para o referido autor, refere-se a todos aqueles que vendem sua força de trabalho, incluindo o proletariado rural (chamado bóias-frias) e o precarizado.¹⁴⁰ O autor conclui que essa “é a versão “moderna” do proletariado do século XIX” (*idem*, p.200)¹⁴¹.

Antunes (2005: 204) afirma “o que se vê não é o fim do trabalho, e sim a retomada de níveis explosivos de exploração do trabalho, de intensificação do tempo e do ritmo de trabalho”. Todavia, ressalta “a jornada pode até reduzir-se, enquanto o ritmo se intensifica”¹⁴².

¹³⁸ Aqui Antunes se refere ao “trabalho produtivo, o trabalho social e coletivo que cria valores de troca, que gera a mais-valia” (*ibid*, p.198)

¹³⁹ Segundo Antunes (2005: 199), “Marx tem uma profunda visão *negativa e crítica do trabalho assalariado, do trabalho fetichizado*”. Inclusive, nos “Manuscritos de 1844, Marx disse que se pudesse, o *trabalhador fugiria do trabalho como se fogue de uma peste*”. (grifos do autor).

¹⁴⁰ Chamado por Antunes em “Adeus ao Trabalho?” de subproletariado moderno, fabril e de serviços, *part time*, caracterizado pelo trabalho temporário, precarizado, como os da Mc Donald’s.

¹⁴¹ Entretanto, ressalta o autor, que estão excluídos dessa classe trabalhadora atual, os altos funcionários, com altíssimos salários e que detém o controle central no controle e gestão do capital, os quais constituem parte fundamental da classe dominante. O autor conclui que “são parte fundamental do sistema social do capital”, referindo-se a Mészáros, do “sistema de metabolismo social que subordina hierarquicamente o trabalho ao mando do capital. Os gestores do capital, ao certo, não são assalariados e evidentemente estão excluídos da classe trabalhadora” (*idem*, p.201).

¹⁴² Antunes defende a “luta pelo *direito ao trabalho em tempo reduzido e pela ampliação do tempo fora do trabalho* (o chamado “tempo livre”), sem redução de salário”, e não a flexibilização da jornada que se ancora na lógica do capital. Deve haver uma articulação com a “luta contra o sistema de metabolismo social do capital que converte o “tempo livre” em tempo de consumo para o capital, onde o indivíduo é impelido a “capacitar-se” para melhor “competir” no mercado de trabalho, ou ainda a exaurir-se num consumo *coisificado e fetichizado*, inteiramente desprovido de sentido”. Assim “se o fundamento da ação coletiva for voltado radicalmente contra as formas de (des)socialização do mundo das mercadorias, a *luta imediata pela redução da jornada ou do tempo de*

Discordando com a tese do fim do trabalho e do fim da revolução do trabalho, conclui “A emancipação dos nossos dias é centralmente uma revolução *no* trabalho, *do* trabalho e *pelo* trabalho”.¹⁴³ Entretanto, admite ser “um empreendimento societal mais difícil, uma vez que não é fácil resgatar o sentido de pertencimento de classe, que o capital e suas formas de dominação (inclusive a decisiva esfera da cultura) procuram mascarar e nublar” (*ibid*, p.205) (grifos do autor)¹⁴⁴. Assim, o desafio maior da *classe-que-vive-do-trabalho* atual é:

“Soldar os laços de *pertencimento de classe* existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho, procurando articular desde aqueles segmentos que exercem um papel central no processo de criação de valores de troca até aqueles segmentos que estão mais à margem do processo produtivo mas que, pelas condições precárias em que se encontram, constituem-se em contingentes sociais potencialmente rebeldes frente ao capital e suas formas de (dês)socialização. Condição imprescindível para se opor, hoje, ao brutal desemprego estrutural que atinge o mundo em escala global e que se constitui no exemplo mais evidente do caráter destrutivo e nefasto do capitalismo contemporâneo” (idem, p.192) (grifos do autor)¹⁴⁵.

trabalho torna-se inteiramente compatível com o direito ao trabalho (em jornada reduzida e sem redução de salário)” (*ibid*, p. 178) (grifos do autor).

¹⁴³ Nessa perspectiva, afirma Antunes (1995: 88) “A revolução de nossos dias é [...] uma revolução *no* e *do* trabalho. É uma revolução *no* trabalho na medida em que deve necessariamente *abolir* o trabalho abstrato, o trabalho assalariado, a condição de sujeito-mercadoria, e instaurar uma sociedade fundada na auto-atividade humana, no trabalho concreto que gera coisas socialmente úteis, no trabalho social emancipado. Mas é também uma revolução *do* trabalho, uma vez que encontra no amplo leque de indivíduos (homens e mulheres) que compreendem a classe trabalhadora, o *sujeito coletivo* capaz de impulsionar ações dotadas de um sentido emancipador”. (Grifos do autor). Para o início do século XXI, esse autor defende “a invenção societal de uma nova vida, autêntica e dotada de sentido”, na qual ressalta “a necessidade imperiosa da construção de um novo sistema de metabolismo social, de um *novo modo de produção* fundado na *atividade auto determinada*, baseada no *tempo disponível* (para produzir valores de uso socialmente necessários), na *realização do trabalho socialmente necessário e contra a produção heterodeterminada* (baseada no tempo excedente para a produção exclusiva de valores de troca para o mercado e para a reprodução do capital)” (*ibid*, p. 179) (grifos do autor). Desta forma, os princípios constitutivos centrais dessa nova vida serão encontrados no sistema societal onde: “1) o sentido da sociedade seja voltado exclusivamente para o atendimento das efetivas necessidades humanas e sociais; 2) o exercício do trabalho se torne sinônimo de auto-atividade, atividade livre, baseada no tempo disponível” (*ibid*, p. 179) (grifos do autor).

¹⁴⁴ Segundo Aued (1999: 88) “foi em 1889, no primeiro Congresso da Segunda Internacional, que um trabalhador propôs a realização do Primeiro de Maio como Dia do Trabalhador”. Lembrado como “dia de luto, protesto aos acontecimentos violentos”, os quais: em Milwaukee-EUA, morreram 9 operários num confronto com a polícia, em Chicago-EUA morreram 6 operários e 4 ficaram feridos e em 1887, foram enforcados 4 operários em Chicago, após levantes operários. Para a autora, esse dia comemorativo “nasceu com a intenção de construir o internacionalismo de classes. [...] um rito operário, uma significativa experiência de simbologia dos trabalhadores que se difundiu pelo mundo”. No Brasil, a 1ª comemoração ocorre em 1892, em Santos “uma mistura de festa e solidariedade”, todavia, “logo no início do século XX, a data foi roubada dos trabalhadores e transformada em Dia do Trabalho” (*ibid*, p.88).

¹⁴⁵ Nesse sentido, ressaltamos Antunes (1995) sobre o “envolvimento manipulatório levado ao limite”, a partir da cooptação dos trabalhadores para assumir o projeto do capital em tempos da chamada reestruturação produtiva flexível do capital. Dessa forma, o trabalhador não é mais trabalhador, ele é “colaborador” e, portanto, não se sente pertencente à classe trabalhadora.

Ele destaca ainda as múltiplas lutas emancipatórias, considerando a “questão da emancipação humana e da *luta central contra o capital*”, sendo fundamental nesse processo “a emancipação do gênero humano em relação às formas de opressão ao capital”, bem como outras formas de opressão: “de classe, dadas pelo sistema do capital e a opressão de gênero que tem uma existência que é pré-capitalista”.¹⁴⁶ Assim, conclui “a emancipação frente ao capital e a emancipação do gênero são momentos constitutivos do *processo de emancipação do gênero humano frente a todas as formas de opressão e dominação*” (idem, p. 202-203) (grifos do autor).

Assim sendo, considerando a sociedade capitalista pautada no consumo, na qual as mercadorias se tornam obsoletas rapidamente pelos ditames do capital, exteriorizando a vulnerabilidade e a fragmentação da mercadoria “trabalho” e dos indivíduos que o executam, e tendo em vista a grave crise da “sociedade do trabalho”, evidenciada através do desemprego estrutural, da precarização das condições de trabalho, da flexibilização e desregulamentação das leis trabalhistas em época da barbárie neoliberal e da crescente degradação da relação metabólica entre homem e natureza, visualizemos neste contexto complexo o docente voluntário da UFSC, objeto deste estudo.

Ressaltando que, conforme já mencionado anteriormente, o trabalho voluntário não é algo novo desencadeado pela sociedade contemporânea, ele sempre existiu, especificamente no Brasil, desde a época de nossa colonização. Entretanto, foi a partir da década de 1990 que o voluntariado teve maior ênfase, emergindo como um forte movimento sob o pretenso resgate de sentimentos como a solidariedade e a fraternidade, refletindo na comoção da população que, se sentindo responsável pelas mazelas do sistema capitalista, assume cada vez mais parte significativa das ações estatais. Desta forma, parece evidente as reais intenções de transferência das responsabilidades para a sociedade civil, através da solidariedade e altruísmo individual, ficando o Estado mínimo, com políticas sociais públicas residuais, focalistas e minimistas.

Cumpre-nos destacar que isso não ocorreu por acaso, pois se trata de um contexto de reestruturação produtiva, período da barbárie neoliberal e seguindo diretrizes dos organismos internacionais FMI, BM, BID e a OMC. Nessa estratégia neoliberal, alguns elementos foram

¹⁴⁶ Nogueira (2002: 173) não acredita na possibilidade de emancipação da mulher (nem do homem) no sistema vigente, tendo em vista que “a opressão da mulher é um dos pilares de sustentação da sociedade burguesa. Somente com a construção de uma sociedade socialista as mulheres poderão encontrar sua verdadeira emancipação”.

fundamentais, entre os quais a desresponsabilização do Estado, sob a pretensa justificativa de sua incompetência administrativa e do excessivo peso da máquina estatal, justificando a Reforma do Estado, isto é, a Contra-Reforma do Estado, o Estado Mínimo. Salientando que outros elementos corroboram para esse fim, dentre os quais se destaca a cultura do voluntariado que ultrapassa as fronteiras do chamado “terceiro setor”, constituído pelas ONGs, OSCIPs¹⁴⁷, instituições filantrópicas e demais entidades afins, e se instaura também nas empresas sob vários modismos em alta atualmente, dentre os quais a falácia da “responsabilidade social” ou “sócio-ambiental”, a “empresa-cidadã” e outros do gênero¹⁴⁸, além das instituições públicas de ensino, a exemplo da adesão voluntária dos docentes nas universidades públicas federais, e o “amigos da escola” tão ressaltado pela Rede Globo de televisão, todos sob a lógica da produção e reprodução do capital.

Neste contexto adverso e com o intuito de responder a pergunta objeto deste estudo, reportamo-nos a Marx ao se referir ao trabalho assalariado, fetichizado, coisificado e alienado, afirma “se pudesse o trabalhador fugiria do trabalho como se foge de uma peste”. Entretanto, no caso específico desses docentes voluntários da UFSC que se aposentaram e se “libertaram” do “fardo” do trabalho assalariado, curiosamente permanecem espontaneamente trabalhando e com um agravante, agora em situação mais precarizada que antes da aposentadoria, pois, como docente voluntário, não recebe salários além de serem alvo da evidente discriminação.

Ressaltando que se trata de profissionais que se aposentam ainda jovens (menos de 50 anos), além de ser força de trabalho qualificada que provavelmente não teriam dificuldades em se inserir em instituições privadas de ensino, onde seriam remunerados e certamente

¹⁴⁷ Segundo a Abong, a regulamentação legal das OCIPs “deve impedir que associações civis ou fundações sejam utilizadas por governantes para contornarem restrições legais de qualquer natureza”. E esclarece “O fato de gestores públicos instrumentalizarem entidades da sociedade civil para contornarem a Lei de Responsabilidade Fiscal, contornarem proibições legais de contratar funcionários ou, de qualquer outro modo, contornarem o real ou suposto “engessamento do Estado” não é um problema de responsabilidade da sociedade civil”. Disponível: <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em 1º/Maio/2007.

¹⁴⁸ Nesse sentido ressalta Credidio (2007: 42) “Não adianta uma empresa, por um lado, pagar mal seus colaboradores, corromper a área de compras de seus clientes, pagar propinas a fiscais do governo e, por outro, desenvolver programas socioambientais”. Complementa “Não há responsabilidade social sem ética nos negócios [...] É importante seguir uma linha de coerência entre ação e discurso.[...] É ter harmonia entre o que pensamos, o que dizemos e o que praticamos”. E afirma “muitas das pretensas condutas éticas e práticas socioambientais alardeadas, principalmente pela mídia, não passam de hábeis estratégias com o objetivo de encobrir as próprias mazelas e deslizos, camuflando práticas não-recomendáveis...” Cita como exemplos: a líder mundial na “fabricação” de hambúrgueres, a mais famosa produtora de laticínios da Itália também atuante no Brasil, a principal montadora de veículos alemã, o mais badalado templo paulistano de luxo propriedade de uma conhecida socialite, famosas empresas do fumo, a principal companhia aérea do Brasil, a famigerada fabricante de cervejas, entre muitas outras grandes empresas atuantes no Brasil, o que elas têm em comum? “Todas se anunciam éticas e apóiam projetos socioambientais. Mera farsa!” Vid CREDIDIO, Fernando. Ética e responsabilidade social: prática ou discurso empresarial? In: **Revista Filantropia**, ed.27, ano VI. São Paulo: Zeppelini Editorial, 2007, p.42-43.

encontrariam melhores condições de trabalho. Diante dessa possibilidade, entretanto, esses professores curiosamente preferem retornar à UFSC, nessas condições precarizadas e discriminatórias, conforme fala de um professor entrevistado “são discriminatórios e não ter qualquer remuneração é uma forma velada de trabalho escravo”. Então por que retornam à Universidade Pública? Provavelmente, isso não ocorreria com os professores de instituições privadas, ou ainda, com os trabalhadores terceirizados que desenvolvem o trabalho de limpeza na UFSC. Estes últimos não retornam porque após se aposentarem, provavelmente continuarão trabalhando em outros locais em até mais de uma jornada diária, pois necessitam de remuneração para complementar a aposentadoria¹⁴⁹.

Com o intuito de justificar o referido retorno dos docentes voluntários e eliminando certa opção de “masoquismo”, a primeira hipótese, *a priori*, seria o caráter financeiro¹⁵⁰ enquanto complemento da aposentadoria. Todavia, essa hipótese em grande medida não se confirmou totalmente com a pesquisa, pois 4 dos 17 entrevistados, afirmaram receber pagamentos provenientes de bolsas de pesquisas, estando a maioria (13) sem recebimento algum, inclusive boa parte dos entrevistados afirmou estar pagando para trabalhar.

Esclarecendo que apesar do trabalho docente voluntário não ser trabalho assalariado, percebe-se que ele permanece sob a mesma lógica desse tipo de trabalho. O não pagamento pela docência qualificada voluntária em grande medida é só aparente, tendo em vista que esses professores não recebem pagamento em espécie; todavia, recebem outras formas de pagamento de forma indireta, dentre as quais o prestígio social, em virtude da relevância e reconhecimento da UFSC pela sociedade em geral, que possibilita abrir portas sociais e também viabiliza o desenvolvimento de projetos profissionais e ganhos em suas respectivas áreas de atuação, além de permitir sua participação em eventos, dentre os quais congressos, seminários, etc¹⁵¹.

Salientando que mesmo seguindo a lógica do trabalho assalariado, a pesquisa nos mostra a dimensão da centralidade do trabalho na vida desses professores, e expressa o caráter

¹⁴⁹ Salientamos a trágica diferença entre o trabalho intelectual e o manual, quanto ao nexos reflexivo utilizado em ambos. No trabalho manual o capital possibilita que o intelecto use o mínimo da sua capacidade e eleve seu esforço ao limite. Já no trabalho intelectual, o intelecto está mais prevalente, a exemplo da docência como uma atividade na qual o trabalho intelectual sobre determina a dimensão manual.

¹⁵⁰ Informamos que este complemento de aposentadoria refere-se a recebimentos decorrentes do desenvolvimento de projetos de pesquisas, oriundos de agências de fomento e pesquisas.

¹⁵¹ Esclarecendo o sentido dessa relação de prestígio, segundo perspectiva Marxiana numa dimensão concreta, isto é, esse trabalho docente voluntário como uma necessidade social, considerando sua positividade e negatividade, e não na conotação Weberiana como necessidade existencial, pautada na moral, na ética e no dever.

simbólico do trabalho em suas vidas, a partir do qual eles podem se constituir como indivíduos e se reconhecerem como seres sociais, fazendo parte de sua identidade; por essa razão não concebem a possibilidade de viverem sem o trabalho.

Entretanto, ressaltamos que o trabalho docente voluntário é um dos exemplos de evidente precarização das condições de trabalho nas universidades públicas brasileiras, aliado a outros fatores que corroboram e evidenciam o descaso dos governos neoliberais, inclusive o atual, com a educação pública no país, além do Estado Mínimo e as privatizações, entre outros, seguindo as diretrizes dos organismos internacionais FMI, BM, BID e OMC, a partir do consenso de Washington, sob a lógica da barbárie neoliberal, como forma de resposta à grave crise do capital eclodida no final da década de 1970, em âmbito mundial.

Nessa perspectiva, as universidades públicas estão sucateadas sob vários aspectos, sobretudo, quanto à força de trabalho humano que a constitui, pressupondo a flexibilização e desregulamentação das leis trabalhistas evidenciadas através da não reposição dos quadros de profissionais por meio de concursos públicos. Neste contexto, a exemplo da docência, percebe-se o número expressivo de professores substitutos contratados com baixos salários, aliado aos docentes voluntários sem remuneração, e no âmbito administrativo, evidencia-se a grande massa crescente de estagiários desenvolvendo atividades diversas em substituição aos técnicos administrativos, inclusive há departamento funcionando apenas com estagiários, o que fere a legislação trabalhista vigente¹⁵².

Dessa forma, compreendemos que, segundo a dialética capital-trabalho que subsume o trabalho ao capital, a pesquisa com os docentes voluntários na UFSC evidenciou uma dimensão da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea, até mesmo na universidade pública federal onde não há produção de mais-valia e geração de riqueza¹⁵³. Segundo os ditames do capital, a força de trabalho é descartada e excluída do âmbito produtivo através da aposentadoria e, no caso desses professores voluntários, depois são reaproveitados de forma mais precarizada, sem direitos trabalhistas e salários, além de contribuir para a não reposição do quadro efetivo de docentes.

¹⁵² Vid Tabela 2 – A UFSC em números, p. 54, Capítulo I, item 1.4: A UFSC e o Trabalho Docente Voluntário.

¹⁵³ Ressaltando que a universidade pública atualmente está pervertida pelas relações mercantis, evidencia-se uma crescente privatização deste público, a exemplo da terceirização de grande parte dos servidores tanto docentes quanto administrativos, aliado às fundações que se instalam nas universidades e administram de forma expressiva suas atividades. Outro fator relevante a ser destacado é que a universidade forma uma força de trabalho que posteriormente vai ao mercado de trabalho vender sua força de trabalho, ou seja, mesmo no setor de serviços, há relação de exploração de produção para acumulação de capital.

Diante desse cenário adverso de confrontos de forças múltiplas, sob a relação síntese capital-trabalho, que se expressa, entre outras formas, através de mutações no mundo do trabalho, evidenciado no crescente desemprego estrutural, na precarização das condições de trabalho, na flexibilização e desregulamentação das leis trabalhistas, como é exemplo o trabalho docente voluntário objeto dessa pesquisa, não podemos concordar com o inevitável fim do trabalho. Pois, o que presenciamos foi que essa categoria ontológica está profundamente imbricada com o *reconhecimento do indivíduo enquanto ser social*. Mostrando, por um lado, que o trabalho é essencial para a humanidade e, por outro, imprescindível para a manutenção da sociedade capitalista. Isto porque o mundo do capital subverteu e vilipendiou o trabalho, reduzindo os trabalhadores à condição de mercadoria e fonte de valorização do capital¹⁵⁴.

¹⁵⁴ Não concordando com o inevitável fim defendido por Fukuyama, ressaltamos que o sistema capitalista não é obra de Deus e sim dos seres humanos. Segundo Mészáros (2004), o sistema de metabolismo social do capital não é consequência de nenhuma determinação ontológica inalterável, ao contrário, é o resultado de um processo historicamente constituído, onde prevalece a divisão social hierárquica que subsume o trabalho ao capital, sendo, portanto, possível sua alteração. Desta forma, acreditamos que a possibilidade de emancipação social frente ao capital deve ser construída coletivamente, sendo fundamental resgatar o sentido de pertencimento de classe, que o capital em suas várias estratégias de dominação tudo faz com o intuito de mascarar e inviabilizar. Nessa perspectiva, reportamo-nos a Marx em “O Manifesto Comunista”, que postula “No lugar da sociedade burguesa antiga, com suas classes e antagonismos de classes, teremos uma associação na qual o desenvolvimento livre de cada um é a condição para o desenvolvimento livre de todos”. E complementa “Proletários de todos os países, uni-vos” (MARX, 1998:45-65).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho**. Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho**. Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 7ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, abril de 2005.

_____. **Notas sobre a Consciência de Classe**. In: Lukács um Galileu no século XX. 2ª ed., São Paulo: Boitempo, 1996.

_____. Desafios do P-Sol é dar densidade social ao projeto. Correio da Cidadania. São Paulo, abril, 2006. In: **Cultura socialista**: os desafios da conjuntura, programa e a estratégia de construção do socialismo. Florianópolis, n. 4, p. 39-50, Junho de 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ONGs – ABONG. Disponível <<http://www.abong.org.br>> Acesso em 1º/Maio/2007.

AUED, B.W. **Histórias de profissões em Santa Catarina**: ondas largas “civilizadoras”. Florianópolis: ed do autor, 1999.

AUED, B. W. e CHAVES, Luiz Carlos. **O desemprego não é inexorável**. Texto digitado para utilização no TMT/UFSC, a ser publicado. Florianópolis, 2003.

_____ e SILVA, Maria Izabel da. **Alfaiates Imprescindíveis**. In: Revista Eletrônica de Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, nr 3 - 2006. Disponível em: <<http://www.extensio.ufsc.br>>.

BEHRING, Elaine R. **Brasil em Contra-Reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003, p. 171-212, 248-271.

BIASIOLI, Marcos & MELO, Alessandro R. Parceria ou corrupção: o limiar da escolha das ONGs. In: **Revista Filantropia**, ed.27, ano VI. São Paulo: Zeppelini Editorial, 2007, p.29-31.

BIASIOLI, Marcos. Franchising social: A mais nova ferramenta de captação de recursos do Terceiro Setor. **Revista Filantropia**, nr. 03, ano 1. São Paulo: Zeppelini Editorial, nov/dez de 2002, p.22-23.

BOBBIO, Norberto. **De senectute e altri scritti autobiografici**. Torino: Einaudi Editore, 1996.

BRASIL. **Estatuto do Idoso**. Lei Federal nº 10.741 de 01 de outubro de 2003. Brasília-DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 2004.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1977.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, N.C. Entre Estado e mercado: o público não estatal. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, N.C. **O público não estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

CASTRO, N.A Trabalho e organização industrial num contexto de crise e reestruturação produtiva. In: **São Paulo em Perspectiva**. N. 1, v. 8, p.116-132, jan-mar de 1994.

CATTANI, Antônio David. **Trabalho e Autonomia**. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CHAUI, Marilena. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, Helgio (org.). **Universidade em ruínas: na república dos professores**. Petrópolis: Vozes, 1999, p.211-222.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização**. Rio de Janeiro: Revan, UFRJ, 1994.

CORULLON, Mônica Beatriz Galiano; MEDEIROS FILHO, Barnabé. **Voluntariado na empresa: gestão eficiente da participação cidadã**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2002. Disponível: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Voluntariado>>. Acesso em 07/Junho/2007.

CREDIDIO, Fernando. Ética e responsabilidade social: prática ou discurso empresarial? In: **Revista Filantropia**, ed.27, ano VI. São Paulo: Zeppelini Editorial, 2007, p.42-43.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades**. In: DAGNINO, E. (org) Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.279-301.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social** / Christophe Dejours; tradução de Luiz Alberto Monjardim. 4 ed. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2001.

DOHME, Vânia D'Angelo. **Voluntariado: equipes produtivas: como liderar ou fazer parte de uma delas**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2001.

DEMO, Pedro. **Pobreza política**. 5 Ed., Campinas/SP: Autores Associados, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1910-1989. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa** / Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; coordenação de edição Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira, equipe de lexicografia Margarida dos Anjos ... (org.). – 6 ed. rev. atualiz. – Curitiba: Posigraf, 2004.

FILANTROPIA. Disponível <<http://www.filantropia.org.br>> Acesso em 27/Maio/2007.

FRANÇA, Lucia. **Preparação para a aposentadoria: desafios a enfrentar**. In Terceira Idade: Alternativas para uma sociedade em transição./ Renato Veras (org.). Editora Relume Dumará/UnATI, 1999. Disponível <<http://luciafranca@attglobal.net>> Acesso em 01/fevereiro/2007.

FUNDAÇÃO ABRINQ PELOS DIREITOS DA CRIANÇA. Disponível em <<http://fundacaoabrinq.org.br>> Acesso em 1º/Maio/2007.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Tradução de Aulydes Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

IVA/SC – Instituto Voluntários em Ação. **Pesquisa Qualitativa** – Quando dar é receber: a mão dupla da ação voluntária. Florianópolis: Primedbbs Publicidade, 2001.

_____. Instituto Voluntários em Ação. Disponível <<http://voluntariosemacao.org.br>> Acesso em 03/Junho/2007.

JORNAL DIÁRIO CATARINENSE: Dia 28/05/07, p. 40, coluna Eureka; Dia 15/05/07, p.16, coluna Economia; Dia 30/04/07, p.20, coluna Geral; e Dia 01/04/07, p. 09, coluna Política. Florianópolis, 2007.

KINOSHITA, Fernando. **Ciência, Tecnologia e Sociedade: uma proposta renovada de desenvolvimento sustentável de caráter universal**. Centro de Ciências Jurídicas – UFSC. A ser publicado. Florianópolis, 2007.

KINOSHITA, Fernando & SILVA, Maria Izabel da. **La construcción del Derecho a la Vejez a través de la educación en Derechos Humanos y de una Cultura de la Paz**. Boletín Electronico Sura número 130, Escuela de Trabajo Social, Universidad de Costa Rica, 2007. Disponível <<http://www.ts.ucr.ac.cr>>.

KRISIS, Zeitschrift. **Manifesto contra o Trabalho** [tradução Heinz Dieter Heidmann]. São Paulo: Cadernos do Labor n 2 – FFLCH/USP, 1999.

LAFARGUE, Paul. **O direito a preguiça / A religião do capital**. São Paulo: Kairós, 1983.

LANDIM, Leilah e SCALON, Maria Celi. **Doações e trabalho voluntário no Brasil** – uma pesquisa / Leilah Landim e Maria Celi Scalón – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

LEI DO VOLUNTARIADO. Disponível em <<http://www.rits.org.br>> e <<http://www.rivoluntario.org.br/legislação.html>> Acesso em 1º/Maio/2007.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e ser social**. Alagoas, Edufal, 1997.

LOCH, C.L. **O trabalho dos servidores administrativos da UFSC: possibilidade de expressão da criatividade?** Dissertação de mestrado em Administração pela UFSC. Florianópolis, 2005.

LUKÁCS, Georg. 1885 - 1971. **O Trabalho** / In: Georg Lukács: Cap.I, V. II da Ontologia do Ser Social. [tradução Ivo Tonet]. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. A ser publicado. Campinas, 2007.

MARX, Karl, 1818-1883. **O manifesto comunista** / K. Marx e Friedrich Engels: [tradução Mª Lucia Como]. 15ª Ed. (2005). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.- (Coleção Leitura).

MARX, Karl. Marx a P.V. Annenkov. Bruxelas, 1846. In: K.Marx, F.Engels: **obras escolhidas**. v. 3. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1966.

_____. **O Capital**. V. I e II, 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. **O Capital**: crítica da economia política/Karl Marx; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.- 3 ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. Prefácio da 1ª e Posfácio da 2ª Edição. In: MARX, Karl. **O Capital**. V.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p.15-29.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MENEGASSO, M.E. O trabalho, a ocupação e o emprego. uma perspectiva histórica. **Revista de Negócios**, v. 5, n. 1, 2000, p.15/22.

_____. **O terceiro setor**: uma discussão preliminar. Texto para fins didáticos para utilização no Departamento de Serviço Social – DSS – UFSC. A ser publicado. Florianópolis, setembro/1999.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Bointempo, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social./ Carlos Montaña.- São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo, Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1981.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado**: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing / Claudia Mazzei Nogueira – 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. Mulheres: O gênero nos une, a classe nos divide. In: **Serviço Social & Sociedade**. Ano XXIII n° 69. São Paulo: Cortez, março de 2002, p.173-176.

_____. **O Método de Marx**: Algumas Considerações Preliminares. Texto para fins didáticos para utilização no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS – UFSC. A ser publicado. Florianópolis, 2006.

OFFE, Claus. Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: **Tempo Brasileiro**, v. 1, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. “O surgimento do antivalor. Capital, força de trabalho e fundo público”. In: **Os direitos do antivalor – A economia política da hegemonia imperfeita**. Coleção Zero à esquerda. Petrópolis: Vozes, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Disponível <<http://www.onu.org.br>> Acesso em 1º/Maio/2007.

PEREIRA, Custódio. Visibilidade e profissionalismo na captação de recursos. In: **Revista Filantropia**, nr. 03, ano 1. São Paulo: Zeppelini Editorial, nov/dez de 2002, p.24-25.

PEREIRA, Eduardo. O Tio Sam brasileiro. In: **Revista Filantropia**, nr. 03, ano 1. São Paulo: Zeppelini Editorial, nov/dez de 2002, p.26-27.

RESOLUÇÃO nº 12/Cun/99, de 27 de julho de 1999. Disponível <<http://www.reitoria.ufsc.br>> Acesso em 06/Dezembro/2007.

RIOVOLUNTÁRIO. Disponível <<http://www.riovoluntario.org.br>> Acesso em 1º/Maio/2007.

ROSA, Alexandre Morais da. **Marco legal do terceiro setor: aspectos teórico e prático**. Alexandre Morais da Rosa et al (org.). Florianópolis: Tribunal de Justiça / Divisão de Artes Gráficas, 2003.

SÁVTCHENKO, P. **Que é o trabalho?** Moscou: Progresso, 1987.

SILVA, Maria Izabel da. **A centralidade da Categoria Trabalho e o Trabalho Docente Voluntário na UFSC**. Projeto para Dissertação de Mestrado, aprovado pela Banca de Qualificação, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado, Centro Sócio-Econômico, na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, em 11/Abril/2007.

_____. **O processo de socialização dos idosos nos grupos de convivência em Florianópolis: uma análise da eficácia**.– Trabalho de conclusão de curso de Serviço Social / UFSC, Florianópolis, 2004.

_____. **Estado & Sociedade Civil: Contribuições para a construção de uma perspectiva emancipatória**. Boletín Electronico Sura número 120, Escuela de Trabajo Social, Universidad de Costa Rica, 2006. Disponível <<http://www.ts.ucr.ac.cr>>.

TEIXEIRA, A **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002.

TERMO DE ADESÃO AO SERVIÇO VOLUNTÁRIO. Disponível <<http://www.reitoria.ufsc.br>> Acesso em 06/Dezembro/2007.

TRAGTENBERG, Maurício. Introdução ao leitor brasileiro. In: WEBER, Max. 1864-1920. **Sobre a universidade: o poder do Estado e a dignidade da profissão acadêmica** / Max Weber; [tradução Lólio Lourenço de Oliveira; Revisão Técnica Augustin Wernet]. São Paulo: Cortez, 1989. – (Coleção Pensamento e ação; v.1), p.7-30.

TRINDADE, Helgio (org.). **Universidade em ruínas**: na república dos professores. Petrópolis-RJ: Vozes / Rio Grande do Sul: CIPEDDES, 1999.

TUMOLO, Paulo. Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos de interpretação. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 24, n. 82, p. 159-178, abril 2003.

UFSC - Universidade Federal De Santa Catarina. **Revista UFSC 45 Anos**. Florianópolis: Agência de Comunicação da UFSC, 2005.

_____. Boletim de Dados – **Relatório de Gestão**. Disponível <<http://www.pip.ufsc.br>> Acesso em 13/Junho/2007.

_____. **Agência de Comunicação da UFSC**. Disponível <<http://www.agecom.ufsc.br>> Acesso em 03/setembro/2007.

VIEIRA, Pedro Ant^o ... **E o homem fez a máquina**: a automação do torno e a transformação do trabalho desde a Revolução Industrial até a Revolução Microeletrônica. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

_____. 1864-1920. **Sobre a universidade: o poder do Estado e a dignidade da profissão acadêmica** / Max Weber; [tradução Lólio Lourenço de Oliveira; Revisão Técnica Augustin Wernet]. São Paulo: Cortez, 1989. – (Coleção Pensamento e ação; v.1).

APÊNDICE

5. Porque você retornou à UFSC como trabalhador voluntário, uma vez que poderia retornar via concurso público, como preconiza a legislação vigente?
6. Qual sua opinião sobre os critérios estabelecidos no regimento que regulamentam a adesão voluntária?
7. Quais eram as condições de trabalho quando você aposentou-se, e como são hoje essas condições de trabalho, enquanto docente voluntário?
8. Você notou alguma mudança no seu trabalho na UFSC antes da aposentadoria e hoje? E quanto a sua motivação para o trabalho?
9. Isso interfere no seu trabalho docente?
10. Você está vinculado a algum projeto de pesquisa? Qual?
11. Como era seu relacionamento no departamento antes da aposentadoria e como está hoje?
12. O trabalho de docência é reconhecido pela sociedade e pela comunidade universitária? Por quê?
13. Você considera o seu trabalho reconhecido pela comunidade universitária? Explique-se e exemplifique.
14. O que significa o trabalho na sua vida?
15. Quais os principais motivos pelos quais você trabalha?
16. Você possui alguma experiência de trabalho anterior a docência? Onde? Quanto tempo?
17. Qual outra atividade profissional você gostaria de exercer? Explique-se.
18. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

Obrigada pela atenção dispensada e por confiar-me seus dados pessoais, ressaltando que os mesmos são de caráter sigiloso, sendo acessados somente por mim e por minha orientadora, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelo(a) professor(a) e por mim nesta data. Obrigada por contribuir para o aprofundamento do estudo sobre a Categoria Trabalho na Sociedade Contemporânea, ressaltando que sua participação é fundamental ao enriquecimento e êxito desta pesquisa. Oportunamente, estaremos convidando-lhe a assistir a defesa final, como forma de retorno da pesquisa. Obrigada e sucesso sempre, seja muito feliz!



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio Econômico
Programa de Pós Graduação em Serviço Social - Mestrado

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente documento, estando devidamente esclarecido quanto aos objetivos e procedimentos que serão utilizados na pesquisa, consinto a **Srta. Maria Izabel da Silva**, pesquisadora bolsista Capes do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado, junto a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, todos os direitos de uso e divulgação que me corresponderem, quanto ao conteúdo das gravações em fita magnética e transcrição literal da mesma, produzidas durante a entrevista semi-estruturada, que integrará sua dissertação de mestrado, intitulado: “*A centralidade da Categoria Trabalho e o trabalho docente voluntário na UFSC*”, sob a orientação da professora **Dr^a Claudia Mazzei Nogueira**.

A referida entrevista foi realizada pela pesquisadora com o Sr^(a) _____, professor voluntário junto ao departamento _____, vinculado ao centro _____ da UFSC, no dia ____/____/____, na cidade de Florianópolis-SC, culminando em _____ fitas magnéticas.

Declaro também que, pela natureza do trabalho apresentado, o conteúdo das gravações tem caráter sigiloso, sendo acessado somente pela pesquisadora principal (mestranda), conforme diretrizes do orientador (pesquisador responsável).

Florianópolis-SC, _____ de _____ de 2007.

 Prof^o(^a) _____
 Entrevistado

 Mestranda Maria Izabel da Silva
 Pesquisadora Principal

ANEXOS

ANEXO A

Lei do Terceiro Setor - Lei nº 9.790, de 23 de março de 1.999.

